



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

Campus
João Pessoa

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DANIELA MARIA DE SANTANA

**FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE
PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A
FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

**JOÃO PESSOA – PB
2025**

DANIELA MARIA DE SANTANA

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), para fins de obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino

JOÃO PESSOA – PB
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *campus* João Pessoa

S232f

Santana, Daniela Maria de.

Feiras de economia solidária : (im)possibilidade de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários / Daniela Maria de Santana. – 2025.

234 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.

Orientador: Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino.

1. Educação profissional. 2. Educação não formal. 3. Economia solidária. 4. Trabalho. 5. Cooperação. 6. Movimentos sociais. I. Título.

CDU 377:334

Bibliotecária responsável Taize Araújo da Silva – CRB15/536

DANIELA MARIA DE SANTANA

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

DISSERTAÇÃO submetida ao Mestrado Profissional em Educação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), linha de pesquisa: “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, em cumprimento aos requisitos institucionais para obtenção do título de **MESTRE**.

Aprovado em 27 de outubro de 2025

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino
Instituto Federal da Paraíba/IFPB - PROFEPT
Orientador

Prof. Dr. Alysson André Régis Oliveira
Instituto Federal da Paraíba/IFPB - PROFEPT
Examinador interno

Profa. Dra. Maria Zênia Tavares da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE
Examinadora externa

Dra. Nelma Rejane Olinto de Oliveira Pereira
Examinadora externa

Documento assinado eletronicamente por:

- **Emmanoel de Almeida Rufino**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/12/2025 10:12:54.
- **Nelma Rejane Olinto de Oliveira Pereira** PRESTADOR DE SERVIÇO, em 02/12/2025 10:51:07.
- **Maria Zenia Tavares da Silva**, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, em 02/12/2025 15:38:19.
- **Alysson Andre Regis Oliveira**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/12/2025 07:44:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 28/10/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 786229
Verificador: e072cf21c3
Código de Autenticação:



AGRADECIMENTOS

A Deus, que me guiou e me deu a força necessária para que eu chegasse até este momento.

Aos meus pais, Rosenilda e Damião, porque sempre acreditaram em mim, por todo apoio, incentivo e porque não mediram esforços para que eu pudesse estudar.

Ao meu esposo, Júlio Cesar, pelo apoio e por estar sempre ao meu lado.

À minha filha, Mariana, que trouxe tanta alegria e foi uma grande inspiração para que eu pudesse prosseguir minha trajetória na formação que almejei.

Aos trabalhadores e trabalhadoras dos empreendimentos de economia solidária do Coletivo EcoFeiras - PB por acolherem a mim e à pesquisa, por me possibilitar aprender e vivenciar essa outra forma de economia.

Aos(às) companheiros(as) da INCUBES, amigos(as) , que prestaram sempre apoio e incentivo durante essa jornada.

Aos(às) colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica pelo companheirismo e por tornarem essa trajetória leve e prazerosa.

Aos(às) docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, por quem tenho profunda admiração, pelo acolhimento e pelo incansável empenho no ensino, que me possibilitaram ampliar minhas compreensões acerca da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao Prof. Dr. Emmanoel Rufino, orientador, que me fez experienciar um processo de orientação e construção desta dissertação de forma dialógica, leve, reflexiva. Grata pela paciência e por todo o incentivo durante minha formação no mestrado.

RESUMO

Educação e trabalho são dois elementos constituintes do ser humano. Por meio do trabalho, o ser humano transforma a natureza e a realidade ao seu redor, e esse processo exige um caráter educativo, gerando um patrimônio cultural que necessita ser apropriado pelas demais gerações. Entretanto, no contexto das sociedades capitalistas, o trabalho, na sua dimensão socioeconômica, assume a forma assalariada, ocasionando um distanciamento da relação educação-trabalho em seu sentido ontológico. No Brasil, experiências no campo da educação profissional são marcadas pela dualidade da formação dos(as) trabalhadores(as) e da classe dominante. Entretanto, de forma mais recente, a formação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica provoca a necessidade e representa um esforço de aproximar a relação entre educação e trabalho, rompendo com a dualidade historicamente construída enquanto elementos indissociáveis para a formação humana através da oferta do ensino integrado. Entre os princípios que orientam essa oferta, destacam-se o trabalho como princípio educativo, bem como a compreensão do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como categorias indissociáveis da formação humana e da formação omnilateral. Nesse sentido, ao direcionar o olhar para experiências que extrapolam os espaços formais de educação, identificam-se dinâmicas que dialogam com essa perspectiva, como o movimento da economia solidária, o qual, por meio da organização coletiva dos(as) trabalhadores(as) na gestão dos empreendimentos, produz e demanda processos próprios de aprendizagem. Em João Pessoa/PB, a experiência do projeto de extensão de feiras de economia solidária, iniciada em 2023 pela Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), contribuiu para a constituição do Coletivo EcoFeiras - PB, agregando empreendimentos econômicos solidários de diversos segmentos para a comercialização por meio das feiras de economia solidária. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo problematizar as (im)possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as), a partir da experiência da feira de economia solidária. Como percurso metodológico, o estudo orienta-se pela perspectiva da pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, caracterizando-se, quanto ao tipo, como documental, descritivo e explicativo. Os instrumentos de coleta de dados compreenderam a análise de documentos online, a observação participante, a realização de dois grupos focais, envolvendo um total de 12 (doze) participantes, e entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) trabalhadores(as) do Coletivo EcoFeiras - PB. A partir da análise dos dados, compreende-se que a feira de economia solidária, para além de um espaço de comercialização, configura-se como um espaço formativo, permeado por relações de solidariedade e cooperação. Trata-se de uma experiência promotora de aprendizagens que abrangem dimensões conceituais e práticas da economia solidária, bem como dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas. Em razão de sua dinâmica e dos princípios que orientam sua prática, a feira possibilita processos de aprendizagem que se desenvolvem de forma cooperativa entre seus membros, constituindo um espaço de formação que articula as diversas dimensões da vida humana. Entretanto, evidencia-se a necessidade de processos educativos contínuos, uma vez que a autogestão não se apresenta como um fenômeno natural ou recorrente nas estruturas organizativas do trabalho em nossa sociedade. Nesse sentido, foi elaborada uma cartilha, como produto educacional da pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de processos educativos em economia solidária a partir das feiras de economia solidária. A cartilha foi avaliada por 7 (sete) profissionais vinculados às Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária na Paraíba.

Palavras-chave: educação profissional; educação não formal; trabalho; cooperação; movimentos sociais.

ABSTRACT

Education and work are two constituent elements of the human being. By means of work, the human beings transform nature and the reality around them, and this process requires an educational approach, generating a cultural heritage that needs to be appropriated by future generations. However, in the context of capitalist societies, work in its socioeconomic dimension takes the form of wage labor, causing a distancing of the education-work relationship in its ontological sense. In Brazil, experiences in the field of professional education are marked by the duality of the workers' training and the ruling class. Nevertheless, more recently, the Federal Network of Professional and Technological Education training boosts the need and represents an effort to shorten the relation between education and work, breaking with the historically constructed duality, as inseparable elements for human training through the offer of integrated education. Among the principles guiding this offer, we may cite work as an educational principle as well as work, science, technology, and culture as indissociable categories of human and omnilateral training. In this sense, by looking at experiences beyond formal educational settings, we identify dynamics that can dialogue with this perspective, such as the solidarity economy movement, and which, through the workers' collective organization in the enterprise management, produce and demand their own learning dynamics. In João Pessoa/PB, the experience of the solidarity economy fairs extension project initiated in 2023 by the Incubator of Solidarity Enterprises (INCUBES) contributed to the training of the EcoFeiras - PB Collective, bringing together solidarity economy enterprises from different segments for commercialization through solidarity economy fairs. Considering this prospect, this study aims to problematize the (im)possibilities of promoting cooperative learning for the workers' omnilateral training based on the experience of the solidarity economy fair. As a methodological approach, this study is guided by the perspective of field research, with a qualitative approach, and it is characterized by its documentary, descriptive, and explanatory nature. The research instruments used for data collection consisted of online document analysis, participant observation, two focus groups involving a total of 12 (twelve) participants, and semi-structured interviews with ten workers from the EcoFeiras - PB Collective. In this context, based on data analysis, we understand that the solidarity economy fair, beyond a space for commercialization, is set up as a training space, permeated by solidarity and cooperation relationships. The solidarity economy fair is a learning experience that encompasses conceptual and practical dimensions about solidarity economy as well as cultural, social, economic, and political aspects. Given its dynamics and the principles that guide its practice, the solidarity economy fair enables a cooperative learning process among its members, constituting a training space that articulates the various dimensions of human life. Nonetheless, the need for ongoing educational processes is observed, once self-management is not the natural or common phenomenon within organizational structures in our society. In view of this, a booklet was created as a research educational product, aiming to contribute to the development of educational processes in the solidarity economy through solidarity economy fairs. The booklet was evaluated by seven professionals linked with the Support and Promotion Entities for the Solidarity Economy in Paraíba.

Keywords: professional education; non-formal education; work; cooperation; social movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Postagem no Instagram com registro da reunião e oficina de gestão financeira do coletivo EcoFeiras - PB realizada no dia 04 de junho de 2025.	83
Figura 2. Atividade em grupos realizada durante a oficina de gestão financeira.	84
Figura 3. Bonecos produzidos com algodão colorido e com a técnica do fuxico do grupo Artesol.	86
Figura 4. Sabão artesanal produzido pelo Grupo Mulheres de Mãos Dadas e peças em renda filé do grupo Fundo Rotativo, ambos integrantes da Cooperativa Ecosol.	87
Figura 5. Mapa conceitual sobre as dinâmicas e dimensões formativas na feira de economia solidária	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tempo de atuação dos(as) respondentes nas Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária.	117
Gráfico 2. Cuidado com a escrita respeitando a diversidade.....	118
Gráfico 3. Apresentação de escrita acessível.....	119
Gráfico 4. Explicação de termos técnicos e expressões científicas.	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Publicações no portal periódicos Capes sobre Economia Solidária e aprendizagem ou educação profissional.	23
Quadro 2. Roteiro com tópicos de discussão para o grupo focal.	69
Quadro 3. Roteiro de entrevista com trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários participantes do Projeto “Feiras Solidárias”.	70
Quadro 4. Roteiro que orientou a observação no Projeto Feiras Solidárias.....	72
Quadro 5. Atividades que integraram a observação participante da pesquisa.	74
Quadro 6. Perfil dos(as) entrevistados(as) participantes da pesquisa.	75
Quadro 7. Empreendimentos econômicos solidários inscritos no Projeto “Feiras solidárias”.	78
Quadro 8. Encontros formativos (oficinas e rodas de conversa) do Coletivo EcoFeiras - PB.	81
Quadro 9. Avaliação do produto educacional.	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCO	Associação Mulheres Criativas e Organizadas
AMMCR	Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riachos de Santana
ARTESOL	Associação Arte Solidária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCTA	Centro de Comunicação, Turismo e Arte
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEP	Coordenação de Educação Popular
EAA	Escola de Aprendizes e Artífices
ECOSOL	Cooperativa Paraibana de Empreendimentos Econômicos Solidários
ECOSUL	Associação dos Agricultores e Agricultoras do Sul Paraibano
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EFASUL	Escola Família Agrícola da Região Sul
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEX	Encontro de Extensão
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EXTELAR	Grupo de Pesquisa em Extensão Popular
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GF	Grupo Focal
GTs	Grupos de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INCUTES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITES	Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária

INCUBES	Incubadora de Empreendimentos Solidários
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MST	Movimento Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUPLAR	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular
OBSERVACULT	Observatório de Políticas Culturais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAP	Programa do Artesanato Paraibano
PB	Paraíba
PE	Produto Educacional
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROEJA	Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional Tecnológica
PROEX	Pró Reitoria de Extensão
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
RESF	Rede Feminista da Economia Solidária
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
TAE	Técnicos Administrativos em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIVENS	Cooperativa Unidas Venceremos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	15
1.2 RELEVÂNCIA DO FENÔMENO DE ESTUDO.....	19
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos específicos.....	21
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
2.1 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA	23
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	34
2.2.1 Quanto à classificação	34
2.2.2 Quanto à abordagem.....	34
2.2.3 Quanto à tipologia da pesquisa	35
2.3 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA	36
2.3.1 Quanto ao universo da investigação	36
2.3.2 Quanto à amostragem da pesquisa	36
2.3.3 Quanto à amostra do estudo	36
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	38
3.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	38
3.1.1 Educação, Trabalho e Formação Humana	40
3.1.2 Processos formativos e Espaços Educativos Não Formais.....	46
3.2 PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA INTERSUBJETIVA DA COOPERAÇÃO	49
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	58
3.4 FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROCESSOS FORMATIVOS	62
4. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO OMNILATERAL NA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO COLETIVO ECOFEIRAS - PB.	68
4.1 COLETIVO ECOFEIRAS - PB: TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO	78
4.2 OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS DO COLETIVO ECOFEIRAS - PB	85
4.3 PERCEPÇÕES DOS(AS) TRABALHADORES(AS) SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA	89

4.4 APRENDENDO A COOPERAR, COOPERANDO PARA APRENDER: PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E COOPERAÇÃO NA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	95
4.5 “AQUI A GENTE VENDE E APRENDE”: DIMENSÕES FORMATIVAS NA EXPERIÊNCIA DO COLETIVO ECOFEIRAS - PB	101
5. PROTOTIPAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO	110
5.1 TIPOLOGIA DO PE ESCOLHIDO	111
5.2 ESTRUTURAÇÃO DO PE: FASES DO PLANEJAMENTO	112
5.3 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	114
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - GRUPO FOCAL	137
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA COM OS(AS) TRABALHADORES(AS) QUE PARTICIPAM DO PROJETO “FEIRAS SOLIDÁRIAS”	140
APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - MEMBRO DA INCUBES INTEGRANTE DO PROJETO “FEIRAS SOLIDÁRIAS”	143
APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - PROJETO “FEIRAS SOLIDÁRIAS”	145
APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – MEMBROS DE ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA	146
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	151
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	155
APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS).....	159
APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS).....	163
APÊNDICE J - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (MAIORES DE 18 ANOS).....	167
APÊNDICE K - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E GRAVAÇÃO DE VOZ (MAIORES DE 18 ANOS)	168
APÊNDICE L - PRODUTO EDUCACIONAL	170
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	228

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Educação e trabalho constituem duas categorias essenciais na formação humana. Battini (2012), a partir de Lukács, compreende o trabalho como parte constitutiva do ser social e afirma que, por meio dele, o ser humano age sobre a realidade na busca por sua transformação. Ao transformar a natureza por meio do trabalho, o homem cria o mundo da cultura, e essa produção cultural exige um processo educativo (Saviani, 2011). Ademais, as gerações subsequentes necessitam, por meio da educação, apropriar-se do patrimônio cultural socialmente produzido.

A partir de Marx (1985), Della Fonte (2018) destaca que compreender o que é ser humano implica indagar como ele vive, como produz e que tipo de formação o trabalho possibilita. Nesse sentido, a relação entre educação e trabalho assume distintas expressões e significados ao longo do processo sócio-histórico das sociedades.

No contexto da produção social capitalista, o trabalho passa a assumir um caráter socioeconômico, a partir de sua forma assalariada, o que ocasiona um distanciamento da relação entre educação e trabalho em seu sentido ontológico, bem como uma dualidade nos processos educativos, marcada pelas relações de classe. Della Fonte (2018) observa que, no interior do modelo econômico capitalista, o desenvolvimento dos processos educativos ocorre de maneira unilateral, orientado à satisfação dos interesses do mercado. Configura-se, assim, uma formação destinada aos(as) trabalhadores(as) e outra voltada às classes dominantes.

Conforme analisa Della Fonte (2018), na manufatura — especialmente quando o capitalista define operações distintas para cada operário na produção de uma mercadoria — o trabalhador passa a ser caracterizado por um trabalho parcial, restrito a uma única operação. Segundo a autora, fenômeno semelhante ocorre na maquinaria, na qual os saberes antes detidos pelo trabalhador são transferidos para a máquina, cabendo-lhe apenas a sua operação. Desse modo, tanto na manufatura quanto na maquinaria, observa-se a constituição de uma formação unilateral do trabalhador.

No Brasil, há registros de experiências educativas voltadas à formação para o trabalho desde o período colonial. Fonseca (1961) explica que, nesse período, ocorria a transmissão de saberes dos artífices aos mais jovens no espaço da própria oficina, situada nas fazendas, as quais constituíam centros de consumo e produção. “Na visão elitista do período, o aprendizado de ofícios não exigia maiores preparativos, ficando às elites o conhecimento presente nos livros” (Batista; Muller, 2021, p. 55). Nesse contexto, o trabalho manual era destinado aos escravizados

e aos desvalidos da época, fortalecendo a ideia de dualidade entre o trabalho manual e o intelectual (Candeia, 2013).

Há, ainda, registros da criação de instituições voltadas à formação para o trabalho por iniciativa da sociedade civil. Essas instituições, criadas ao longo do século XIX, dedicavam-se ao ensino das primeiras letras e à iniciação em ofícios, tendo como público-alvo crianças pobres, órfãos e abandonados (Brasil, 2007).

Somente em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs), surge, de forma sistematizada, uma das primeiras experiências de educação profissional de iniciativa governamental. De acordo com o Decreto n.º 7.566, de 1909, as EAAs destinavam-se aos filhos dos desfavorecidos, oferecendo ensino técnico e primário, com o objetivo de possibilitar meios para sua subsistência e afastá-los das ruas. As EAAs caracterizavam-se por um ensino prático, voltado aos conhecimentos técnicos, com a intencionalidade de atender às demandas das indústrias locais; entretanto, na prática, acabaram direcionando-se a atividades de caráter mais artesanal, como sapataria, marcenaria e alfaiataria (Assis; Medeiros Neta; Gonçalves, 2022). Com as transformações ocorridas na sociedade ao longo do percurso histórico, as EAAs foram transformadas em Liceus, em 1937, e, posteriormente, em Escolas Técnicas Federais, em 1942.

Atualmente, no âmbito das políticas públicas de educação profissional no Brasil, destaca-se a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada por meio da Lei nº 11.892/2008. Essa Rede tem, entre seus objetivos, por intermédio dos Institutos Federais (IFs), a oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, além da oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores(as), bem como cursos de graduação e de pós-graduação.

Ressalta-se que a oferta do Ensino Médio Integrado (EMI) retoma a perspectiva da possibilidade de uma formação capaz de romper com a dualidade historicamente construída em torno da educação profissional. As concepções que fundamentam o ensino integrado e a educação profissional indicam que, para além da justaposição entre formação geral e formação técnica, o sentido que se coloca é o de uma formação humana integral, articulando as diversas dimensões da vida humana, isto é, uma formação omnilateral.

Duarte, Oliveira e Koga (2016) compreendem que a formação omnilateral busca potencializar todas as lateralidades do ser humano, promovendo uma formação que o conduz à construção de sua existência de modo emancipado, livre de limitações alienantes. Esse entendimento remete à constituição de um processo formativo no qual o trabalho manual e o trabalho intelectual se encontram imbricados de forma indissociável, com vistas à emancipação humana.

O documento-base Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, publicado no final de 2007, defende que a concepção de formação integrada aponta para a superação da dualidade entre trabalho intelectual e trabalho manual, buscando garantir “o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política” (Brasil, 2007, p. 41). Além disso, o documento destaca, entre suas concepções e princípios, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como categorias indissociáveis da formação humana; o trabalho e a pesquisa como princípios educativos; e a relação parte–totalidade na proposta curricular.

Diante disso, compreende-se que a lógica formativa que orienta a proposta pedagógica do ensino médio integrado no âmbito dos Institutos Federais pode ser transposta para diferentes contextos escolares ou mesmo para espaços nos quais a educação se processa de forma não formal. Nessa perspectiva, torna-se relevante observar espaços educativos no campo da educação não formal nos quais os processos formativos se apresentam de maneira diversificada, voltados para a formação cidadã, para a ação sociopolítica e articulados ao processo de trabalho.

“A educação não formal pode ser compreendida como aquela realizada em instituições educativas situadas fora dos marcos institucionais formais, mas que apresentam certo grau de sistematização e estruturação” (Libâneo, 2022, p. 31). Para Gohn (2023, p. 32), nesses espaços, a “educação volta-se para a formação de cidadãos(as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s)”.

Os espaços não formais de educação podem contemplar as Organizações Não Governamentais (ONGs), ações comunitárias, movimentos sociais urbanos e do campo, entre outros. Dentre os movimentos sociais, está a economia solidária que, de acordo com Singer (2002), constitui-se como outro modo de produção, diferente do modelo econômico capitalista, que tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

No Brasil, o movimento de economia solidária se articula entre três segmentos: empreendimentos econômicos solidários (EES), entidades de assessoria e fomento e gestores públicos (FBES, 2008). De modo geral, nos EES, os(as) trabalhadores(as) se organizam coletivamente a partir dos princípios da autogestão, solidariedade e cooperação, desenvolvendo atividades de produção, serviços, comercialização e/ou consumo.

No último mapeamento realizado pela então Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre os anos

de 2009 a 2013, foram identificados 19.708 empreendimentos¹ entre cooperativas, associações, grupos informais e sociedades mercantis (Silva; Carneiro, 2016). Devido à descontinuidade da política pública nos governos posteriores, não há dados mais recentes sobre os EES no Brasil. Entretanto, diante do agravamento das desigualdades sociais ocasionadas pela pandemia da Covid-19 e da mudança no cenário político nacional a partir das eleições presidenciais de 2022, as discussões e articulações do movimento social voltam a se fortalecer, apresentando-se como uma possibilidade de enfrentamento dos desafios socioeconômicos e de construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A organização desses grupos requer, portanto, processos educativos que envolvam os saberes técnicos inerentes às atividades produtivas, articulados ao fortalecimento coletivo, à autogestão e ao incentivo à cooperação, à participação e à solidariedade, configurando-se como uma prática pedagógica que requer a adoção de uma prática social e econômica que não é predominante na sociedade e diverge do modelo econômico capitalista. Conforme afirma Singer (2005), a única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a. Nesse sentido, compreende-se que ela se constitui simultaneamente como um campo de trabalho e como um campo educativo.

Considerando as perspectivas e o ideário da economia solidária, os processos educativos que se desenvolvem na criação e no fortalecimento desses empreendimentos exigem uma formação para e a partir do trabalho, com vistas à emancipação dos trabalhadores e das trabalhadoras, o que se aproxima dos princípios que norteiam a educação profissional e tecnológica, tais como o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral.

Diante disso, entende-se ainda que esses grupos apresentam demandas formativas próprias, decorrentes de suas vivências, dos sujeitos envolvidos e das especificidades de cada empreendimento. Destaca-se, nesse contexto, o papel das Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária (ITES), que, enquanto entidades de assessoramento e fomento vinculadas às instituições de educação, atuam no apoio, na assessoria e, em muitos casos, na criação de novos empreendimentos. Nesse sentido, “as ITES são iniciativas acadêmicas que têm como prática fazer interagir o meio universitário com grupos de trabalhadores envolvidos na construção de um empreendimento econômico cooperativo” (Addor *et al.*, 2018, p. 27). Essas iniciativas atuam diretamente nos processos formativos junto aos(as) trabalhadores(as) da

¹ Em um levantamento anterior, haviam sido identificados 7.839 empreendimentos, os quais foram revisitados no levantamento mais recente. Além desses, foram identificados 11.869 novos empreendimentos, totalizando 19.708 empreendimentos mapeados.

economia solidária, a partir das demandas e dos desafios vivenciados por esses empreendimentos.

Em João Pessoa, destaca-se a Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES) da Universidade Federal da Paraíba que, dentre as diversas experiências desenvolvidas, atua desde 2001 na incubação de empreendimentos solidários, tais como o Espaço Solidário Ecolanches, ações de assessoria a empreendimentos solidários já constituídos, apoio à política pública de economia solidária e a realização de feiras de economia solidária a partir da prática autogestionária, entre outras ações contempladas por meio de projetos de extensão.

Dentre essas ações, destaca-se o projeto de extensão “INCUBES: Feiras solidárias como prática da autogestão”, iniciado em 2023, que se propôs a “desenvolver processos formativos em economia solidária e autogestão por meio da realização de feiras junto aos empreendimentos econômicos solidários da região de João Pessoa/PB” (Oliveira, 2023, n.p.). O projeto surge na perspectiva de integrar os processos formativos em autogestão à prática das feiras solidárias. Em 2024, em sua segunda edição, voltou-se para o fortalecimento de grupos de trabalho (GTs) iniciados no ano anterior, como estratégia de ampliação da participação dos(as) trabalhadores(as) dos empreendimentos solidários na gestão coletiva da feira.

Por se constituir como uma ação de extensão, o projeto conta com a participação de empreendimentos econômicos solidários de diferentes segmentos, bem como de discentes dos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), técnicos administrativos e docentes universitários que, em articulação, promovem mensalmente a feira de economia solidária no Campus I da universidade. Nesse movimento, trabalhadores e trabalhadoras atuam diretamente não apenas na produção de bens e serviços, mas em todo o processo de gestão de seus empreendimentos, orientados pelos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão. Compreendemos, assim, que a feira, nos moldes da economia solidária, pode se configurar como um espaço de potencialidades para processos de aprendizagem cooperativa, capazes de contribuir para a formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as) .

Diante do exposto, este estudo busca, portanto, problematizar as (im)possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas voltadas à formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as) a partir das feiras de economia solidária.

1.2 RELEVÂNCIA DO FENÔMENO DE ESTUDO

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da experiência desta pesquisadora na Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), inserida no Núcleo Interdisciplinar

de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFPB. O NUPLAR é constituído a partir da integração de três grupos: a INCUBES, o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) e o Observatório de Políticas Culturais (Observacult).

A partir de sua chegada ao NUPLAR, em 2019, na condição de técnica em Economia Doméstica, da carreira de Técnicos Administrativos em Educação (TAE), a pesquisadora, além das atividades administrativas inerentes à função, passou a se aproximar mais diretamente da INCUBES, uma vez que sua área de formação se articula com o trabalho desenvolvido pela Incubadora.

Por meio da INCUBES, passou a integrar projetos de extensão vigentes e a acompanhar empreendimentos econômicos solidários, bem como a desenvolver atividades de pesquisa na área de segurança alimentar e nutricional. Com maior proximidade das dinâmicas vivenciadas por esses empreendimentos, em 2023 integrou a equipe do projeto de extensão voltado às feiras de economia solidária. Nessa experiência, foram identificadas formas organizativas próprias da lógica da economia solidária, que se estruturam e demandam processos educativos emergentes da prática da autogestão.

Ademais, considerando sua formação em andamento no curso de Licenciatura em Pedagogia e a perspectiva de ingresso no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), consolidou-se o interesse em aprofundar o conhecimento acerca das dinâmicas de aprendizagem nesses espaços e de sua relação com a educação profissional e tecnológica, com vistas ao fortalecimento dos processos de incubação e assessoramento aos empreendimentos solidários.

Sob o ponto de vista da relevância do tema na perspectiva pessoal, enquanto mulher negra e oriunda da classe popular, a economia solidária apresenta-se como um caminho possível de inclusão socioeconômica para mulheres e para as camadas populares, que ora são excluídas do mercado de trabalho, ora ocupam os postos mais subalternos. Refletir sobre estratégias de formação no espaço de trabalho, com foco nos empreendimentos econômicos solidários, além de contribuir para o aprimoramento de estratégias e inovações nos processos de incubação e assessoramento a esses empreendimentos pelas incubadoras de economia solidária, contribuirá também para o fortalecimento da inclusão social de trabalhadores e trabalhadoras desse segmento.

No âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), este estudo insere-se na perspectiva de ampliar as compreensões acerca de práticas educativas voltadas à formação para e no trabalho em espaços pedagógicos não formais. Torna-

se, assim, relevante pela possibilidade de contribuir para a melhoria e/ou o fortalecimento de processos de aprendizagem nesses espaços e, ainda, de inspirar práticas no contexto escolar.

Especificamente para a linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o estudo apresenta um lócus — os empreendimentos de economia solidária — ainda pouco explorado academicamente quando relacionado aos estudos da educação profissional e tecnológica. Nessa linha de pesquisa, a proposta pode contribuir com o Macroprojeto 6: Organização de Espaços Pedagógicos na EPT, ao aprofundar a relação da EPT no âmbito dos grupos de economia solidária, compreendidos como espaços educativos não formais.

Diante do expressivo contingente de trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego ou sem acesso a trabalho digno no país, a economia solidária, enquanto modo de organização do trabalho, apresenta-se como uma alternativa para a geração de trabalho e renda de forma associada e inclusiva. Para a sociedade, o desenvolvimento de recursos pedagógicos que possam colaborar com a formação dos(as) trabalhadores(as) nesses espaços constitui uma estratégia de fortalecimento desses empreendimentos, contribuindo para a inclusão social e para a superação das desigualdades sociais.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender as (im)possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas voltadas à formação omnilateral de trabalhadores e trabalhadoras a partir das feiras de economia solidária.

1.3.2 Objetivos específicos

- Investigar as categorias teóricas fundantes do desenvolvimento da pesquisa, tais como aprendizagem cooperativa, formação omnilateral e economia solidária;
- Caracterizar a experiência do projeto “Feiras Solidárias”, desenvolvido pela INCUBES, destacando sua trajetória, o perfil dos empreendimentos solidários e dos(as) trabalhadores(as) participantes, bem como as dinâmicas, demandas e desafios educativos inerentes às feiras de economia solidária;

- Analisar as (im)possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas e da formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) nas atividades do projeto “Feiras Solidárias”;
- Elaborar uma cartilha sobre as feiras de economia solidária como espaços de formação omnilateral e de promoção de aprendizagens cooperativas, destinada aos(às) trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA

Em consulta ao portal do ProfEPT do IFPB, a fim de identificar estudos que verssem sobre economia solidária, encontramos apenas a dissertação e o produto educacional desenvolvido por Tatiana Abreu (2020), em que desenvolve mídias educativas (vídeos) voltados para os EES com o intuito de contribuir com a formação omnilateral dos trabalhadores inseridos em grupos e associações.

Sendo assim, para melhor compreensão do cenário acadêmico e científico acerca do tema, foi realizado um levantamento bibliográfico no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizaram-se como descritores de busca os termos “Economia solidária *AND* (aprendizagem *OR* educação profissional)”. O termo aprendizagem também foi incluído na pesquisa, uma vez que se compreende que uma análise mais aprofundada dos processos de aprendizagem no âmbito da economia solidária possibilita um olhar ampliado para a reflexão sobre o desenvolvimento de propostas pedagógicas voltadas à formação dos(as) trabalhadores(as).

A pesquisa no portal da CAPES, realizada no primeiro semestre de 2024, identificou inicialmente um total de 53 artigos. Entretanto, ao adotar como critérios de refinamento a seleção de artigos revisados por pares e publicados no período de 2019 a 2023, bem como a exclusão de trabalhos duplicados, do tipo resenha e daqueles que, embora listados nos resultados, correspondiam a publicações anteriores a 2019, obteve-se, ao final, um conjunto de 12 trabalhos considerados para fins deste estudo. Esses trabalhos compreendem artigos científicos e relatos de experiência, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 1. Publicações no portal periódicos Capes sobre Economia Solidária e aprendizagem ou educação profissional.

	Tipo	Ano	Título	Autores	Acesso
1	Artigo	2019	Extensão universitária e formação discente: características do processo educativo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	SILVA, Emerson Alcides da; e OLIVEIRA, Edgard Leite de.	https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1321

	Tipo	Ano	Título	Autores	Acesso
2	Artigo	2019	Arranjo Institucional e Socioproductivo Correlações e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso no Município de Salvador, Bahia	SANTOS, Luciane Cristina Ribeiro dos; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PROCOPIUCK , Mario ; SILVA, Francisca de Paula Santos da; e PANKE, Raquel.	https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fro nteiras/article /view/3625
3	Artigo	2020	A Educação em Rede em Época de Pandemia no Estado Neoliberal Brasileiro: Por uma Vida Mais Solidária e de Acolhimento, para as Epidemias e Crises se Repetirem Menos	RAMBO, Nestor Francisco	https://periodicos.ufc.br/dia lectus/article/ view/61580
4	Relatos de experiência	2020	Formação educacional fora da trilha: com a palavra, um sujeito do campo e as suas memórias	LIMA, José Raimundo Oliveira	https://seer.uf u.br/index.ph p/reveducop /article/view/ 48498
5	Artigo	2021	Contribuição da Economia Solidária nas Experiências da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana-Bahia-Brasil	OLIVEIRA, Bárbara Lourena de Sousa Santos; GARCIA, Rita Vieira; e LIMA, Jessica	http://bell.un ochapeco.edu .br/revistas/in dex.php/grifo s/article/view /5414
6	Artigo	2021	Aprendizagens colhidas na perspectiva freiriana: entre saberes e diálogos da prática pedagógica	PIRES, Maria das Graças Porto; SILVA, Mara A. Alves da; e FERREIRA, Lucimar Gracia.	https://periodicos2.uesb.br/i ndex.php/pr axis/article/vie w/9425
7	Artigo	2021	Qualificação profissional ampliada no trabalho associado	FISCHER, Maria Clara Bueno; e CORDEIRO, Betânia	https://www.s eer.ufal.br/in dex.php/deba teseducacao/a rticle/view/11 363

	Tipo	Ano	Título	Autores	Acesso
8	Artigo	2022	Economia solidária e pensamento resiliente - Análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Cooesperança	SILVA, Bernardo Rodrigues da; SENA, Maurício Machado; e GUIMARÃES, Gisele Martins	https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/63589/47650
9	Artigo	2023	Educação Profissional e Práxis da Economia Solidária: Uma Análise a Partir das Contribuições de E. P. Thompson	VIEIRA, Mauro Rogério de Almeida.	https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57309/34076
10	Artigo	2023	A Aprendizagem Coletiva e em Rede Desenvolvida em Empreendimentos Formados por Mulheres da Economia Solidária: Uma Análise Pós-Colonialista Sobre uma Prática Feminista de Autogestão	SOARES, Maria de Nazaré Moraes; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro; e LÁZARO, José Carlos	https://www.scielo.br/j/oso/c/a/W5nTZnP977mVPhfqNxgSW8B/?lang=pt#
11	Artigo	2023	Agroecologia, economia solidária e educação ambiental como ferramentas de justiça ambiental	TOSTES, Flávia . MOYSÉS, Yana dos Santos; ALMEIDA, Nicole Carolina Araújo de; PENHA, Mateus Gonzaga Castro; LOPES, Bruna dos Santos Gomes; e BORBA, Andriel Mendes.	https://ojs.revistasec.org.br/secretariado/article/view/2208/1156
12	Artigo	2023	Cooperação e solidariedade como eixos estratégicos na formação de jovens do campo: a experiência da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL)	MOTA, Carla Rosane da Silva; TESSMANN, Jéssica Moara da Cunha;	https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/71113

	Tipo	Ano	Título	Autores	Acesso
				KRUMREICH, Fernanda Doring; NETO, Alberto Bracaioli	

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir desse levantamento, destacam-se reflexões oriundas dos trabalhos que mais se aproximam do objeto de estudo da presente pesquisa, de modo a possibilitar uma compreensão mais aprofundada acerca das práticas de aprendizagem nos empreendimentos econômicos solidários.

O estudo realizado por Vieira (2023), ao analisar de que forma a experiência da classe trabalhadora na economia solidária contribui para a práxis político-educativa da educação profissional, por meio do projeto “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia”, constatou que:

a práxis militante emancipatória desenvolvida a partir da experiência com a classe trabalhadora, organizada nos grupos produtivos de economia solidária, pode vir a atuar como elemento capaz de provocar brechas e rupturas na configuração de uma educação profissional capturada pela hegemonia do capital, no sentido gramsciano (Vieira, 2023, p. 22).

O projeto “GerAção Solidária: mulheres e jovens na economia”, desenvolvido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) junto a 30 (trinta) empreendimentos solidários, evidencia que a experiência do trabalho solidário pode ser considerada pela educação profissional, ao tempo em que também pode contribuir para o fortalecimento desses empreendimentos que atuam enquanto movimento contra o capitalismo. A aproximação da educação profissional com a economia solidária pode possibilitar outros modos de formação, conforme explica o autor:

O que apresentamos com essa análise são alguns elementos que podem nos ajudar a compreender como o fazer-se da educação profissional é marcado pela disputa da formação da classe trabalhadora e esse fazer-se pode nos possibilitar a aproximação com outros modos de formar as pessoas a partir da experiência de classe promovida pela articulação, por exemplo, da educação profissional com a economia solidária (Vieira, 2023, p. 23).

Ainda foram destacados, no artigo desenvolvido por Vieira (2023), relatos de estudantes vinculados a cursos técnicos e de graduação do IFRN que demonstraram a importância da participação no projeto para sua formação, ampliando as perspectivas de leitura do mundo. Nesse sentido, a economia solidária mostra-se como um campo importante de articulação com a educação profissional, possibilitando um fazer educativo orientado à formação humana crítica

Silva e Oliveira (2019) constataram, no âmbito da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV), mudanças nos discentes que participavam da Incubadora, como a:

maturidade em relação aos trabalhos realizados, a crescente assunção de responsabilidade e do direito à fala nos espaços comunitários, e, principalmente, a percepção da elevação da autoestima e da confiança no próprio potencial (Silva; Oliveira, 2019, p. 42).

Destaca-se, ainda, no trabalho de Silva e Oliveira (2019), que aos discentes foi oportunizado o diálogo entre os conhecimentos inerentes à sua formação acadêmica e a realidade vivenciada pelos empreendimentos, o que suscitou questionamentos tanto à própria equipe quanto às práticas desenvolvidas. A partir desse movimento, os sujeitos refletiam sobre suas ações e buscavam soluções de forma coletiva. Nessa perspectiva, as experiências decorrentes das ações de ensino, pesquisa e extensão, promovidas pelas instituições educativas em diálogo e sinergia com os empreendimentos econômicos solidários (EES), constituem espaços formativos tanto para trabalhadores(as) quanto para estudantes e educadores(as).

Soares, Rebouças e Lázaro (2023) propuseram identificar e analisar o desenvolvimento da aprendizagem coletiva e em rede como uma das práticas feministas de autogestão no âmbito da Rede Feminista da Economia Solidária (RESF). O estudo demonstrou, a partir da experiência da RESF, que o aprendizado no interior dessa organização ocorre de forma compartilhada e coletiva, em oficinas, reuniões e nas interações entre as próprias mulheres. Evidenciou-se, ainda, que, para além do aprendizado voltado aos conhecimentos técnicos — como finanças e técnicas de produção (por exemplo, a confecção de sacolas de papel) —, há também aprendizagens relacionadas à prática da autogestão, à cooperação e à emancipação. Essa aprendizagem se consolida na medida em que é assegurado a essas mulheres o direito de decidir, por meio da ajuda mútua que se manifesta em diferentes momentos e espaços, bem como a partir do sentimento de pertencimento ao grupo, que “eleva a condição de reflexão das mulheres e soma-se às ações de formação que ocorrem na rede” (Soares; Rebouças; Lázaro, 2023, p. 524).

A partir das análises desenvolvidas, os autores apontam como resultados da pesquisa: (I) não hierarquização da organização das práticas de aprendizagem; (II) troca intensa de informações dentro e fora da rede, baseada nos laços de reciprocidade; (III) uma forma de aprendizagem que prioriza as experiências na qual o conhecer não é separado do fazer.

Quanto ao processo de produção coletiva do conhecimento chama ainda a atenção o aspecto indissociável entre o fazer e o saber que é experienciado no coletivo, conforme explicam os autores: “Na RESF, o aprender é fazer e fazer é aprender, contudo ainda que se considere que prática e aprendizagem são aspectos centrais da constituição uma da outra, elas diferem entre si, aprende-se nas práticas, e as práticas são os campos de aprendizado” (Soares; Rebouças; Lázaro, 2023, p. 529).

Nesse sentido, pelo fazer e pelo trabalho, elas aprendem, e a própria prática torna-se objeto de aprendizagem. Essa aprendizagem está também vinculada aos laços de união e confiança estabelecidos no grupo, constituindo-se como requisito necessário para a troca de conhecimentos que emerge da experiência das mulheres. Ademais, os processos de aprendizagem que se desenvolvem no âmbito do coletivo ultrapassam os saberes necessários às práticas produtivas, gerando aprendizagens voltadas à vida coletiva e à emancipação das mulheres.

O estudo desenvolvido por Soares, Rebouças e Lázaro (2023) aponta diversos aspectos relacionados aos processos de aprendizagem em grupos de economia solidária, tais como: o estabelecimento de relações de confiança, a não hierarquização dos saberes, a troca de informações entre as trabalhadoras, tanto nos momentos de formação e reunião quanto nas interações cotidianas, bem como a relação indissociável entre o fazer e o saber. A aprendizagem se organiza em torno dos saberes necessários à prática produtiva, mas também assume um caráter político.

Aspectos semelhantes acerca da aprendizagem em um grupo de economia solidária formado por mulheres também foram identificados por Oliveira, Garcia e Lima (2021). As autoras afirmam que as práticas de economia solidária desenvolvidas no âmbito da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riachos de Santana (AMMCR), por meio da autogestão, das relações entre as associadas, das parcerias estabelecidas, do circuito curto de comercialização e dos encontros e reuniões do movimento, geraram aprendizados e contribuíram para o desenvolvimento pessoal e coletivo das mulheres.

Ao analisar como as vivências de trabalho incidem sobre a qualificação de pessoas que atuam de forma associada e coletiva, a partir das narrativas de trabalhadoras e trabalhadores da Cooperativa Unidas Venceremos (UNIVENS), Fischer e Cordeiro (2021) destacam que o

profissional que atua em uma cooperativa mobiliza, para além dos conhecimentos necessários à atividade produtiva, saberes inerentes aos processos de gestão:

Na cooperativa, se há espaço para o aprimoramento da técnica de trabalho, há também para aprendizagens em relação à gestão da unidade de produção como um todo. Se há espaço para o aperfeiçoamento do processo de trabalho, há também para o desenvolvimento de habilidades pessoais e comportamentais (Fisher; Cordeiro, 2021, p. 472).

Ou seja, o fazer integra-se às atividades de planejar, pois, ao “criar”, compreende-se a atividade em sua totalidade. Na cooperativa estudada pelas autoras, as costureiras precisam conhecer todo o processo produtivo: costuram a peça por completo, realizam atividades administrativas e de gestão e participam das decisões referentes ao empreendimento. Além de evidenciar um processo não alienado, esse fenômeno, conforme destacam as autoras, sinaliza um processo de formação contínua que se realiza por meio do trabalho autogestionário.

Destaca-se ainda, na experiência analisada por Fischer e Cordeiro (2021), que, para o ingresso na cooperativa, a pouca experiência prévia na atividade produtiva do setor não era considerada prioritária, como ocorre, por exemplo, no contexto de ingresso em empresas capitalistas. Esse desafio era suprido por meio de formações realizadas pelas próprias trabalhadoras mais experientes da cooperativa, bem como por processos formativos internos. Nesse sentido, “a formação do trabalhador é um desafio constante e uma realidade experimentada e enfrentada pelo coletivo de trabalhadoras da cooperativa, que se responsabiliza, em grande medida, pela formação de seus integrantes” (Fischer; Cordeiro, 2021, p. 476).

Importa ainda destacar que, nas experiências analisadas tanto por Fischer e Cordeiro (2021) quanto por Soares, Rebouças e Lázaro (2023), observa-se que as trabalhadoras apresentavam, em geral, baixo nível de escolarização formal, muitas vezes sem a conclusão da educação básica ou sem acesso à educação profissional.

Tostes *et al.* (2023), ao articular num projeto político pedagógico as categorias agroecologia, economia solidária e educação ambiental, traz as possibilidades de uma formação crítica aos educandos e educadores da educação básica a partir de seus próprios territórios e como uma ferramenta de justiça ambiental. O trabalho desenvolvido pelos autores analisa, a partir de uma crítica ao “pensamento único”, hegemônico, o desenvolvimento da primeira etapa de um projeto político-pedagógico de articulação entre a agroecologia e a economia solidária como ferramenta de justiça ambiental.

O projeto foi realizado junto aos alunos do 6º (sexto) e 9º (nono) ano do ensino fundamental, em uma escola localizada na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro. Embora a temática da economia solidária não tenha sido desenvolvida de forma mais aprofundada no texto (possivelmente deve ser mais explorada na segunda etapa do projeto), os autores acreditam que “a articulação entre a agroecologia e a economia solidária pode funcionar como uma ferramenta de justiça ambiental” (Tostes *et al.*, 2023, p. 8243). Pode-se compreender, assim, a potencialidade da economia solidária em desenvolver aprendizagens a partir de um olhar holístico, amplo, da realidade social.

Silva, Sena e Guimarães (2022) apresentam reflexões sobre Economia solidária a partir do pensamento resiliente e da experiência do projeto Esperança/Cooesperança. Os autores aprofundam a análise do pensamento resiliente, compreendido em termos gerais como a capacidade das instituições de resistirem frente às mudanças a partir do princípio do Sistema de Governança Policêntrico. Conforme explicam, o sistema de governança acontece quando há um estímulo para que as decisões nas organizações ocorram de forma coletiva “[...] possibilitando o surgimento de instituições aninhadas, onde as hierarquias e etapas burocráticas são contornadas, reestruturadas ou reduzidas para que a decisão caiba às pessoas envolvidas no projeto, ação ou iniciativa” (Silva; Sena; Guimarães, 2022, p. 21).

Neste contexto, o sistema de governança possibilita oportunidades para o aprendizado e experimentação ao permitir a participação dos sujeitos envolvidos. Os autores compreendem que a Economia Solidária mostra-se como “uma força motriz e complexa” que, mesmo diante das problemáticas enfrentadas no campo político e das mudanças em torno das políticas públicas, foi capaz de se rearranjar, apresentando aspectos de sistemas resilientes. Destaca-se, a partir desse estudo, a importância dos processos de aprendizagem no âmbito da economia solidária para a consolidação dos sistemas resilientes.

A partir deste breve levantamento, observa-se o potencial dos empreendimentos de economia solidária enquanto espaços de desenvolvimento de processos educativos e de aprendizagem de saberes relacionados à gestão do empreendimento, às práticas próprias da atividade produtiva, à vivência solidária e cooperativa, bem como ao desenvolvimento pessoal e coletivo. Os estudos apontam, ainda, as diversas dinâmicas imbricadas nos processos de aprendizagem, tais como as relações de afeto e confiança, as interações entre os(as) trabalhadores(as) no fazer produtivo, as trocas realizadas nos momentos de comercialização, além das formações demandadas e organizadas pelo próprio coletivo ou com o apoio de entidades de assessoria e fomento. No entanto, a relação entre os empreendimentos de economia

solidária, sob a perspectiva da educação profissional e tecnológica, ainda carece de estudos e investigações mais aprofundadas.

Nesse sentido, com o objetivo de ampliar a pesquisa, realizou-se uma consulta às dissertações publicadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), vinculado ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Entre as produções identificadas, destacou-se a dissertação e o produto educacional desenvolvidos por Abreu (2020), que investigou os empreendimentos econômicos solidários com o propósito de contribuir para uma educação profissional e tecnológica de caráter emancipatório e voltada à formação omnilateral, por meio da elaboração de um produto educacional.

Abreu (2020) identificou alguns fatores que motivaram trabalhadores(as) a se constituírem enquanto grupo. O principal fator destacado foi o aspecto econômico, relacionado à possibilidade de geração de renda diante de situações de exclusão do mercado de trabalho, como idade, qualificação profissional ou mesmo características da atividade produtiva, a exemplo da pequena escala e da sazonalidade. Outro fator preponderante refere-se ao papel desempenhado pelas entidades de apoio, que estimulam e assessoram a constituição dos empreendimentos. Os(as) trabalhadores(as) também acreditam que há demanda para aquilo que produzem e percebem, ainda, que outro elemento motivador para a organização em grupo diz respeito às relações sociais tecidas, à interação com outras pessoas e ao empoderamento gerado a partir do processo produtivo.

No que se refere à prática da autogestão, os(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) reconhecem que, embora presente, ainda apresenta fragilidades. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de estímulo à corresponsabilidade e à participação de todos(as) os(as) integrantes dos grupos. Singer (2005) já chama a atenção para a importância da formação dos(as) trabalhadores(as) para a efetiva prática da economia solidária.

Fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição (Singer, 2005, p. 15).

Percebe-se, com isso, o potencial e a importância dos empreendimentos econômicos solidários enquanto espaços promotores de aprendizagens, embora se observe a existência de desafios relacionados aos processos educativos necessários ao fortalecimento da autogestão. Alguns desses desafios decorrem do contexto socioeconômico vivenciado pela maioria dos(as)

trabalhadores(as) no Brasil, no qual a hierarquização e a heterogestão nas relações de trabalho são predominantes.

Este breve levantamento também evidenciou a relação entre as instituições educativas — Universidades e Institutos Federais — e a economia solidária, por meio de projetos de extensão e das ITES, na promoção de processos educativos voltados ao apoio e ao assessoramento dessas iniciativas. Observa-se, ainda, que a prática dos empreendimentos econômicos solidários perpassa relações sociais e processos de gestão que assumem significados distintos daqueles do modelo econômico capitalista, o que aponta para o desenvolvimento de outras práticas e demandas educativas. Para além dos saberes inerentes à gestão do empreendimento como um todo, pode haver a necessidade de conhecimentos relacionados às áreas específicas de atuação. Em empreendimentos que desenvolvem atividades como a produção de alimentos, por exemplo, torna-se necessário articular saberes relativos às boas práticas de fabricação, armazenamento, comercialização, entre outros.

Ainda com o objetivo de ampliar a compreensão do fenômeno, realizou-se uma busca no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando como descritores “Economia solidária *AND* aprendizagem cooperativa *OR* educação profissional”, com recorte temporal entre 2019 e 2023, contemplando teses e dissertações. A pesquisa resultou em um total de 20 (vinte) trabalhos, entre teses e dissertações. Entretanto, desses, 14 (quatorze) não apresentavam vinculação com a economia solidária ou não possuíam autorização de publicação, o que inviabilizou o acesso ao conteúdo. Dos 6 (seis) estudos — sendo 2 (duas) teses e 4 (quatro) dissertações — aos quais se teve acesso e que abordavam a temática da economia solidária, 3 (três) trataram do processo de ensino de conteúdos no âmbito de cursos técnicos integrados, vinculados ao ensino da temática da economia solidária.

O estudo de Silva (2020), por exemplo, versa sobre a elaboração de um produto educacional, na forma de sequências didáticas, com o intuito de articular os conteúdos desenvolvidos no curso técnico em agropecuária com a economia solidária. A experiência proposta por Silva compreendeu a exposição teórica da temática, visitas a empreendimentos solidários, planejamento para a elaboração de um empreendimento solidário, organização de uma feira de economia solidária e, por fim, a avaliação do processo. Trata-se de um estudo que busca articular a educação profissional às experiências e aprendizagens que podem ser desenvolvidas a partir de espaços não formais de educação.

Destaca-se que a autora aponta as feiras como espaços pedagógicos em razão das constantes interações sociais e da evidência das práticas de solidariedade e cooperação. Nessa mesma lógica, foi desenvolvido o estudo de Azevedo (2021), que articulou o ensino de Química

à economia solidária. A autora propôs a elaboração de uma sequência didática com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento do conhecimento científico por meio da relação entre o Ensino de Química e a Economia Solidária. Cruz (2021) também desenvolveu sequências didáticas para o componente curricular de Economia Solidária do curso Técnico em Agroecologia, com o uso de metodologias ativas.

Já o trabalho de Alves (2020) buscou trazer reflexões sobre o sentido do trabalho associado a partir dos relatos de trabalhadores(as) vinculados(as) a empreendimentos de economia solidária ou a entidades de apoio e fomento, por meio do método da história oral. Alves (2020) aponta, como hipótese do estudo, que os empreendimentos de economia solidária, sobretudo aqueles caracterizados pelo trabalho associado, constituem espaços aprendentes, com múltiplas mediações pedagógicas peculiares. A autora destaca que a solidariedade, marca dos empreendimentos solidários, não se estabelece de forma natural para o(a) trabalhador(a), mas se constrói por meio de formações específicas, no cotidiano do próprio trabalho, nos fóruns, nas plenárias e nas ações formativas ofertadas pelo movimento. Os saberes se constroem a partir das interações das mulheres no processo de trabalho, configurando-se como saberes de natureza política e organizativa, voltados ao desenvolvimento de valores como autonomia e solidariedade, reforçando, assim, a centralidade da autogestão nos processos de trabalho e de aprendizagem.

A tese de Moura (2022), por sua vez, destaca-se por ser um trabalho que teve como foco o processo de aprendizagem de conteúdos matemáticos por membros de EES. Moura (2022) investigou as possíveis contribuições de vídeos educativos para a compreensão de conceitos matemáticos por membros de empreendimentos econômicos solidários que participavam do Centro Público de Economia Solidária do Sertão do São Francisco. Como resultado da pesquisa, a autora desenvolveu vídeos educativos como produto educacional, concebidos como material pedagógico adequado à realidade desses empreendimentos.

Lisboa (2022), em sua tese de doutorado, buscou compreender as percepções de jovens aprendizes de uma empresa de tecnologia da informação heterogestionária, orientando-se pela seguinte questão: como tornar a Economia Solidária atrativa como alternativa de inserção no mundo do trabalho para jovens aprendizes? Ao terem contato com a economia solidária e com o modelo de desenvolvimento de Software Livre, esses jovens percebem tais iniciativas como boas ideias, mas mantêm-se no ideário original de busca pelo emprego. A partir da pesquisa, Lisboa (2022) propõe a reformulação do material didático, de modo que a economia solidária e a proposta de desenvolvimento de software livre possam contribuir de forma mais efetiva para a formação dos jovens.

A partir dos estudos aqui apresentados, observa-se um avanço na articulação entre o ensino no âmbito da educação profissional e tecnológica e a economia solidária, compreendida tanto como conteúdo quanto como experiência que potencializa os processos de aprendizagem de diferentes conteúdos propedêuticos. Entretanto, ainda se identificam poucos estudos voltados à formação dos(as) trabalhadores(as) integrantes desses EES, considerando suas especificidades e demandas.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

2.2.1 Quanto à classificação

Para atender aos objetivos propostos, este trabalho adotou como perspectiva metodológica uma pesquisa de natureza aplicada, desenvolvida por meio de procedimentos de pesquisa de campo. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa aplicada tem como objetivo gerar conhecimentos voltados à aplicação prática, direcionados à solução de problemas específicos. Para Severino (2013), na pesquisa de campo, o objeto ou a fonte é abordado em seu próprio meio, no qual ocorre a coleta de dados, envolvendo levantamentos (*surveys*) que podem variar desde abordagens mais descritivas até estudos de caráter analítico.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou compreender as dinâmicas vivenciadas pelo Coletivo EcoFeiras - PB no desenvolvimento da feira de economia solidária, lócus da investigação, bem como identificar estratégias para o desenvolvimento de soluções, a partir da coleta de dados da realidade concreta e do aporte teórico que subsidia a análise dos resultados.

2.2.2 Quanto à abordagem

Quanto à abordagem, este estudo se caracteriza por ser uma pesquisa de natureza qualitativa. A adoção por essa abordagem se deu pela compreensão de que esta escolha melhor explica os fenômenos sociais que são perpassados por percepções, signos e significados que não podem ser mensuráveis quantitativamente. Conforme Richardson (2017, p. 64), “a pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira; Córdova, 2009, p. 31). Corroborando com essa compreensão, Minayo (2001, p.21) afirma que:

Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 21).

Considerando as reflexões acima, entende-se que a escolha dessa abordagem pode colaborar para a compreensão do objeto de estudo, uma vez que a proposta da pesquisa se direciona aos processos formativos em um lócus específico, tratando-se de um fenômeno social que apresenta limitações para ser compreendido apenas por meio de dados estatísticos, pois requer a identificação e o entendimento das dinâmicas locais, das práticas, percepções e compreensões dos(as) envolvidos(as) na pesquisa acerca de suas próprias vivências e realidades.

2.2.3 Quanto à tipologia da pesquisa

Quanto à tipologia, esta pesquisa apresenta caráter documental, exploratório e descritivo. A pesquisa documental tem como fonte de dados documentos que ainda não receberam tratamento analítico, tais como memorandos, boletins, ofícios, entre outros (Gil, 2002). Uma das vantagens desse tipo de pesquisa, conforme destaca Gil (2002), é o fato de os documentos constituírem uma fonte rica e estável de dados, por resistirem ao tempo.

No que se refere ao caráter exploratório, a pesquisa busca uma maior aproximação e compreensão do tema e do objeto de estudo. De acordo com Gil (2002, p. 41), “essas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Ainda segundo o autor, a pesquisa exploratória geralmente envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuem experiências práticas relacionadas ao problema investigado e a análise de exemplos que favoreçam a compreensão do fenômeno (Gil, 2002).

Nesse sentido, a pesquisa propõe, a partir da abordagem exploratória, compreender o espaço de constituição de uma feira orientada pelos princípios da economia solidária, suas dinâmicas de aprendizagem e a relação com a formação de trabalhadores sob a perspectiva da educação profissional e tecnológica, buscando analisar dados, informações e outros estudos científicos sobre a temática.

No que se refere às pesquisas descritivas, estas “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42). Nesse tipo de investigação, “os

fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isso significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador” (Andrade, 2010, p. 112).

Dessa forma, este trabalho propõe-se a descrever e caracterizar a trajetória do projeto Feiras Solidárias, o perfil dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as), as dinâmicas relacionadas à aprendizagem cooperativa e à formação dos(as) participantes, bem como as demandas formativas dos(as) trabalhadores(as) dos empreendimentos solidários que integram o projeto, a partir da observação, análise e interpretação dos dados.

2.3 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

2.3.1 Quanto ao universo da investigação

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), o universo corresponde ao conjunto de elementos quantificáveis que apresentam características em comum e que delimitam o objeto de estudo. Nessa perspectiva, o universo desta pesquisa é constituído por quatro experiências de feiras de economia solidária realizadas no município de João Pessoa/PB.

Essas feiras são promovidas a partir de diferentes iniciativas institucionais, envolvendo a Prefeitura Municipal, o Fórum Territorial de Economia Solidária – Zona da Mata, IFPB, por meio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INCUTES), e a UFPB, por intermédio da INCUBES. Nessas experiências, participam empreendimentos de distintos segmentos produtivos, como artesanato, alimentação e saboaria artesanal.

2.3.2 Quanto à amostragem da pesquisa

A amostragem tem como objetivo realizar um recorte representativo do universo de pesquisa, a partir de critérios previamente definidos, de modo a constituir uma amostra (Marconi; Lakatos, 2003). Nesta investigação, adotou-se a amostragem do tipo não probabilística, por critérios de disponibilidade e acesso, considerando experiências de feiras de economia solidária que desenvolvem suas atividades no município de João Pessoa.

2.3.3 Quanto à amostra do estudo

A amostra é constituída por 1 (uma) experiência de desenvolvimento de feira de economia solidária que, a partir dos critérios definidos na amostragem, resultou na seleção do

Projeto “Feiras Solidárias”. O referido projeto configura-se como uma ação de extensão da INCUBES, da qual participam 14 (quatorze) empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 21 (vinte e um)² trabalhadores(as) a cada edição, além de 1 (um) docente, 3 (três) técnicos(as) administrativos(as) e 4 (quatro) estudantes vinculados(as) aos cursos de graduação da UFPB. As edições do evento ocorrem, ao menos, uma vez por mês, na praça do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), no *Campus* I da UFPB. Ademais, o projeto promove encontros mensais com os empreendimentos para o planejamento e a avaliação das feiras de economia solidária, bem como reuniões com os Grupos de Trabalho.

No que se refere à amostra que compõe a coleta de dados, adotou-se como perspectiva a realização de um grupo focal composto por 12 (doze) participantes, entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) trabalhadores(as) dos empreendimentos econômicos solidários integrantes do Projeto “Feiras Solidárias” e com 1 (um/uma) membro da INCUBES envolvido(a) no desenvolvimento das feiras de economia solidária.

² Conforme o relatório final, aproximadamente 64 trabalhadores(as) participaram da última vigência do projeto (2024-2025), revezando-se a cada edição da feira de economia solidária.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No sistema educacional brasileiro, a educação profissional e tecnológica constitui uma modalidade voltada à formação para a vida e para o mundo do trabalho. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394, de 1996, art. 39, a educação profissional e tecnologia (EPT) “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996, n.p.).

No Brasil, uma das primeiras experiências institucionalizadas de formação voltada à classe trabalhadora remonta às Escolas de Aprendizizes e Artífices (EAAs). A criação das EAAs ocorreu em 1909, por meio do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. No entanto, essas escolas surgiram em um contexto voltado à constituição da ordem, ao controle social e à mitigação do ócio dos mais desafortunados, conforme ressalta Gomes (2003, p. 56).

Nesse período, com o decreto que criava as Escolas de Aprendizizes Artífices (EAAs), pensava-se no processo de urbanização e se buscava o controle social, com o projeto de construção de uma sociedade do trabalho através da disciplinarização dos filhos das classes proletárias, menores que eram vistos como potenciais elementos de desordem social. O ensino de ofícios era destinado à escória da época, como eram denominados esses desafortunados.

A formação para o trabalho assumia, então, um caráter disciplinador, configurando-se como uma forma de controle sobre a classe pobre. Afonso e Santos (2020) explicam que os aprendizes chegavam às escolas com idades entre 10 e 12 anos, permanecendo por cerca de quatro anos, período em que estudavam as primeiras letras e aprendiam um ofício. “Os aprendizes de Natal, após dois anos de formação geral, podiam seguir nos cursos de Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria ou Serralharia” (Afonso e Santos, 2020, p. 197).

Após um período marcado por profundas mudanças no cenário educacional brasileiro durante a Era Vargas — como a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Inspeção do Ensino Profissional Técnico em 1931, entre outros acontecimentos — as EAAs passaram a ser denominadas Liceus e, posteriormente, em 1942, foram transformadas em escolas técnicas federais.

O ano de 1942 foi de grandes marcos para educação profissional no Brasil, uma vez que, com a expansão do processo de industrialização no país, a demanda e o debate sobre a

educação profissional se intensificaram. Nesse contexto, em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambas instituições privadas de interesse público com oferta de formação profissional voltada aos trabalhadores da indústria e do comércio, respectivamente (Garcia; Dorsa; Oliveira, 2018).

Ainda em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices, então denominadas Liceus, transformaram-se em escolas industriais e técnicas por meio do Decreto-lei n.º 4.127/42, configurando-se, em 1959, como autarquias e passando a ser denominadas Escolas Técnicas Federais (Garcia; Dorsa; Oliveira, 2018). Posteriormente, em 1978, foram reorganizadas como Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

A década de 1990 também marcou importantes mudanças, com a promulgação da segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incluiu um título específico dedicado à educação profissional. Em 2008, por meio da Lei n.º 11.892/2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, pelo Colégio Pedro II e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (esses últimos também criados pela referida lei³).

Em 2008, tem início o processo de expansão da oferta pública de educação profissional, dada a transformação das escolas técnicas e de outras instituições federais em Institutos Federais, por meio da Lei n. 11.892, estabelecendo como uma de suas metas prioritárias a implantação do EMI na perspectiva de educação politécnica, tendo o trabalho, a ciência e a cultura como princípios educativos (Brazorotto; Venco, 2001, p. 493).

Nesse contexto, as perspectivas que se vislumbram a partir do EMI são de uma formação que possibilite um olhar para além das demandas de mercado, mas que articule as diferentes dimensões da vida humana. Além desse aspecto, o trabalho como princípio educativo é postulado como um dos princípios da EPT.

A Resolução n.º 1/2021 do CNE define dezenove princípios norteadores da EPT, das quais se destacam, para fins desta pesquisa, a centralidade do trabalho como princípio educativo e a formação integral visando o desenvolvimento pleno da pessoa tanto para o exercício da cidadania como para qualificação para o trabalho, conforme transcrito abaixo:

³ Nesse contexto, a maioria dos CEFETs tornaram-se Institutos Federais.

III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

Para uma compreensão mais aprofundada desses princípios aplicados à educação profissional e tecnológica, o próximo tópico apresenta reflexões sobre a relação entre educação, trabalho e educação integral na perspectiva da formação omnilateral.

3.1.1 Educação, Trabalho e Formação Humana

A educação está presente em todas as etapas da vida humana, desde a socialização do indivíduo na sociedade até os processos educacionais institucionais. Segundo Libâneo (1994), compreender a importância do ensino na formação humana requer considerá-lo no contexto das tarefas educativas que a sociedade demanda.

Para Saviani (2011), a educação pertence ao campo do trabalho não-material, em que produto e ato de produção estão intrinsecamente relacionados. De acordo com o autor, a compreensão do fenômeno educativo exige apreender a especificidade da natureza humana, marcada pelo trabalho. É o trabalho que diferencia o ser humano dos demais animais, constituindo um elemento central da existência humana, uma vez que o homem transforma a natureza para garantir sua sobrevivência, sendo, ademais, uma atividade intencional. “E o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação” (Saviani, 2011, p. 11). Coadunando-se a essa compreensão, Albornoz (2004) acrescenta que outra distinção essencial entre humanos e animais reside na liberdade presente no trabalho: o ser humano pode interromper a atividade que realiza e executar a mesma ação de diferentes formas.

Saviani (2011) compreende que, ao transformar a natureza, o homem cria o mundo da cultura e essa produção da cultura exige o processo educativo. “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho” (Saviani, 2011, p.11). Evidencia-se aí a relação imbricada entre educação e trabalho no processo de humanização dos(as) sujeitos(as).

De acordo com o referido autor (Saviani, 2011), o desenvolvimento da existência humana envolve tanto o trabalho material quanto o trabalho não-material. O trabalho material dedica-se à produção de bens destinados à subsistência, enquanto o trabalho não-material diz respeito à elaboração e à antecipação mental de ideias com vistas à finalidade da ação, englobando a produção de conceitos, valores, símbolos e conhecimentos. É precisamente nesse âmbito do trabalho não-material que se insere a educação.

Ainda no campo do trabalho não-material, Saviani (2011), fundamentando-se nas ideias de Marx (1978), distingue duas modalidades de atividade humana: aquela em que o produto se separa do produtor — como ocorre na produção de livros ou obras artísticas — e aquela em que o produto permanece inseparável do ato de produção, característica que define a educação. Nesse contexto, aquilo que não é dado pela natureza é historicamente produzido pelo ser humano, de modo que os elementos culturais gerados devem ser assimilados e incorporados aos sujeitos, consolidando a aprendizagem e a transmissão cultural como processos inseparáveis da prática educativa.

Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2011, p. 13).

Della Fonte (2018) ressalta que, no processo de humanização, cada nova geração precisa participar do mundo humano e cultural, no qual os seres humanos organizam sua vida. Nesse sentido, “[...] coloca-se imprescindível o processo de apreensão ativa das conquistas e produções no formar-se humano de cada nova geração, pois nelas se condensa o que somos nós ao longo da história. O acesso ao patrimônio cultural é condição de humanização” (Della Fonte, 2018, p. 11).

De forma complementar, Battini (2012), a partir de Lukács, destaca que o trabalho é uma parte constitutiva do ser social, pelo qual o ser humano atua sobre a realidade com vistas à sua transformação. No entanto, essa ação está sempre marcada pelo contexto histórico e pelas relações sociais, as quais são capazes de moldar tanto a formação dos indivíduos quanto da própria sociedade.

Na sociedade moderna, o trabalho é marcado pelo modelo econômico capitalista, configurado por sua utilidade na produção de bens e serviços para fins de acumulação de capital.

Nesse contexto, o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho para o mercado, tornando-se alheio àquilo que está sendo produzido e aos resultados do seu trabalho, ou seja, esse modelo propicia alienação. Mészáros (2006) aponta quatro aspectos que perpassam o conceito de alienação em Marx: 1) alienação do homem em relação à natureza; 2) alienação de si mesmo e de sua própria atividade; 3) de seu “ser genérico”, como parte da espécie humana; e 4) alienação do homem em relação aos outros homens. Mais especificamente, quanto ao primeiro e segundo aspecto apontados por Mészáros, percebe-se que as sociedades capitalistas, ao distanciar o(a) trabalhador(a) do planejamento, finalidades e resultados do que é produzido, gera a alienação.

Franco (2011) destaca que as sociedades urbano-industriais, desde o período da manufatura e do sistema fabril, vêm desenvolvendo uma série de mudanças na relação trabalhador - instrumento - objeto, invertendo essa ordem. “O instrumento ou tecnologia (surge como poder alheio e estranho) e (sob o qual o) trabalhador é (atua sobre o) objeto. Compreender essa inversão é fundamental para focalizar o trabalho alienado nas sociedades capitalistas”. (Franco, 2011, p. 172).

As configurações que as sociedades assumem ante a hegemonia capitalista, além de reproduzir o trabalho alienado, para se sustentar, traz diversas repercussões em torno da educação. Torna-se relevante aquilo que corrobora para a manutenção desse sistema e que produz saberes/tecnologias e trabalhadores(as) úteis ao processo produtivo.

Entre as características da era moderna que a distinguem do passado está a aplicação da ciência à produção. Embora mantendo certa autonomia em relação às condições materiais, artes e ciências acompanham de perto o desenvolvimento econômico. A performance histórica da classe burguesa, em seu momento criativo teria sido pois a ideia de aplicar à produção os conhecimentos sobre a natureza e os fenômenos físicos. Aplicar a ciência ao aumento da produção material, assim como hoje cada vez mais, nas sociedades contemporâneas, se aplicam conhecimentos das ciências humanas e principalmente da psicologia ao controle social (Albornoz, 2004, p. 21).

Observa-se, assim, uma forte influência do mercado na educação, à medida que se busca a formação de mão de obra para suprir a cadeia produtiva. Nessa perspectiva, “tecnologias (e no limite, a ciência) têm sido instrumentalizadas como meio de aumentar a produtividade, de garantir a competitividade e como meio de sujeição dos homens e da natureza” (Franco, 2011, p. 181).

Outro elemento importante para o qual Della Fonte (2018) chama atenção é para a formação unilateral das sociedades capitalistas. Consoante a autora,

Na manufatura, quando um capitalista reúne na sua fábrica os operários e cada um executa as diferentes operações que criam a mercadoria, o trabalhador é aprisionado a uma única operação, é mutilado e fraturado por um trabalho parcial. Já na maquinaria, a dependência das habilidades e do virtuosismo do trabalhador é superada. Devido ao avanço e à aplicação dos conhecimentos científicos, a ferramenta se transfere do ser humano para um mecanismo e ascende em termos sociais a volúpia da produção mecanizada (Della Fonte, 2018, p. 12).

Percebe-se, assim, um distanciamento da relação entre educação e trabalho, no sentido apresentado no início deste tópico, considerando-os como dimensões essenciais da especificidade humana. Além disso, o papel do trabalho na sociedade capitalista produz profundas desigualdades sociais. Aqueles(as) que não detêm as habilidades ou conhecimentos valorizados pelo capital são frequentemente desconsiderados(as). Como o objetivo central é a geração de lucro, tornam-se cada vez mais visíveis as múltiplas formas de trabalho precarizado e mal remunerado.

Diante desse cenário, surge a questão: qual é o papel da educação? Como ela deve se estruturar, mesmo diante das pressões externas? Theodor Adorno (2006) reflete sobre o rumo que a educação deve tomar. Para o autor, a educação não deve se reduzir à modelagem de indivíduos nem à mera transmissão de conhecimento, mas à produção de uma consciência genuína. Essa concepção, segundo Adorno, possui também um caráter político, pois a efetivação de uma democracia plena exige cidadãos emancipados, papel para o qual a educação é fundamental.

No Brasil, o sistema educacional sofreu — e ainda sofre, apesar de alguns avanços — forte influência das pressões do mercado capitalista. Freitas et al. (2018) destacam que a formação unilateral esteve presente em diversos marcos regulatórios da educação, como as Leis Orgânicas da Educação Nacional, a Reforma Capanema, as legislações que institucionalizaram os sistemas “S” e, posteriormente, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei n.º 4.024/61, entre outros. Entretanto, no âmbito da educação formal, a possibilidade de articular o ensino médio à formação profissional na educação profissional tem suscitado debates acerca da educação politécnica e da perspectiva omnilateral.

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96 (Ciavatta, 2014, p. 197).

Para Freitas *et al.* (2018), a formação integral ou omnilateral não separa o que foi construído historicamente pela humanidade, isto é, os conhecimentos advindos do trabalho do homem no mundo são transformados e buscam satisfazer as necessidades primárias. De acordo com Frigotto (2012), a educação omnilateral é a concepção de educação que busca considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico, isto é sua vida material, intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Nesse sentido, essa concepção rompe com a lógica capitalista e do trabalho alienado, retomando a essencialidade da formação humana através do fenômeno trabalho-educação.

A concepção de omnilateralidade está diretamente relacionada às críticas de Marx em relação à sociedade capitalista e da proposição de uma outra forma de organização societária. Para Marx (2018), as circunstâncias que se constituem na sociedade capitalista nas manufaturas, a partir da divisão do trabalho e da propriedade privada, dentre outros elementos, propiciam o desenvolvimento unilateral dos indivíduos. Ao analisar o processo de divisão do trabalho na manufatura, Marx (2018) explica que:

Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o operário independente desenvolvem, ainda que em frágil medida, não são agora mais exigidos senão para o trabalho conjunto na oficina. Os operários parcelados perdem as potências intelectuais da produção, potências que agora se opõem a eles como capital. A divisão manufatureira do trabalho se lhes opõe às potências intelectuais do processo material de produção como uma propriedade estranha, uma potência que os domina (Marx, 2018, p.63).

Nesse sentido, a divisão do trabalho, que agora separa trabalho intelectual e manual e orienta processos de trabalhos de forma parcial aos(as) trabalhadores(as), impede o desenvolvimento de suas potencialidades e os fragmenta. Conforme Santos (2012), embora pouco citada nos textos de Marx, a omnilateralidade está presente como um dos princípios básicos na formação humana na perspectiva da emancipação social, bem como na construção da sociedade comunista.

Neste sentido, ao evidenciar que a unilateralidade dos homens na sociedade capitalista é condicionada por uma prática social e uma formação unilateral que separa atividade material e atividade intelectual, bem como formação técnica e formação intelectual, Marx apresenta em contraposição, sua categoria de formação omnilateral (Santos, 2012, p. 10).

Marx (1868) entende que a formação dos indivíduos deve se estabelecer a partir de uma relação indissociável entre educação e trabalho, e compreende que essa educação é composta e integrada pela educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica, só assim, para o autor, a classe operária poderia estar acima dos níveis da classe burguesa.

Frigotto (2012) explica que a concepção de educação omnilateral compreende a emancipação dos seres humanos em todos os sentidos. Nesse contexto, compreende-se que a educação omnilateral caminha em contraposição ao projeto neoliberal, que fragmenta o ser humano, subordinando-o aos interesses do capital e distanciando-o dos resultados do processo do trabalho, impedindo seu pleno desenvolvimento. Ou seja, a educação omnilateral busca uma formação que articula as especificidades do ser humano livre do sentido capitalista.

As possibilidades do desenvolvimento humano omnilateral inscrevem-se, por isso, na disputa de um novo projeto societário - um projeto socialista - que liberte o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações humanas em conjunto dos grilhões da sociedade capitalista (Frigotto, 2012, p. 269).

O Documento Base “Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio”, publicado em 2007, no contexto das mudanças promovidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a inserção de uma seção específica sobre a articulação do ensino médio com a educação profissional, apresenta concepções e pressupostos voltados à formação integral do trabalhador. Nesse contexto, o documento assume a formação humana integral como um dos princípios da educação profissional integrada, orientando-se pela perspectiva de superação da dualidade historicamente construída entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Conforme explicitado no documento,

como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Brasil, 2007, p. 41).

É importante salientar que, para além dos espaços formais de ensino, a educação também se realiza em outros contextos e experiências formativas. Nesse sentido, considerando a centralidade da educação integral, apresentam-se a seguir reflexões sobre a educação desenvolvida em espaços não formais.

3.1.2 Processos formativos e Espaços Educativos Não Formais

Conforme Brandão (1981), não há uma forma única de educação, tampouco a escola se configura como o único espaço em que os processos educativos se realizam. Uma reflexão atenta permite reconhecer que os sujeitos aprendem e se formam a partir das diversas experiências vividas em múltiplos espaços sociais para além do ambiente escolar, como a família, os grupos religiosos e culturais, os espaços comunitários, entre outros.

Nessa direção, Charlot (2007) compreende que a relação com o saber não se restringe a um espaço institucionalizado, mas se constrói na relação dos indivíduos com o mundo, consigo mesmos e com os outros. Em consonância com essa perspectiva, Libâneo (2022) analisa as modalidades educativas a partir do critério da intencionalidade, classificando-as em educação intencional e não intencional. A educação não intencional é caracterizada pelo autor como educação informal, sendo aquela que ocorre por meio dos processos de socialização. Para Libâneo (2022), a educação informal resulta de um conjunto de fatores ambientais e socioculturais que constituem o contexto no qual o indivíduo está inserido e que incidem diretamente sobre sua formação, conforme se observa no trecho a seguir:

Entendemos, todavia, que o termo “informal” é mais adequado para indicar a modalidade de educação que resulta do “clima” em que os indivíduos vivem, envolvendo tudo o que do ambiente e das relações socioculturais e políticas impregnam a vida individual e grupal. Tais fatores ou elementos informais da vida social afetam e influenciam a educação das pessoas de modo necessário e inevitável, porém não atuam deliberadamente, metodicamente, pois não há objetivos preestabelecidos conscientemente. Daí seu caráter não-intencional (Libâneo, 2022, p. 90).

Já no escopo da educação intencional está a educação formal e não formal. Libâneo (2022) explica que a educação formal tem como característica, além da intencionalidade educativa, estruturação, organização, planejamento e sistematização, citando como exemplo as escolas, a educação sindical e profissional. Quanto à educação não formal, esta envolve relações pedagógicas, mas que não são formalizadas, com menor grau de sistematização e estruturação, tais como as que ocorrem nos movimentos sociais, nos trabalhos comunitários, nos equipamentos culturais, de lazer etc. (Libâneo, 2022).

As práticas educativas desenvolvidas na educação não formal possuem maior flexibilidade quanto aos espaços e tempos, é mais difusa e menos hierárquica e burocrática (Gadotti, 2005). Nesse sentido, a educação não formal diferencia-se da educação formal por não estar submetida a normas educativas nacionais regulamentadas nem ser conduzida por

instituições oficiais. Seus currículos, conteúdos, temas e habilidades não são definidos a priori, configurando-se como um processo formativo multidimensional, que abrange, entre outros aspectos, a formação para o exercício da cidadania, para o mundo do trabalho e para a organização comunitária (Gohn, 2013).

Conforme Gohn (2013), os movimentos sociais foram pioneiros na utilização de processos de educação não formal, desenvolvendo práticas de aprendizagem voltadas para a leitura crítica do mundo. Bauer (2013), ao abordar a trajetória histórica dos movimentos sociais no Brasil, destaca os aspectos educativos presentes nessas experiências desde o período imperial, evidenciados pela forte presença de conteúdos sociais em movimentos como a “Praieira”, ocorrida em Pernambuco entre os anos de 1848 e 1850, bem como em outros movimentos marcados por ampla participação popular e que culminaram em revoltas, a exemplo da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina.

Esses movimentos tinham em comum a organização da sociedade civil na busca por melhores condições de vida diante das injustiças sociais. Tratava-se de ações e formas de organização por meio das quais as classes desfavorecidas buscavam reivindicar seus direitos mais elementares (Bauer, 2013, p. 149).

Manfredi (2002) também analisa os processos formativos desenvolvidos no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para a autora, a formação técnico-profissional dos(as) trabalhadores(as) integrantes do movimento não ocorre de forma isolada, mas se constrói a partir da imersão na vivência cotidiana do próprio movimento, da participação direta nas atividades agrícolas, da gestão dos empreendimentos coletivos e das atividades formativas organizadas (Manfredi, 2002).

A partir dessa análise, identifica-se uma formação que se desenvolve de modo processual, articulada às vivências concretas e contextualizada nas práticas sociais. Os processos formativos estão intrinsecamente vinculados às lutas e aos objetivos dos movimentos sociais, partindo da realidade e das necessidades experienciadas pelos grupos e coletivos sociais.

Silva (2003), ao analisar a experiência do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) na cidade de Recife-PE, destaca o caráter educativo inerente à própria organização do movimento. As assembleias e reuniões com as famílias, as ações reivindicatórias junto ao poder público e a articulação de parcerias com universidades e organizações não governamentais constituem a dinâmica organizativa do movimento e contribuem significativamente para a formação das famílias envolvidas.

Antes das ocupações do MLB ocorrerem, são realizadas inúmeras reuniões com as famílias, onde há a explicação de todo o procedimento de ocupação, permanência e reivindicações que serão desenvolvidas até a conquista efetiva das casas, para isso, as famílias terão noções do contexto político, como o que é Reforma Urbana, qual a causa da falta de moradia e como encaminhar as ações propostas pelo MLB para a conquista das moradias.

Além disso, promove-se o caráter pedagógico, pois congregam as famílias a conhecer seus direitos e exigí-los, desenvolver críticas sobre o modelo de governo e a ausência do Estado para resolver as questões mais elementares do dia-a-dia para as pessoas, o direito à moradia. Estimula, também, o coletivismo, a formação de comissões de trabalho diário e a participação democrática a partir das reuniões, assembleias, passeatas e na organização de outras ocupações (Silva, 2013, p. 75).

Destaca-se o caráter sociopolítico presente nesse processo formativo dos(as) integrantes do movimento, o qual promove uma perspectiva de formação voltada ao exercício da cidadania. Tal formação se inicia com o ingresso das famílias no movimento e se desenvolve ao longo de todo o processo de organização coletiva e de luta pela efetivação do direito à moradia digna.

Esses elementos corroboram a compreensão de Gohn (2005), segundo a qual, nos movimentos sociais, o caráter educativo é autoconstruído no próprio processo de mobilização e organização, envolvendo múltiplas fontes de produção de saberes. Entre essas fontes, a autora elenca cinco dimensões: (1) a aprendizagem decorrente da experiência de contato com instâncias e formas de exercício do poder; (2) a aprendizagem gerada pelas ações de natureza burocrática junto ao poder estatal; (3) a aprendizagem das diferenças existentes na realidade social; (4) a aprendizagem resultante do contato com assessorias e entidades de apoio; e (5) a aprendizagem associada à desmistificação da autoridade como sinônimo de competência.

Para Gohn (2005, p. 51), “essas fontes e formas de saber, no caso dos movimentos, constituem um instrumento poderoso das classes populares, no sentido de atingirem seus objetivos”. Trata-se, portanto, de saberes produzidos a partir da realidade concreta, os quais, ancorados nos pressupostos da educação popular, contribuem de modo significativo para os processos de conscientização e emancipação social.

Nesse conjunto de experiências, insere-se a economia solidária, compreendida como um movimento social que propõe formas alternativas de organização do trabalho, fundamentadas nos princípios da solidariedade, da participação coletiva e da democracia.

Considerando a produção de múltiplas formas de saber, sua relação indissociável com as realidades e problemáticas sociais e seu potencial formativo voltado à cidadania, bem como sua contribuição para a formação dos próprios sujeitos envolvidos nas experiências em que se desenvolve, a educação não formal pode articular-se às experiências formais de educação, de modo a potencializar processos de formação humana integral. Embora se reconheçam as

distinções conceituais entre os diferentes espaços e experiências que compõem o campo educativo — formal, não formal e informal —, compreende-se que tais instâncias, quando integradas, são complementares e fundamentais para a constituição de uma formação integral dos(as) sujeitos(as).

Nessa perspectiva, Moreira, Plese e Sanches (2024) reforçam a relevância da articulação entre a Educação Profissional e Tecnológica e os espaços não formais de educação. Segundo os autores, diversos(as) educadores(as) têm incorporado a educação não formal às práticas pedagógicas com o objetivo de proporcionar experiências práticas diretamente relacionadas aos conteúdos trabalhados em sala de aula, despertar sentimentos, emoções e dimensões afetivas que a escola tradicional, em geral, não consegue promover, bem como articular os conhecimentos sistematizados pelos(as) professores(as) aos saberes construídos pelos(as) estudantes ao longo de suas trajetórias de vida.

3.2 PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA INTERSUBJETIVA DA COOPERAÇÃO

Este tópico tem por objetivo refletir sobre as perspectivas teóricas que fundamentam o processo de aprendizagem, com ênfase em seu caráter cooperativo, considerado elemento estruturante desse fenômeno. Busca-se, assim, não apenas aprofundar a compreensão teórica da aprendizagem, mas também subsidiar a prática investigativa e a elaboração do produto educacional. Não se pretende esgotar a temática, mas apresentar e articular as contribuições de autores cujas reflexões oferecem aportes relevantes para a análise proposta.

Nesse contexto, destaca-se Lev Semionovitch Vygotsky (1896–1934), intelectual de reconhecida relevância para a Psicologia e para a Educação. Em seus estudos, Vygotsky buscou construir uma alternativa às concepções predominantes de sua época — o inatismo e o ambientalismo — no intuito de compreender o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Para o autor, tais funções não se explicam por fatores exclusivamente biológicos ou ambientais, mas se constituem historicamente por meio da mediação social, envolvendo processos como a linguagem, a memória e o pensamento (Rego, 2012).

Influenciado pelo materialismo histórico-dialético, Vygotsky elaborou uma abordagem teórica que deu origem à Psicologia Histórico-Cultural, na qual o desenvolvimento humano e a aprendizagem são compreendidos a partir de sua inserção em contextos socioculturais concretos. Ao adotar as premissas do método dialético, o autor buscou identificar as transformações qualitativas do comportamento ao longo do desenvolvimento humano,

relacionando-as às condições sociais e históricas em que os sujeitos estão inseridos (Rego, 2012). Conforme sintetizam Neves e Damiani (2006, p. 6), essa perspectiva compreende a aprendizagem como um processo essencialmente social, mediado pelas interações e pela cultura, aspecto que será aprofundado a seguir.

Visando a desenvolver uma psicologia materialista, Vygotsky e seus colaboradores se empenham em recuperar o estudo da consciência, inserindo as contribuições de Pavlov (que era empirista) numa perspectiva mais ampla de investigações e contrapondo-se às ideias vigentes no período de seus estudos (Rego, 2002), Vygotsky (1982) aparece afirmando que o meio social é determinante do desenvolvimento humano e que isso acontece fundamentalmente pela aprendizagem da linguagem, que ocorre por imitação.

Feitosa *et al.* (2019) explica que uma das premissas centrais do pensamento vygotskiano reside na compreensão de que o ser humano não nasce plenamente humanizado, mas se constitui como tal por meio de sua inserção na cultura e nas relações sociais que estabelece ao longo de sua existência. Nessa perspectiva, o indivíduo se forma enquanto sujeito histórico-cultural, sendo continuamente produzido e transformado nas interações mediadas socialmente. Assim, refletir sobre o desenvolvimento humano implica, necessariamente, considerar o contexto social e o tempo histórico nos quais o sujeito está inserido.

Outra importante constatação de Vygotsky é de que a aprendizagem ocorre antes e para além dos espaços escolares.

A aprendizagem escolar nunca parte do zero. Toda a aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história. Por exemplo, a criança começa a estudar aritmética, mas já muito antes de ir à escola adquiriu determinada experiência referente à quantidade, encontrou já várias operações de divisão e adição, complexas e simples; portanto, a criança teve uma pré-escola de aritmética, e o psicólogo que ignora este fato está cego (Vygotsky, 2010, p. 109).

Nessa perspectiva, a aprendizagem está intrinsecamente relacionada às experiências vivenciadas pelos indivíduos em diferentes contextos, situações e espaços sociais. Torna-se, portanto, imprescindível compreender o contexto social no qual os sujeitos estão inseridos e a partir do qual constroem suas experiências. Vygotsky contrapõe-se, assim, às concepções predominantes em sua época que concebiam a criança como uma “página em branco” ou pressupunham que seu conhecimento, ao ingressar na escola, fosse inexistente.

Para além dessas ideias, Vygotsky elaborou conceitos fundamentais para a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento, dentre os quais se destacam a zona de desenvolvimento proximal, a mediação e a internalização. Conforme Feitosa *et al.*

(2019), tais conceitos reconhecem estudantes e docentes como agentes ativos de transformação do meio social, ao mesmo tempo em que são por ele influenciados, evidenciando o caráter dialético do processo educativo. Nesse sentido, a aprendizagem resulta da interação entre sujeito e contexto, conforme sintetiza Rego (2012, p. 32): “Em outras palavras, quando o homem modifica o ambiente através de seu próprio comportamento, essa mesma modificação vai influenciar seu comportamento futuro”.

O conceito de *mediação* em Vygotsky está relacionado aos signos e instrumentos que intermedeiam o processo de aprendizagem e de interação entre o ser humano e o mundo social. No processo educativo, o professor é compreendido como um mediador fundamental, embora não exclusivo, uma vez que a mediação também se efetiva por meio de objetos culturais, da própria atividade pedagógica, da linguagem, entre outros elementos. Rego (2012) esclarece que a relação do ser humano com o mundo exterior não ocorre de maneira direta, mas é sempre mediada por meio de ferramentas. Nesse sentido, a mediação consiste nos “instrumentos técnicos e os sistemas de signos construídos historicamente, que fazem a mediação dos seres humanos entre si e deles com o mundo” (Rego, 2012, p. 32).

Outro conceito desenvolvido por Vygotsky é o de *zona de desenvolvimento proximal*. Rego (2012) explica que para Vygotsky a aprendizagem é um elemento primordial para o desenvolvimento do ser humano. “[...] o aprendizado é o aspecto necessário e universal, uma espécie de garantia do desenvolvimento das características psicológicas especificamente humanas e culturalmente organizadas”. Nesse contexto, Vygotsky, ao se debruçar sobre o período escolar, desenvolve o conceito de *zona de desenvolvimento proximal*. Para o autor, há dois níveis de desenvolvimento: zona de desenvolvimento real e zona de desenvolvimento potencial. Em termos gerais, a zona de desenvolvimento real refere-se aquelas funções já adquiridas pelo indivíduo e a zona de desenvolvimento potencial as capacidades a serem construídas, as quais a criança consegue desenvolver com auxílio de outra pessoa. A zona de desenvolvimento proximal, então, encontra-se entre a zona de desenvolvimento real e a de desenvolvimento potencial, ou seja, relaciona-se às capacidades que ainda serão consolidadas pela criança.

Neste sentido, o desenvolvimento da criança é visto de forma prospectiva pois a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão mas que estão presentes em estado embrionário (Rego, 2012, p. 53).

Feitosa *et al.* (2019) explicam que quando o professor busca incentivar os alunos a novos desafios, considerando as particularidades e o nível de aprendizado de cada estudante,

haverá uma aprendizagem expressiva. Os autores ainda exemplificam algumas situações em que é possível trabalhar na zona de desenvolvimento proximal:

Por exemplo, o educador incentivar a realização de trabalhos em grupos, em que alunos com diferentes níveis de ensino possam interagir e trocar experiências com os outros; podemos também citar a monitoria, pois esta permite que, aquele aluno que domina assuntos de uma determinada disciplina, possa aperfeiçoar ainda mais este conhecimento quando compartilha com seus colegas de classe o que já internalizou (Feitosa *et al.*, 2019, p. 111).

Nesse contexto, surge também outro conceito de Vygotsky, o de *internalização*, compreendido como o movimento em que os homens internalizam a cultura e o conhecimento produzido historicamente, fazendo a transformação em si mesmos. Conforme destaca Rego (2012), a internalização consiste na transformação dos processos externos em um processo intrapsicológico, sendo assim reconstruída internamente. “O longo caminho do desenvolvimento humano segue, portanto, a direção do social para o individual” (Rego, 2012, p. 109).

Percebe-se, desse modo, que o processo de internalização e da aprendizagem parte do social para o indivíduo. Nessa perspectiva, as interações sociais ganham lugar de destaque nos processos educativos. Sobre isso, Rego (2012, p.80) explica que:

O paradigma esboçado sugere, assim, um redimensionamento do valor das interações sociais (entre os alunos e o professor e entre as crianças) no contexto escolar. Essas passam a ser entendidas como condição necessária para a produção de conhecimentos por parte dos alunos, particularmente aquelas que permitam o diálogo, a cooperação e troca de informações mútuas, o confronto de pontos de vista divergentes e que impliquem na divisão de tarefas onde cada um tem uma responsabilidade que, somadas, resultarão no alcance de um objetivo comum. Cabe, portanto, ao professor não somente permitir que elas ocorram, mas também promovê-las no cotidiano das salas de aula.

A partir dessas considerações, entende-se a importância de promover nos espaços formativos atividades pedagógicas que possibilitem a interação entre os indivíduos, como rodas de diálogo, atividades cooperativas, grupais etc.

Diferente de Vygotsky, que foca nas interações sociais como parte do processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, Ausubel tem seu foco de análise nas funções cognitivas no intuito de promover uma aprendizagem significativa, conceito central de sua teoria. “Para Ausubel, a aprendizagem significa organização e integração do material na estrutura cognitiva. [...] É o complexo organizado resultante dos processos cognitivos, ou seja,

dos processos mediante os quais se adquire e se organiza o conhecimento” (Moreira; Massini, 1982, p. 4).

Para Ausubel, a aprendizagem significativa refere-se ao processo por meio do qual uma nova informação estabelece relações substantivas e não arbitrárias com conhecimentos previamente existentes na estrutura cognitiva do indivíduo. Esses conhecimentos prévios, que servem de ancoragem para a assimilação do novo conteúdo, são denominados pelo autor de conceitos subsunçores. Em termos elucidativos, o subsunçor corresponde a um conhecimento específico já presente na estrutura cognitiva do sujeito, que possibilita atribuir significado às novas informações que lhe são apresentadas ou por ele descobertas (Moreira, 2012).

Para que ocorra uma aprendizagem significativa, é necessário que as novas informações se conectem aos subsunçores do indivíduo.

A aprendizagem significativa ocorre quando a nova informação é ancorada em conceitos ou proposições relevantes, preexistentes na estrutura cognitiva do aprendiz. Ausubel vê o armazenamento de informações no cérebro humano como sendo organizado, formando uma hierarquia conceitual na qual elementos mais específicos de conhecimento são ligados (e assimilados) a conceitos mais gerais, mais inclusivos (Moreira, 2025, p. 148).

Moreira (2012) explica que a aprendizagem significativa consiste na interação das ideias expressas simbolicamente com os saberes já consolidados de forma substantiva e não-arbitrária. Essa forma “substantiva quer dizer não-literal, não ao pé-da-letra, e não-arbitrária significa que a interação não é com qualquer ideia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende” (Moreira, 2012, p. 2).

Pode-se compreender, portanto, que, no contexto educativo, torna-se imprescindível que o professor ou mediador identifique os conhecimentos relevantes e previamente constituídos dos sujeitos que participam do processo formativo. Nesse aspecto, estabelece-se um ponto de convergência com a teoria de Vygotsky, uma vez que, para o autor, a compreensão do contexto social e das experiências prévias dos estudantes constitui elemento fundamental para a efetivação do processo de aprendizagem.

Cabe destacar que, quando as novas informações e conceitos interagem com estruturas cognitivas já existentes, há um processo de modificação dos conceitos subsunçores. Conforme explicam Moreira e Masini (1982, p. 8),

Em física, por exemplo, se os conceitos de força e campo já existem na estrutura cognitiva do aluno, eles servirão de subsunçores para novas informações referentes a certos tipos de força e campo, como por exemplo, a

força e o campo eletromagnético. Entretanto, este processo de ancoragem da nova informação resulta em crescimento e modificação do conceito subsunçor. Isto significa que os subsunçores existentes na estrutura cognitiva podem ser abrangentes e bem desenvolvidos ou limitados e poucos desenvolvidos, dependendo da frequência com que ocorre a aprendizagem significativa em conjunção com um dado subsunçor.

Com o objetivo de identificar os conceitos já apropriados pelos estudantes e aqueles que ainda necessitam ser desenvolvidos, Ausubel propôs a utilização dos organizadores prévios. Segundo Moreira e Masini (1982, p. 12), “organizadores prévios são materiais introdutórios apresentados antes do próprio material a ser aprendido”, cuja principal função consiste em estabelecer uma ponte cognitiva entre os conhecimentos prévios dos estudantes e os novos conteúdos, configurando-se, assim, como importantes facilitadores do processo de aprendizagem significativa.

Moreira (2012) destaca dois tipos de organizadores prévios, os do tipo expositivo e os do tipo comparativo. Propõe que, para o caso de material que seja totalmente não familiar ao grupo seja elaborado um organizador expositivo, este material “deve ser usado para suprir a falta de conceitos, ideias ou proposições relevantes à aprendizagem desse material e servir de ‘ponto de ancoragem inicial’”. Já no caso de material em que haja alguma familiaridade com os conceitos, propõe-se o organizador do tipo comparativo, estes, segundo o autor, “deve ser usado para integrar e discriminar as novas informações e conceitos, ideias ou proposições, basicamente similares, já existentes na estrutura cognitiva”.

Elaborado por estudantes de pós-graduação em biologia e farmácia, um dos exemplos trazidos pelo autor diz respeito à utilização de um conceito culinário, maionese, para aprendizagem do conceito de emulsão. Nesse organizador, é disponibilizado um texto sobre maionese e sua forma de preparo. “A interação cognitiva deverá ocorrer quando o aluno perceber que a maionese é uma emulsão e, conseqüentemente, a maneira de produzir uma emulsão é semelhante ao modo de preparo de uma maionese.” (Moreira, 2012, p. 5). Os organizadores prévios, assim, constituem ferramentas didáticas para criar elos entre os conhecimentos já existentes e aqueles a serem desenvolvidos. O autor também explica que o organizador pode ser um texto, um filme, uma discussão, uma frase etc.

Embora Vygotsky e Ausubel tenham desenvolvido um amplo conjunto de conceitos e contribuições sobre o processo de aprendizagem, destacam-se, neste estudo, apenas alguns aspectos de suas teorias que se mostram particularmente relevantes para a reflexão acerca da construção de práticas pedagógicas cooperativas junto aos empreendimentos de economia solidária.

Um dos elementos convergentes nas formulações de Vygotsky e Ausubel é a

centralidade atribuída ao reconhecimento e à identificação dos conhecimentos e das aprendizagens pré-existentes dos indivíduos. Vygotsky parte do pressuposto de que os estudantes, ao ingressarem na escola, já são portadores de saberes constituídos a partir de suas experiências e interações sociais. Nesse contexto, o autor elabora o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, cuja compreensão exige a identificação da Zona de Desenvolvimento Real — correspondente aos conhecimentos e habilidades que o sujeito já domina e é capaz de realizar de forma autônoma — e da Zona de Desenvolvimento Potencial, relacionada às aprendizagens que podem ser alcançadas com a mediação de outros, sejam adultos ou pares mais experientes.

De modo análogo, ainda que centrado no campo cognitivo, Ausubel estabelece como um dos pilares de sua teoria a identificação dos conhecimentos e conceitos prévios dos aprendizes. Para o autor, a aprendizagem significativa ocorre quando novas informações se relacionam de maneira substantiva e não arbitrária com conceitos relevantes já existentes na estrutura cognitiva do indivíduo, evidenciando, assim, a importância do que o estudante já sabe para a construção de novos conhecimentos.

Dessa forma, evidencia-se a relevância de incluir, nos processos formativos, atividades que possibilitem o reconhecimento das experiências sociais e dos saberes prévios dos(as) trabalhadores(as), articulando-os aos novos conceitos a serem desenvolvidos. A compreensão de quem são esses sujeitos, de onde vêm e quais experiências acumulam constitui um elemento fundamental para apreender os conhecimentos já consolidados e identificar aquilo que, para eles, possui sentido e significado no processo formativo. Tais questões revelam-se essenciais para a construção de práticas educativas contextualizadas e socialmente referenciadas.

À luz dessa compreensão, propõe-se que o desenvolvimento do produto educacional — a cartilha — considere a escuta atenta dos(as) trabalhadores(as), buscando apreender suas trajetórias, vivências e concepções acerca do trabalho. Nesse sentido, uma contribuição relevante da teoria de Ausubel reside na utilização de organizadores prévios, os quais podem auxiliar os educandos a estabelecerem relações significativas entre os conhecimentos já existentes e os novos conceitos a serem introduzidos. A título de exemplo, organizadores prévios comparativos podem assumir a forma de tabelas ou textos que contrastem o funcionamento de empreendimentos individuais, estruturados segundo a lógica capitalista — familiar à maioria dos trabalhadores — com o modo de organização dos empreendimentos econômicos solidários.

Vygotsky, por sua vez, atribui papel central às interações sociais no processo de aprendizagem. No contexto dos empreendimentos de economia solidária, observa-se, de modo geral, a constituição de grupos heterogêneos, tanto em relação à faixa etária quanto ao nível de

escolaridade. Essa diversidade configura-se como um potencial pedagógico, na medida em que favorece a criação de espaços de interação, diálogo e compartilhamento de experiências e saberes. Enquanto, no âmbito da sala de aula, Vygotsky aponta a possibilidade da monitoria entre estudantes, ao transpor essa concepção para o campo educativo não formal, torna-se possível fomentar práticas nas quais os(as) próprios(as) trabalhadores(as) compartilhem seus conhecimentos e experiências com os demais integrantes do empreendimento, fortalecendo processos coletivos de aprendizagem.

Tanto em Vygotsky quanto em Ausubel, o professor ocupa um papel central como mediador do processo de aprendizagem. Contudo, em Vygotsky, essa função mediadora não se restringe exclusivamente ao docente, uma vez que outros mediadores sociais também participam ativamente da construção do conhecimento. No contexto dos processos de incubação, tais mediadores podem ser constituídos por professores, estudantes, técnicos administrativos e, de modo igualmente relevante, pelos próprios integrantes dos empreendimentos econômicos solidários, que compartilham saberes oriundos de suas experiências e práticas sociais.

Outro elemento que caracteriza de forma marcante a contemporaneidade refere-se às rápidas inovações tecnológicas e à ampla disseminação das tecnologias digitais, as quais têm impactado profundamente os modos de viver, consumir, interagir e aprender. A comunicação mediada por redes sociais, o consumo e a comercialização por meio de aplicativos, bem como o deslocamento urbano apoiado por plataformas digitais, ilustram a centralidade que a internet e as tecnologias digitais assumem na vida cotidiana.

Nesse cenário, múltiplos processos educativos e interações capazes de promover e potencializar aprendizagens passam a ocorrer no ciberespaço. Este é compreendido como um espaço de comunicação constituído a partir da interconexão mundial de computadores, englobando não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informações nele disponível e os sujeitos que nele interagem (Lévy, 1999).

Para Lévy (1999), o ciberespaço constitui o suporte fundamental para o desenvolvimento das inteligências coletivas. O referido autor elucida o conceito de inteligência coletiva como “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (Lévy, 2003, p. 28 *apud* Bembem; Costa Santos, 2013), tendo como finalidade o reconhecimento e o enriquecimento mútuo dos sujeitos. Nessa perspectiva, a inteligência coletiva pode ser entendida como uma forma de o ser humano pensar e compartilhar conhecimentos com outras pessoas, valendo-se de recursos técnicos e tecnológicos, como a internet (Pereira, 2012).

Se o ciberespaço possibilita a mobilização da inteligência coletiva, isso implica reconhecer que, nesse ambiente, os sujeitos aprendem por meio das trocas e interações com outros indivíduos e com os saberes por eles produzidos. Em sinergia, essas interações podem potencializar processos de aprendizagem mútua, colaborativa e cooperativa, ampliando as possibilidades formativas para além dos espaços educativos tradicionais.

Entretanto, o simples acesso ao ciberespaço e aos instrumentos tecnológicos não é suficiente para garantir a interação, a comunicação ou a produção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, Rufino (2017), à luz da racionalidade comunicativa de Habermas, contribui para a compreensão dos processos formativos orientados à constituição de coletivos inteligentes. Ao dialogar com as formulações de Pierre Lévy, o autor destaca a centralidade da *aprendizagem cooperativa* como elemento estruturante da inteligência coletiva.

Rufino (2017) enfatiza que a constituição de coletivos inteligentes pressupõe a capacidade dos sujeitos de aprender em cooperação, articulando e sinergizando saberes por meio de processos comunicativos mediados pela linguagem. A aprendizagem cooperativa, nesse contexto, não se limita à mera troca de informações, mas envolve a construção compartilhada de sentidos, orientada por princípios éticos e comunicativos.

A partir dessas enunciações, destacam-se duas qualidades fundamentais apontadas por Rufino (2017), com base em pressupostos habermasianos, para a efetivação da aprendizagem cooperativa: a competência comunicativa, entendida como a capacidade de participar de processos dialógicos orientados ao entendimento mútuo; e a adoção de uma postura ético-discursiva, indispensável para viabilizar ações comunicativas pautadas no respeito, na reciprocidade e na cooperação.

Articulados nas redes de interação comunicativa do ciberespaço (seja em sua dimensão virtual ou atual), a esses sujeitos nos parecem imperiosas ao menos duas qualidades – alinhadas a pressupostos habermasianos outrora discutidos neste estudo – com as quais eles conseguirão cooperar e aprender cooperando (como inteligentes coletivos): eles precisam ser competentes para se comunicar, já que a interação cibernética passa pelo domínio pragmático da(s) linguagem(ns) envolvida(s) em seu universo comunicativo particular (1); além disso, deles se espera uma postura ético-discursiva capaz de viabilizar ações comunicativas profícuas no tocante ao objetivo comum de aprender cooperativamente e otimizar o potencial de inteligência coletiva do Espaço do Saber (2). Assim qualificados como coletivos inteligentes, os sujeitos talvez possam transformar o universo interativo ciberespacial numa grande comunidade ideal de comunicação (3) (Rufino, 2017, p. 168).

A partir de Rufino (2017), destaca-se, no que se refere ao primeiro aspecto, a importância de que os(as) sujeitos(as) que interagem no ciberespaço possuam competência

linguística para a interação, considerando a diversidade de linguagens e suportes informáticos que caracterizam esse ambiente. Ainda que marcado pela multiplicidade, é possível operar com padrões universais de linguagem que viabilizem a compreensão mútua entre os(as) participantes.

No segundo aspecto, a viabilização comunicacional remete à necessidade de disposição para o diálogo, o que pressupõe sujeitos(as) autônomos(as) e capazes de elaborar bons argumentos. Para além disso, sujeitos(as) comprometidos(as) com o outro.

A inteligência coletiva só se perfaz na intersubjetividade. Em outras palavras, a leitura de Habermas nos sugere que os sujeitos serão mais inteligentes quanto mais se comprometerem com o fomento da competência do outro à comunicação. Por mais bem dotado de saberes e competências que esteja, um sujeito isolado será carente de inteligência coletiva ao se omitir ao diálogo, a um outro a quem possa ensinar e de quem possa aprender algo (Rufino, 2017, p. 171).

As reflexões desenvolvidas até aqui permitem compreender os processos de aprendizagem a partir de distintas perspectivas teóricas que, embora oriundas de campos e contextos diversos, apresentam pontos de aproximação e complementaridade. Essas abordagens contribuem para uma leitura ampliada do fenômeno educativo, possibilitando apreendê-lo sob múltiplas dimensões. Ainda que o conceito de aprendizagem cooperativa tenha sido originalmente elaborado no contexto do ciberespaço, seus pressupostos permitem igualmente interpretar os processos de aprendizagem que se realizam no mundo físico e em experiências sociais concretas, tais como as que se desenvolvem no seio da economia solidária.

3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Brasil, 2023) referente ao primeiro trimestre de 2023 apontaram que houve um aumento de 0,9% na taxa de desocupação. Entre os grupos mais atingidos estão as pessoas entre 18 a 24 (29,1%) e de 25 a 39 anos de idade (36,0%), além das mulheres (53,7%), o que mostra que a geração de trabalho e renda ainda é uma preocupação atual para sociedade e para as políticas públicas do país. Além disso, o acesso à renda compromete um outro direito fundamental do ser humano, o direito à alimentação, que também tem sido afetado com o aumento do índice da insegurança alimentar e nutricional grave.

Um dos caminhos para a inclusão social e produtiva dos trabalhadores e das trabalhadoras é a economia solidária⁴. Na economia solidária, os trabalhadores e trabalhadoras organizam-se em grupos voltados à produção, à comercialização, ao consumo e/ou às finanças, estruturando o empreendimento a partir de princípios de gestão coletiva e de participação democrática nos processos decisórios, caracterizando o que se denomina autogestão.

A autogestão, no cerne da Economia Solidária, trata-se de um modelo em que os trabalhadores são coproprietários, isso rompe com a sistemática da alienação, que o trabalhador apenas cumpre as ordens de superiores, sem qualquer questionamento (Leal; Rodrigues, 2018, p. 212).

Nesse sentido, para além de uma possibilidade de inclusão social e econômica, a economia solidária mostra-se como outra visão e modo de estar no mundo almejando a emancipação humana.

Compreende-se que, diante da lógica participativa dos trabalhadores e das trabalhadoras na gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), exige-se que, além do domínio sobre a própria atividade produtiva, sejam mobilizados saberes de natureza administrativa, financeira, entre outros inerentes à gestão do empreendimento. Para que a autogestão se efetive, é necessário que todos os sócios e sócias estejam informados acerca do funcionamento da organização e das alternativas disponíveis para a resolução dos problemas cotidianos (Singer, 2002)

Dados do mapeamento realizado entre os anos de 2009 e 2013 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), identificaram a existência de 19.708 empreendimentos de economia solidária no país, com destaque para a região Nordeste, que concentrou 40,8% dos grupos mapeados (Silva; Carneiro, 2016). O levantamento também apontou o envolvimento de 1.423.631 trabalhadores e trabalhadoras nos EES (Silva; Carneiro, 2016). Embora esses dados se refiram à realidade de 2013, a descontinuidade da política pública de economia solidária nos governos posteriores inviabilizou a atualização do mapeamento⁵. Ainda assim, é possível reconhecer a expansão dessas iniciativas e sua relevância no contexto socioeconômico brasileiro.

⁴ “O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (Laville; Gaiger, 2009, p.162).

⁵ Em 2023, o Governo Lula criou a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, o que aponta para a retomada das ações em economia solidária no campo das políticas públicas.

A economia solidária pode ser compreendida como um modo de organização para o trabalho, contraposto ao modelo econômico capitalista, que tem como fundamento a coletividade, que se organiza através da autogestão para produção, consumo, comercialização, entre outras atividades. Conforme Singer (2002, p. 10) “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Silva (2016, p. 13), afirma que:

Sua ideia traz consigo princípios que perpassam em diferentes graus a busca pela satisfação das necessidades, a igualdade de oportunidades, a preservação do meio ambiente e a luta por justiça social e garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos.

De acordo com Laville e Gaiger (2009), o termo *economia solidária* foi evidenciado na década de 90, quando cidadãos, produtores e consumidores desenvolveram diversas atividades econômicas sob os princípios da cooperação, autonomia e gestão democrática e que posteriormente assumiram diversas formas como coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, entre outros.

Conforme Singer (2002), a economia solidária surge a partir da reação ao elevado empobrecimento dos artesãos, que tiveram seu trabalho substituído pela difusão das máquinas e da produção fabril. Uma das iniciativas que deram origem ao que hoje é conhecido por cooperativismo e inspiraram o surgimento de outras organizações remontam ao teórico Robert Owen. Singer (2002) afirma que, ao sair do seu país (Grã Bretanha) com destino aos Estados Unidos, Owen estabeleceu em 1825 uma Aldeia Cooperativa, em New Harmony, no estado de Indiana e que, apesar de sofrer sucessivas divisões, a experiência inspirou a criação de sociedades cooperativas.

No Brasil, o contexto de crise econômica vivenciado a partir da década de 80 contribuiu para a efervescência dos movimentos sociais e de iniciativas de economia solidária, com vistas a buscar formas alternativas de geração de trabalho e renda. Conforme explicam Costa e Jesus (2017, p. 241), “Do ponto de vista histórico, um conjunto substancial de trabalhos refere-se ao crescimento desse fenômeno no contexto brasileiro, fundamentalmente, a partir da década de 1990”.

Um dos marcos importantes no Brasil após a década de 90 foi a realização do I Fórum Social Mundial que aconteceu no ano de 2001 e que teve o tema da economia popular solidária discutido durante dois dias, além de um seminário com o economista Paul Singer (um dos

autores referenciais em economia solidária no Brasil) e ainda relatos de experiências (Amorim; Araújo, 2004).

As experiências voltadas à formação de organizações para produção de bens e serviços são chamadas de empreendimentos solidários ou empreendimentos econômicos solidários. Uma das principais diferenças elencadas por Singer (2002) entre uma empresa capitalista e um empreendimento solidário é a forma de gestão: na primeira, aplica-se a heterogestão; na segunda, autogestão. Assim, nas organizações estruturadas a partir da economia solidária todos(as) os(as) membros(as) participam da gestão e da tomada de decisões que envolve o empreendimento.

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos (Singer, 2002, p. 18).

De acordo com o autor, a prática da autogestão exige que os(as) membros(as) se informem do que ocorre na empresa e das alternativas possíveis para resolução dos problemas. Ou seja, além de cumprir com as atividades atribuídas a cada um, é necessário também envolver-se com os problemas gerais da empresa, exigindo, assim, um esforço adicional (Singer, 2002).

França Filho e Laville (2004) destacam que no Brasil há uma diversidade de experiências em economia solidária, além de cooperativas. “A economia solidária brasileira, não se resume, segundo nossa leitura, a algumas formas de cooperativismo. Ela absorve um certo número de iniciativas sob a forma associativa, assim como alguns casos de ONGs e fundações” (França Filho; Laville, 2004, p. 149). Conforme Silva (2016), dados do segundo mapeamento de economia solidária, realizado entre 2009 e 2013, identificaram cerca de 19.708 empreendimentos de economia solidária, sendo encontradas as seguintes formas organizativas: associações, cooperativas, grupos informais e sociedades mercantis, com predominância para as associações (60%).

França Filho e Laville (2004) sugerem cinco critérios para caracterizar as iniciativas de economia solidária: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional. A pluralidade de princípios econômicos diz respeito à articulação de

diferentes fontes de recursos, que podem ser pela comercialização de produtos e serviços, oriundas de recursos públicos em formas de subsídios e recursos oriundos de práticas reciprocitárias, como o trabalho voluntário, doações e outras formas de troca-dádiva, apresentando um equilíbrio entre essas três fontes de recursos.

A autonomia institucional indica a independência dessas iniciativas em relação a outras instituições, especialmente sobre a gestão, não se excluindo, entretanto, a interdependência em relação a parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação. A democratização dos processos decisórios está relacionada a mecanismos de participação democrática em que as decisões se dão de forma coletiva. A sociabilidade comunitário-pública diz respeito à forma de sociabilidade inerente a essas iniciativas, em que se misturam padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais. Já a finalidade multidimensional indica fins para além de econômicos, mas também integra as dimensões ecológica, social, cultural e política.

Gaiger (2009) explica que esses empreendimentos articulam suas atividades econômicas com ações de caráter educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual estão inseridos. Ou seja, suas atividades estão para além do valor econômico, mas relacionam-se com outras dimensões da vida, o que torna os empreendimentos solidários um espaço educativo importante para a formação humana.

3.4 FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E PROCESSOS FORMATIVOS

As feiras de economia solidária podem ser caracterizadas como espaços onde os empreendimentos de economia solidária divulgam e comercializam seus produtos e serviços diretamente ao consumidor e estabelecem relações de confiança e proximidade. Além disso, são organizadas a partir de um processo participativo dos(as) trabalhadores(as) na gestão da feira e sob os princípios da economia solidária.

Conforme o Termo de referência sobre Feiras de Economia Solidária produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), FBES e Instituto Marista (2009), as feiras de economia solidária têm como proposta a promoção do consumo dos bens e serviços produzidos pelos EES e sua organização é considerada um processo de aprendizagem do trabalho coletivo, envolvendo diferentes atores.

A feira de economia solidária possibilita, ainda, vivências concretas dessa forma de organização do trabalho, como as trocas solidárias e a atuação de bancos comunitários por meio das moedas sociais, além de experiências artístico-culturais e formativas. Esses espaços reúnem

grupos e/ou trabalhadores com trajetórias, experiências e singularidades diversas. Amorim (2011) compreende as feiras como espaços nos quais se realizam trocas solidárias de informações e saberes, a difusão da economia solidária, bem como a integração e a articulação entre os Empreendimentos Econômicos Solidários, instituições governamentais e entidades de assessoria, apoio e fomento à economia solidária.

Essas características dialogam com as especificidades indicadas no Termo de Referência do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2009), que apresenta cinco dimensões estratégicas constitutivas das feiras de economia solidária: ambiental, econômica, fortalecimento da organização dos empreendimentos de economia solidária, divulgação e formação. No que se refere à dimensão formativa, esta se concretiza por meio da realização de oficinas, plenárias, reuniões e seminários sobre os mais diversos temas, bem como na própria preparação e execução das feiras (MTE, 2009).

No âmbito da dimensão formativa das feiras de economia solidária, destaca-se também a forte relação desses processos educativos com a educação popular. E por que essa relação se estabelece? Helk (2017) explica que:

A educação popular e a economia popular têm como ponto de partida o chão da realidade, constroem-se no fazer coletivo, na solidariedade e só têm sentido se são processos de conscientização no rumo de uma nova sociedade, formando cidadãos críticos, transformadores e solidários (Helk, 2017, p. 22).

Sendo assim, a economia solidária e a educação popular apresentam aspectos comuns, configurando-se como processos que exigem um fazer pedagógico dialógico e participativo, orientado para a emancipação social. As contribuições do educador Paulo Freire, principal expoente da educação popular, especialmente no campo da alfabetização de jovens e adultos, já indicam caminhos convergentes entre a economia solidária e a educação popular.

Na experiência desenvolvida no município de Angicos (RN), em 1963, em um contexto marcado por elevados índices de analfabetismo e por intensas mobilizações sociais em torno das reformas de base, Paulo Freire e sua equipe propuseram a alfabetização de trabalhadores e trabalhadoras em um período de 40 horas, articulando esse processo à politização dos(as) participantes (Germano, 1997). Tal experiência evidenciou as possibilidades de uma abordagem que, para além da codificação e decodificação do sistema de escrita alfabética, promoveu a conscientização crítica dos(as) sujeitos(as) a partir da leitura da realidade em que estavam inseridos(as).

A metodologia freireana envolvia o levantamento do universo vocabular dos sujeitos, a identificação das palavras geradoras — selecionadas a partir desse universo — e a constituição

dos círculos de cultura, espaços destinados às discussões coletivas. Todo esse processo se desenvolvia em uma relação marcada pela participação ativa e pelo diálogo entre educadores(as) e educandos(as), conforme descreve Lyra (1996). Nessa perspectiva, ambos aprendiam simultaneamente, em um movimento dialógico de construção coletiva do conhecimento (Silva; Sampaio, 2015).

Nesse contexto, Freire rompe com os paradigmas da educação bancária e estabelece reflexões que deram (dão) corpo para a educação popular. A vivência em Angicos expressa um conjunto de princípios que balizaram as práticas pedagógicas, como o respeito aos saberes dos(as) educandos(as), a realidade concreta como ponto de partida, a participação dos(as) educandos(as), a relação dialógica entre educandos(as) e educadores(as), visando alfabetizar e politizar os(as) sujeitos(as). Esses princípios inspiram hoje diversas práticas educativas nos movimentos sociais, e, especialmente, na economia solidária.

Gadotti (2009) destaca que as práticas da economia solidária envolvem um processo formativo de mudança cultural orientado para a sustentabilidade. Esse processo formativo requer, portanto, uma abordagem problematizadora da realidade, de modo que, por meio do trabalho coletivo e associado, se busque a transformação econômica, social e cultural, aproximando-se da orientação político-metodológica da educação popular.

Nessa perspectiva, é pertinente considerar que um processo formativo fundamentado na problematização da realidade e orientado para a transformação social exige a superação de práticas educativas alienantes, isto é, aquelas que contribuem para a manutenção das desigualdades e injustiças socioeconômicas. Nesse sentido, em *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire (2011) explicita a necessidade de romper com as práticas da chamada educação bancária, compreendida pelo autor como um instrumento de opressão. De modo geral, Freire (2011) caracteriza a educação bancária como um conjunto de práticas em que o ato educativo se configura como um processo de depósito, no qual o(a) educador(a) transfere conhecimentos aos(às) educandos(as), concebidos(as) como sujeitos desprovidos de saber.

Freire (2011) defende um processo educativo em prol da libertação dos(as) oprimidos(as). Para isso, explica a necessidade de uma prática que rompa com a alienação, buscando a humanização e uma práxis que implica a transformação do mundo. Conforme Freire (2011), “A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 2011, p. 93).

Nesse contexto, em contraposição à educação bancária, Freire propõe a educação problematizadora, não como algo dado pelas classes dominantes, mas efetivada como resultado

da construção da consciência (Sartori, 2008). Para Freire (2011), entender que os homens não são depósitos, mas “corpos conscientes” é fundamental para a construção de uma educação problematizadora.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada no mundo (Freire, 2011, p. 94).

No que se refere ao elemento da *consciência*, que, conforme discutido anteriormente, está presente na perspectiva problematizadora, destaca-se a intencionalidade que caracteriza essa categoria. Oliveira e Carvalho (2007) explicam que, ao afirmar que os seres humanos são corpos conscientes, Paulo Freire orienta sua reflexão para a intencionalidade da consciência e para a ação conscientizadora. Segundo os autores, “não se pode conceber a consciência espacialmente, como um receptáculo vazio presente no homem que deve ser preenchido. A consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade” (Oliveira; Carvalho, 2007, p. 221).

Para Freire (2023), a conscientização implica a tomada de consciência crítica da realidade, possibilitando que os(as) sujeitos(as) se distanciem dela tanto como objeto de reflexão quanto como espaço de intervenção e ação transformadora.

Num primeiro momento, a realidade não se apresenta aos homens como objeto que a consciência crítica deles pode conhecer. Em outros termos, na aproximação espontânea do homem em relação ao mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica, mas uma posição ingênua. Nesse âmbito da espontaneidade, o homem, ao aproximar-se da realidade, faz simplesmente a experiência da realidade na qual se encontra, e que ele investiga.

Essa tomada de consciência ainda não é a conscientização — esta constitui o desenvolvimento crítico daquela. Logo, a conscientização implica que se passe da esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na qual a realidade se oferece como objeto cognoscível e na qual o homem assume um posicionamento epistemológico (Freire, 2023, p. 55).

Nesse contexto, o processo de conscientização implica a transição de uma consciência ingênua para um nível de consciência crítica da realidade. Assim, compreende-se que, na educação problematizadora, a realidade constitui o ponto de partida do processo educativo, não o seu fim, uma vez que este se orienta para a construção de consciências críticas.

Diante disso, Paulo Freire ressalta a necessidade de romper com os esquemas verticais que estruturam a educação bancária, propondo relações horizontalizadas entre educador(a) e educando(a), nas quais ambos educam e são educados(as). Conforme afirma o autor: “Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2011, p. 96).

Dada essa concepção, outra categoria que emerge no âmbito da educação problematizadora e dessa relação entre educador(a) e educando(a) é o *diálogo*. Zitkoski (2008) explica que, na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire insere a concepção do diálogo como processo dialético-problematizador, através do qual é possível olhar o mundo e a nossa existência em sociedade como processo, impulsionando a reflexão crítica sobre a condição humana no mundo. Para Freire (2011), o diálogo é lugar de encontro entre os homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam a fim transformá-lo e humanizá-lo, numa relação de reflexão e ação.

E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (...) É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para libertação dos homens (Freire, 2011, p.110).

Sendo assim, o diálogo, na perspectiva proposta por Freire, assume o compromisso da libertação dos homens, em que as novas possibilidades de transformação da realidade são construídas num processo problematizador e dialógico. Zitkoski (2008) ainda explica que pelo diálogo é possível dizer o mundo a partir da experiência/olhar de cada um e implica uma práxis social, buscando uma relação de coerência entre a palavra dita e a ação humanizadora.

Destacam-se ainda alguns elementos necessários na prática da educação dialógica. Zitkoski (2008), a partir de Freire, elenca algumas condições para o diálogo na educação humanizadora. Um primeiro aspecto diz respeito à seleção de conteúdos e dos temas geradores, que não devem ser impostos, mas emergem da comunicação crítica e esperançosa sobre nossa condição no mundo. Um segundo aspecto tem relação com a adoção de uma metodologia coerente com a educação humanizadora, que propicie uma postura dialógica. Por fim, destaca a importância da educação corporificada pelo exemplo.

Diante dos pressupostos apresentados, compreende-se que a educação popular e a economia solidária possuem conexões que convergem para a transformação da realidade e envolve um processo de conscientização a partir das condições sociais, econômicas e culturais

que cercam os(as) sujeitos(as). Corrobora-se a afirmação de Puton e Poli (2024, p. 245) de que, “para viabilizar a autogestão dos empreendimentos e a proposta de uma outra economia, é necessário deslocar-se de uma lógica essencialmente capitalista para uma lógica de emancipação, orientada à busca da autonomia”.

Para que a economia solidária seja vivenciada e seus princípios concretizados, é necessário um processo formativo de tomada de consciência crítica da realidade, compreendendo os condicionantes e as contradições do sistema econômico dominante. Sendo assim, a educação popular é uma perspectiva essencial para economia solidária, uma vez que sua vivência implica a tomada de consciência crítica da realidade social e econômica e a emancipação humana.

4. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO OMNILATERAL NA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO COLETIVO ECOFEIRAS - PB

Considerando os objetivos e a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa, foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados o grupo focal (GF), a entrevista semiestruturada e a observação. Além disso, procedeu-se com a análise de documentos a fim de caracterizar a experiência do projeto de extensão “Feiras Solidárias” e a formação do Coletivo EcoFeiras - PB. Constituíram o *corpus* de análise documental os relatórios e a propositura do projeto, notícias e publicações nas redes sociais do projeto e do NUPLAR.

Dessa forma, a realização do grupo focal buscou identificar as compreensões e significados dos(as) trabalhadores(as) participantes da feira de economia solidária sobre o processo de formação e de aprendizagem a partir dessa experiência. Gil (2021) destaca que o Grupo Focal é uma das técnicas de coletas de dados utilizadas no âmbito das ciências sociais e que busca incentivar a expressão de respostas.

Marconi e Lakatos (2022) explicam que um grupo focal tem como característica a constituição de um grupo composto por pessoas com características comuns selecionadas pelos pesquisadores para discutir o tema objeto de estudo da pesquisa. Sendo assim, o grupo focal nesta pesquisa foi constituído por trabalhadores(as) que participam das feiras de economia solidária propostas pela INCUBES.

Quanto à composição do GF, Souza (2019, p. 60) destaca que não há um consenso em relação à quantidade de participantes, mas que são encontradas na literatura recomendações entre 3 a 12 pessoas: “Sobre a quantidade de participantes, a literatura é variada, recomendando, em conjunto, desde 3 até 12 pessoas. Pesquisadores notórios no trabalho com GF recomendam de 3 a 8 pessoas (Barbour, 2009) e de 6 a 10 (Morgan, 1997)”.

Destaca-se, ainda, outra característica que constitui o grupo focal: a interação entre os(as) participantes e o papel do moderador, na figura do(a) pesquisador(a), que propõe tópicos para debate. Souza (2019, p. 53) explica que o “GF é uma ferramenta de pesquisa que coleta dados através da interação do grupo acerca de um tópico proposto por um pesquisador (moderador, facilitador)”.

Diante disso, o grupo focal foi facilitado pela pesquisadora deste estudo em sala previamente preparada, de fácil acesso aos participantes, e desenvolvido com base no roteiro com tópicos que orientaram a discussão tendo em vista os objetivos da pesquisa, conforme o Quadro 2.

Quadro 2. Roteiro com tópicos de discussão para o grupo focal.

Roteiro de discussão com o grupo focal composto por trabalhadores(as) que participam do projeto “Feiras Solidárias”.	
1	O que é economia solidária?
2	O que é autogestão?
3	O que significa uma feira de economia solidária?
4	Como conheceram a economia solidária?
5	Por qual razão o grupo buscou participar da Feira de economia solidária proposta pela INCUBES através do projeto Feiras Solidárias?
6	Qual a importância da Feira de Economia Solidária?
7	Como a autogestão é/pode ser vivenciada na Feira de Economia Solidária promovida pelo projeto “Feiras Solidárias”?
8	Como percebem a prática da cooperação na Feira de Economia Solidária?
9	Qual a importância da prática da cooperação para o desenvolvimento da Feira de Economia Solidária?
10	Participam de outros modelos de feira sem ser na perspectiva da economia solidária?
11	Qual a diferença entre participar de uma Feira de Economia Solidária e de outros modelos de feira?
12	Para além de um espaço de comercialização, a feira é ou pode ser um espaço de aprendizado? Por quê?
13	De que forma a prática da cooperação pode colaborar na aprendizagem dos grupos que participam das feiras de economia solidária promovidas pelo projeto “Feiras Solidárias”?
14	A experiência de participação na Feira de Economia Solidária tem proporcionado alguma ou algumas aprendizagens? Quais?
15	De que forma se deu/tem se dado esse aprendizado?
16	O que é necessário para que se possa aprender em grupo?
17	Quais são os principais desafios vivenciados no desenvolvimento da feira de economia solidária?
18	Que necessidades de formação identifica a partir do trabalho desenvolvido na gestão coletiva da feira?
19	Qual a melhor forma de aprender sobre essas temáticas?

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Outro instrumento de coleta de dados utilizado por esta pesquisa foi a entrevista semiestruturada. A entrevista é uma técnica importante e bastante utilizada pelas ciências sociais e humanas, pois permite dialogar diretamente com os sujeitos da pesquisa a fim de compreender suas percepções e significados a respeito do objeto da pesquisa. De acordo com Richardson (2017, p.221):

A melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos. Esse tipo de interação entre pessoas é um elemento fundamental na pesquisa em Ciências Sociais... A entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B (Richardson, 2017, p. 221).

Nesse sentido, consideramos que a entrevista possibilita maior compreensão sobre os processos formativos na constituição de feiras de economia solidária a partir da percepção dos(as) próprios(as) sujeitos(as). Sendo assim, de forma complementar ao grupo focal, a entrevista buscou aprofundar as questões temáticas da pesquisa junto aos(as) trabalhadores(as) vinculados(as) aos EES participantes do projeto “Feiras Solidárias”. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 10 trabalhadores(as), utilizando um roteiro semiestruturado para subsidiar a entrevista, conforme mostra o quadro abaixo.

Quadro 3. Roteiro de entrevista com trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários participantes do Projeto “Feiras Solidárias”.

Roteiro de entrevista com trabalhadores(as) de empreendimentos solidários do Projeto Feiras Solidárias.	
1	Gênero
2	Idade
3	Raça/etnia
4	Qual a sua escolaridade?
5	Possui algum curso de formação profissional? Se sim, quais?
6	Qual(is) atividade(s) de trabalho desenvolvia antes de ingressar no empreendimento de economia solidária?

7	Qual segmento de trabalho desenvolve e expõe na feira? (artesanato, alimentação, saboaria artesanal etc.)
8	Por qual razão buscou participar do empreendimento solidário?
9	Por qual razão o grupo buscou participar da Feira de economia solidária proposta pela INCUBES através do projeto Feiras Solidárias?
10	Na sua opinião, o que significa uma feira de economia solidária?
11	Para você, o que é autogestão?
12	De que forma você percebe a prática da autogestão na feira?
13	Como você percebe a prática da cooperação na feira de economia solidária?
14	Você participa de outras feiras sem ser na perspectiva da economia solidária?
15	Qual a diferença entre participar de uma Feira de Economia Solidária e de outros modelos de feira?
16	Para além de um espaço de comercialização, a feira é ou pode ser um espaço de aprendizado? Por quê?
17	O que você tem aprendido a partir da experiência da Feira de Economia Solidária promovida pelo Projeto “Feiras Solidárias”?
18	De que forma se deu/tem se dado esse aprendizado?
19	Na sua opinião, o que é necessário para que se possa aprender em grupo?
20	Quais são os principais desafios que você observa no desenvolvimento da feira de economia solidária?
21	Que necessidades de formação identifica a partir do trabalho desenvolvido na gestão coletiva da feira?
22	Qual a melhor forma de aprender sobre essas temáticas?
23	Gostaria de acrescentar algo a essa entrevista?

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A entrevista, inicialmente prevista para ser realizada com 1 (um) membro da INCUBES, não pôde ser efetivada em razão do conjunto de atividades que se fez necessário desenvolver, bem como do volume de dados analisados.

A outra técnica empregada na pesquisa foi a observação do tipo participante. Essa técnica permite ao pesquisador compreender melhor as dinâmicas e relações do fenômeno a ser estudado. Conforme Richardson (2017), na observação participante, o pesquisador entra o máximo possível na vida do grupo envolvido. Gil (2022) explica que essa técnica possibilita ao pesquisador participar da vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa, assumindo, até certo ponto, o papel de membro do grupo. Considera-se então que essa técnica é um importante instrumento para compreender os processos de aprendizagem em suas dinâmicas e na realidade do grupo.

Dessa forma, a observação foi desenvolvida a partir do envolvimento da pesquisadora no grupo, participando das Feiras, dos encontros de planejamento e avaliação do coletivo. A observação participante tem o intuito de compreender melhor o fenômeno do estudo, sem, no entanto, interferir nas tomadas de decisões do coletivo. Para isso, a observação ocorreu a partir de um roteiro que buscou identificar os aspectos elencados no quadro a seguir.

Quadro 4. Roteiro que orientou a observação no Projeto Feiras Solidárias.

Roteiro de observação	
1	Como se configura a dinâmica organizativa das feiras de economia solidária desenvolvidas no âmbito do projeto Feiras Solidárias, e de que modo ela se articula com a aprendizagem cooperativa e a formação omnilateral?
2	Quais são e como ocorrem os espaços (momentos) de troca de saberes ou de experiências, formação e/ou avaliação?
3	Que desafios e/ou dificuldades vivenciam no desenvolvimento das atividades das feiras?
4	Como se dá a participação dos(as) trabalhadores(as) nas feiras de economia solidária?

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para realizar a observação participante e as demais etapas da pesquisa, o estudo foi apresentado aos(as) membros(as) do projeto “Feiras solidárias” por ocasião da reunião do coletivo que ocorreu no dia 07 de maio de 2025. No momento, foram apresentados os objetivos da pesquisa, importância, metodologia, os resultados esperados e o produto educacional

proposto. Essa ação teve o intuito de possibilitar aos(as) trabalhadores(as) a compreensão da proposta do trabalho para que pudessem avaliar sua participação e refletir sobre o desenvolvimento das atividades que seriam realizadas pela pesquisadora.

Destaca-se que a pesquisa é regida pela Resolução n.º 510/2016, sendo assim, o estudo seguiu na perspectiva de garantir os direitos dos(as) participantes da pesquisa, tais como: ter informações sobre a pesquisa e os resultados provenientes dela, a liberdade dos(as) participantes em responder ou não as perguntas, ou mesmo de desistir de participar do estudo, respeito à privacidade e confidencialidade de informações pessoais. Diante disso, a proposta foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFPB (CAAE 86869325.0.0000.5185) e posteriormente aprovado.

Ressalta-se que inicialmente a proposta da pesquisa tinha como lócus a experiência do Espaço Solidário Ecolanches (Ecolanches), uma iniciativa da INCUBES que tinha como base a formação de grupo de mulheres para produção de lanches e refeições numa lanchonete no *Campus I* da UFPB. Entretanto, a suspensão das atividades da Ecolanches devido à necessidade de reparos estruturais no espaço físico, exigiu que a pesquisa fosse redirecionada para outra experiência. Sendo assim, após envio da primeira versão para aprovação no CEP, que solicitou alguns ajustes, foi enviada a segunda versão da pesquisa já com foco nas feiras de economia solidária e com os ajustes solicitados, no que cabia à nova proposta.

Com o prosseguimento da pesquisa, as entrevistas foram realizadas a partir do consentimento dos(as) trabalhadores(as) registrados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da autorização para gravação do áudio durante a entrevista e de áudio e vídeo na realização do grupo focal.

Destaca-se que as observações foram realizadas durante visitas às feiras de economia solidária do Coletivo EcoFeiras - PB (09 e 10 de julho, 06 e 07 de agosto, e 11 de setembro de 2025) na praça do CCHLA/UFPB e a última em frente ao Centro de Comunicação, Turismo e Artes/CCTA/UFPB, bem como nas reuniões do Coletivo, de sua comissão e encontros formativos (07, 15 e 21 de maio de 2025, 04 de junho de 2025, 24 de julho de 2025, 19 e 20 de agosto de 2025) que aconteceram na sala da Coordenação de Educação Popular (COEP) e na INCUBES, ambos na UFPB ou de forma online.

Quadro 5. Atividades que integraram a observação participante da pesquisa.

Data	Atividade	Local
07/05	Reunião coletivo EcoFeiras - PB	Sala da COEP
15/05	Reunião coletivo EcoFeiras - PB	Híbrida
21/05	Reunião coletivo EcoFeiras - PB	Sala da INCUBES
04/06	Reunião do coletivo EcoFeiras - PB e formação em gestão financeira	Sala da COEP
09/07	Feira de economia solidária	Praça do CCHLA
10/07	Feira de economia solidária	Praça do CCHLA
24/07	Reunião da comissão	Online
06/08	Feira de economia solidária	Praça do CCHLA
07/08	Feira de economia solidária	Praça do CCHLA
19/08	Reunião da comissão	Online
20/08	Reunião coletivo	Sala da COEP
10/09	Feira de economia solidária	Praça do CCHLA
11/09	Feira de economia solidária	Praça do CCHLA

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para a pesquisa documental, foram analisadas as notícias publicadas no *site* do NUPLAR, as publicações no Instagram do projeto “Feiras Solidárias”, a proposta e os relatórios do projeto que foram disponibilizados pela INCUBES.

O grupo focal foi realizado em dois momentos distintos, envolvendo um total de 12 (doze) participantes, sendo 1 (um) homem e 11 (onze) mulheres, a partir de convite divulgado no grupo de Whatsapp do Coletivo EcoFeiras - PB e da comissão. O primeiro encontro durou cerca de 3h e 6 minutos e foi realizado no período da manhã do dia 28 de maio na sala da COEP/UFPB com participação de 5 (cinco) trabalhadores(as). Uma vez que se almejava um total 12 (doze) participantes, realizou-se um outro grupo focal no dia 07 de agosto pela manhã numa sala do Centro de Ciências Sociais Aplicadas/CCSA da UFPB, do qual participaram 7 (sete) integrantes do Coletivo EcoFeiras - PB — sendo 6 (seis) participantes de EES e 1 (um) membro da INCUBES —, com duração de 1 hora e 44 minutos. Durante os dois encontros, foi utilizada a gravação de vídeo e áudio, com suporte de um *smartphone* e um *notebook*, que possibilitaram posteriormente a transcrição para análise dos dados.

Já as entrevistas foram realizadas com 10 (dez) trabalhadores(as) que participam da feira de economia solidária do Coletivo EcoFeiras - PB, sendo 1 (um) homem e 9 (nove) mulheres. As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2025 durante a feira que ocorreu entre os dias 09 e 10, na Praça da Alegria, no CCHLA. As entrevistas foram gravadas, com autorização dos(as) participantes, e transcritas para compor o material de análise. Para assegurar o anonimato dos(as) respondentes foram atribuídos códigos para referenciar cada entrevista. Para os(as) que participaram dos grupos focais, foram relacionados códigos com a nomenclatura: Participante (Participante 1, Participante, 2, Participante 3 etc.). Para os(as) participantes das entrevistas individuais, adotou-se a seguinte nomenclatura: Entrevistado(a) (Entrevistado(a) 1, Entrevistado(a) 2, e assim sucessivamente).

Com o intuito de caracterizar o perfil dos(as) trabalhadores(as) entrevistados(as), participantes das feiras de economia solidária, e subsidiar a interpretação dos dados, apresenta-se, a seguir, um quadro com informações relativas a gênero, idade, raça/etnia e escolaridade..

Quadro 6. Perfil dos(as) entrevistados(as) participantes da pesquisa.

Respondente	Gênero	Idade	Raça/etnia	Escolaridade
Entrevistado 1	Feminino	52	Parda	Médio/Técnico
Entrevistado 2	Feminino	64	Branca	Pós graduação
Entrevistado 3	Mulher Cis	49	Preta	Superior completo
Entrevistado 4	Masculino	67	Pardo	Superior incompleto
Entrevistado 5	Feminino	51	Branca	Médio/Técnico
Entrevistado 6	Feminino	79	Preta	Ensino fundamental
Entrevistado 7	Feminino	46	Parda	Médio completo
Entrevistado 8	Feminino	57	Parda	Técnico
Entrevistado 9	Feminino	42	Negra	Superior incompleto
Entrevistado 10	Feminino	66	Parda	Fundamental incompleto

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise dos dados foi orientada pela técnica da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, que a compreende como “conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p.37)

De acordo com Gil (2021), a análise de dados na pesquisa qualitativa é recursiva e dinâmica, iniciando-se ainda na coleta de dados. Para o autor, essa etapa da pesquisa se constitui num processo que avança em espiral com diversas idas e vindas, necessitando da realização de várias atividades para que essa se concretize. Nesse contexto, Bardin (2011) propõe um modelo de análise de conteúdo que compreende três etapas, a saber: Pré-análise (1); Exploração do material (2); e Tratamento dos Resultados (3).

Etapa 1 - Pré-análise

De modo geral, essa fase se volta para organização do material de análise. De acordo com Bardin (2011), a etapa da pré-análise tem como propósito a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores, resultando no desenvolvimento das seguintes atividades:

- a) **Leitura flutuante:** nessa etapa, realiza-se a leitura de todo o material coletado. Bardin (2011) explica que essa atividade possibilita ao(à) pesquisador(a) o primeiro contato com os documentos e o conhecimento do texto, permitindo a formulação de impressões iniciais e orientações analíticas.
- b) **Escolha dos documentos:** Aqui busca-se a constituição do *corpus* de análise, ou seja, daqueles documentos que serão efetivamente submetidos à análise, tendo em vista os objetivos e o problema de pesquisa. Bardin (2011) afirma que esse processo deve orientar-se a partir das seguintes regras: regra da exaustividade (considerar todos os elementos do *corpus* que foi constituído), regra da representatividade (possibilidade da análise ser realizada numa amostra representativa do universo inicial), regra da homogeneidade (os documentos devem obedecer a critérios precisos de escolha) e regra da pertinência (documentos a serem analisados devem ser coerentes com os objetivos da pesquisa).
- c) **Formulação das hipóteses e dos objetivos:** a formulação de hipóteses consiste em confirmar ou refutar ideias/afirmações provisórias, recorrendo aos procedimentos de análise. Entretanto, conforme Bardin (2011), nem sempre as hipóteses são estabelecidas na fase pré-análise. Já os objetivos constituem a finalidade geral a que se propõe o estudo.
- d) **Referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores:** Conforme Bardin (2011), essa fase tratará da escolha de índices e a organização sistemática de indicadores.

- e) Preparação do material: Aqui ocorre a preparação do material propriamente dito antes da análise.

Considerando os aspectos apontados por Bardin (2011), na etapa da pré-análise deste estudo, foi realizada uma leitura cuidadosa e analisados os textos produzidos a partir dos grupos focais e das entrevistas (transcrições). Os documentos que constituíram o *corpus* de análise da pesquisa foram as transcrições do grupo focal e das entrevistas semiestruturadas. Nesse contexto, foram avaliados, no próprio texto da entrevista e do grupo focal, aspectos de inclusão ou exclusão. Por exemplo, trechos das entrevistas que se desviaram do propósito da pesquisa foram excluídos (não atendimento à regra da pertinência).

Quanto à formulação dos objetivos da análise dos dados, tem-se como finalidade atender aos objetivos e ao problema de pesquisa anteriormente já descritos. Sendo assim, seguiu-se com a preparação do material para análise, em que as transcrições foram impressas e marcados manualmente respectivos códigos para cada material (entrevistas e grupos focais).

Etapa 2 - Exploração do material

Essa fase compreende as atividades de codificação e decomposição ou enumeração. A codificação, conforme Bardin (2011, p.133), “corresponde a uma transformação — efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices”. Já a categorização compreende “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 2011, p. 147).

Nesse contexto, a codificação ocorreu por recortes temáticos e posteriormente foram atribuídos códigos para cada tema. A categorização buscou, então, reagrupar um conjunto de recortes temáticos, conforme elementos de similaridade, a títulos mais genéricos.

Etapa 3 - Tratamento dos Resultados

A última etapa constituiu o tratamento dos dados. Realizou-se a descrição dos dados, inferência e interpretação. Assim, a partir dos dados obtidos, foram realizadas a descrição,

comparação com achados de outras pesquisas, análise a partir dos fundamentos teóricos da pesquisa e interpretação da pesquisadora.

4.1 COLETIVO ECOFEIRAS - PB: TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO

O coletivo EcoFeiras - PB é uma iniciativa de economia solidária formada por empreendimentos econômicos solidários dos segmentos de alimentação, artesanato, agricultura familiar e cultura da região metropolitana de João Pessoa-PB. Esse coletivo surge a partir da experiência do projeto de extensão “INCUBES: Feiras solidárias como prática de autogestão” (Feiras Solidárias) da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular (NUPLAR) da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (PROEX/UFPB).

O referido projeto de extensão, aprovado em sua primeira edição pelo edital n.º 12/2023 do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/PROEX/UFPB), surge em 2023 a partir da necessidade do fortalecimento da autogestão em empreendimentos econômicos solidários acompanhados pela INCUBES.

O projeto visa “desenvolver processos formativos em economia solidária e autogestão através da realização de feiras junto aos EES” (Oliveira, 2023, n.p). Nesse contexto, a feira de economia solidária se configura como uma experiência de incubação, compreendido com um conjunto de ações que visam contribuir com a consolidação e/ou fortalecimento dos EES através de assessoria, formação, entre outros.

Como ação de extensão, o projeto envolve diversos atores e atrizes, como os(as) discentes dos cursos de graduação, técnico-administrativos(as), docentes e os(as) trabalhadores(as) dos grupos de economia solidária. O projeto teve seu início em agosto de 2023 e no mesmo mês lançou seu perfil na rede social Instagram, como forma de divulgar as ações do projeto. Ainda no mês de agosto, publicou um convite aos EES interessados em participar do projeto e, em setembro de 2023, divulgou a lista de grupos inscritos e aptos a participar das ações, totalizando 11 grupos de economia solidária, listados a seguir.

Quadro 7. Empreendimentos econômicos solidários inscritos no Projeto “Feiras solidárias”.

	Empreendimento Econômico Solidário	Segmento
1	Grupo informal: Bem Me Quero Mulheres Empoderadas	Artesanato/Saúde mental
2	Grupo de Mulheres Artesãs Potiguara - Colmeia	Artesanato indígena

3	Grupo Esperança Viva de Logradouro - PB	Artesanato/Agricultura familiar
4	Grupo de Mulheres Ekun Dayo	Artesanato/Cultura
5	Fundo Rotativo Solidário Mulheres Empreendedoras	Finanças solidárias
6	Cooperativa Paraibana de Empreendimentos Econômicos Solidários - ECOSOL ⁶	Artesanato, alimentação, agricultura familiar, serviços.
7	Associação Arte Solidária/ARTESOL	Artesanato
8	Grupo informal Arte Fio por Fio	Artesanato
9	Grupo informal Arte Cura	Artesanato/Saúde mental
10	Grupo informal - Art's Mil	Artesanato
11	Grupo informal - AMCO	Artesanato e plantas

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do INCUBES (2025).

Entretanto, destaca-se que, ao longo do projeto, alguns EES deixaram de participar dos encontros e das feiras e outros grupos foram integrando o Coletivo, a saber: o grupo informal Delícias de Lucena (Alimentação), a Associação Mulheres de Mãos Dadas, Afya Centro Holístico da Mulher, a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Sul Paraibano/ECOSUL (Alimentação/Agricultura Familiar) e a Associação Cultural de Mulheres Capoeiristas da Paraíba (ACMC-PB). Nesse sentido, na última edição do projeto participaram (2024-2025) cerca de 14 (quatorze) EES, envolvendo uma média de 21 (vinte e um) trabalhadores(as) por edição.

Cabe destacar que as feiras de economia solidária desenvolvidas pelo Projeto “Feiras Solidárias” têm maior participação de mulheres. A partir da observação e verificação das frequências, foi identificada apenas a participação de 6 (seis) homens integrantes dos EES nas feiras e atividades relacionadas ao projeto. Conforme Silva e Carneiro (2016), a partir dos dados do Mapeamento de Economia Solidária, de modo geral, a maioria dos EES é composta por homens (56,4%). Entretanto, os autores também apresentam um quadro no qual indicam o percentual de participação a partir do recorte de gênero em cada tipo de empreendimento. Nesse caso, quando se analisa os grupos informais, as mulheres são a maioria, representando cerca de 63,2%. Sendo assim, as mulheres podem estar mais presentes nas organizações informais.

Silva e Carneiro (2016) explicam que um dos fatores associados à maior participação das mulheres nos grupos informais é a necessidade de conciliar atividades de geração de renda

⁶ A ECOSOL é uma cooperativa de empreendimentos. Desse modo, participam desse empreendimento diferentes grupos. No projeto “Feiras Solidárias”, participam enquanto ECOSOL o grupo Unilins e Associação Mulheres de Mãos Dadas.

com as tarefas domésticas e de cuidado. Trata-se de um formato de empreendimento que demanda dinâmicas administrativas mais simples e que pode ser desfeito com maior facilidade, caso essa necessidade se imponha. Nesse contexto, a participação nos EES possibilita às mulheres o desenvolvimento de atividades econômicas e a geração de renda, elemento fundamental para a ampliação da autonomia financeira desse grupo social. Ressalta-se, contudo, que os grupos informais tendem a enfrentar maiores dificuldades na captação de recursos e na participação em editais e políticas públicas, aspecto relevante para o fortalecimento desses empreendimentos.

O primeiro encontro entre os EES e a equipe da INCUBES foi realizado no dia 18 de setembro de 2023, conforme registro na rede social. Já o segundo encontro ocorreu no dia 10 de outubro em que se teve como proposta uma roda de conversa sobre gestão democrática, dinâmica e discussão sobre economia solidária e economia capitalista e a construção de grupos de trabalho (GTs). Esse encontro demarca um momento importante, visto que a organização dos GTs (Coordenação, Infraestrutura, Finanças, Dinâmicas e Registro) é uma forma através da qual os trabalhadores e as trabalhadoras atuam diretamente na organização da feira.

O GT de coordenação é responsável por manter diálogos com os demais GTs a fim de concretizar a realização da feira. O GT de infraestrutura é o grupo encarregado de pensar as necessidades de mesas e cadeiras, locais de guarda de material, organização do espaço e outras demandas estruturais que se fizerem necessárias. O GT do registro é responsável pela captura de imagens e vídeos da feira e ainda pela escrita das atas de reuniões. O GT de finanças é responsável por recolher as contribuições de cada grupo para formação de um fundo para feira, bem como realizar pagamentos, como aluguel de mesas e cadeiras e compras. Já o GT de dinâmicas é responsável por conduzir atividades no espaço da feira ou em momentos de formação com o intuito de provocar reflexões por meio de atividades lúdicas, de entrosamento e socialização dos(as) participantes.

Atualmente, além dos GTs, foi formada uma comissão composta por 4 (quatro) representantes dos EESs, a fim de coordenar os trabalhos do coletivo. Essa iniciativa se deu a partir da submissão de um projeto a um edital pelo Coletivo EcoFeiras - PB, onde foi formada a comissão para escrever a proposta e inscrever o grupo. Após a participação do coletivo neste edital, decidiu-se pela continuidade da comissão, em que as representantes foram escolhidas pelos(as) participantes do Coletivo. Essa ação também foi considerada importante para o coletivo, uma vez que, embora haja os GTs, há ainda muita dificuldade de participação dos EESs, sendo esta uma pauta recorrente nos encontros.

A primeira feira de economia solidária desse coletivo ocorreu durante a I Mostra de Arte e Cultura do XXIV Encontro de Extensão (ENEX) da UFPB, no dia 20 de outubro de

2023, na Praça da Alegria do CCHLA, local onde, até hoje, a feira ocorre tradicionalmente todos os meses.

Os encontros entre os EES e a equipe da INCUBES apresentam como característica o desenvolvimento de formações em formatos de oficinas e rodas de conversa e de discussões referentes ao planejamento e à avaliação das feiras de economia solidária. Durante esses encontros os(as) participantes expressam suas opiniões e tomam decisões sobre a feira. Especificamente, quanto às formações, a partir do levantamento no site do NUPLAR⁷ e do Instagram do projeto, foram identificados os momentos formativos constantes no Quadro 8.

Quadro 8. Encontros formativos (oficinas e rodas de conversa) do Coletivo EcoFeiras - PB.

Data	Tema	Facilitadores
10/10/2023	Roda de conversa “Gestão democrática”	INCUBES
10/11/2023	Diálogos sobre autogestão	INCUBES
14/12/2023	Oficina Pix e QRCode	INCUBES
04/03/2024	Formação Associativismo e Cooperativismo	Entidade de apoio convidada (UEPB)
13/03/2024	Formação em Atendimento ao Consumidor	Entidade de apoio convidada (INCUTES/IFPB)
19/03/2024	Oficina Carrossel Pedagógico (Porta lenço de tecidos/ Chaveiros/ Colar de fuxico/Chás e sucos naturais)	EES
25/03/2025	Roda de conversa: Relato de experiência sobre Finanças solidárias	EES
04 e 05/04/2024	Oficina de flores de fuxico Oficina Jardim da Vovó Roda de conversa Relações de trabalho (ocorreram durante a feira)	EES Discentes/Estagiárias de Psicologia
02 e 03/05/2024	Oficina flores de fuxico Oficina Jardim da vovó Roda de conversa: Informações da Conferência Regional de Economia Solidária Roda de conversa com Secretária de Economia Solidária sobre futuras ações de fortalecimento da comercialização	EES
10 e 12/07/2024	Oficina preparatória para Conferência de Economia Solidária	INCUBES

⁷ <http://prac.ufpb.br/nuplar>

Data	Tema	Facilitadores
30/09/2024	Oficina Autogestão e economia solidária/grupos de trabalho	INCUBES
18/10/2024	Oficina de economia solidária/formação dos GTs Roda de conversa: “Saúde da Mulher e Prevenção contra o Câncer de Mama”	INCUBES Projeto Se Toque para a Vida (UFPB)
29/10/2024	Oficina sobre Relações de Gênero	Docente UFPB EESs
03 e 04/12/2024	Roda de conversa: Paraíba Rumo à Marcha das Mulheres Negras 2025	EESs
14 a 21/01/2025	Oficina com os GTs	EESs e INCUBES
20/02/2025	Oficina de apoio/assessoramento aos GTs Roda de conversa sobre Comércio Justo e Solidário	INCUBES
11/04/2025	Formação: Lei Paul Singer e introdução ao Gov.br	INCUBES
14/05/2025	Reflexoterapia podal	EESs
04/06/2025	Oficina de gestão financeira	INCUBES
18, 25/08 e 01/09/2025	Oficina de renda filé	EESs
04/09/2025	Formação sobre precificação	INCUBES

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essas oficinas e rodas de conversas ora são desenvolvidas pela INCUBES, ora pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), com temáticas consideradas importantes para o grupo e/ou demandadas pelos EESs. Destaca-se que os encontros entre o coletivo EcoFeiras - PB e a INCUBES são realizados tanto em dias diferentes da feira, para formação, discussão do planejamento e avaliação, como também no espaço da própria feira de economia solidária. Geralmente se reúnem em formato circular e organizam um lanche coletivo, com contribuições de cada participante.

Figura 1. Postagem no Instagram com registro da reunião e oficina de gestão financeira do coletivo EcoFeiras - PB realizada no dia 04 de junho de 2025.



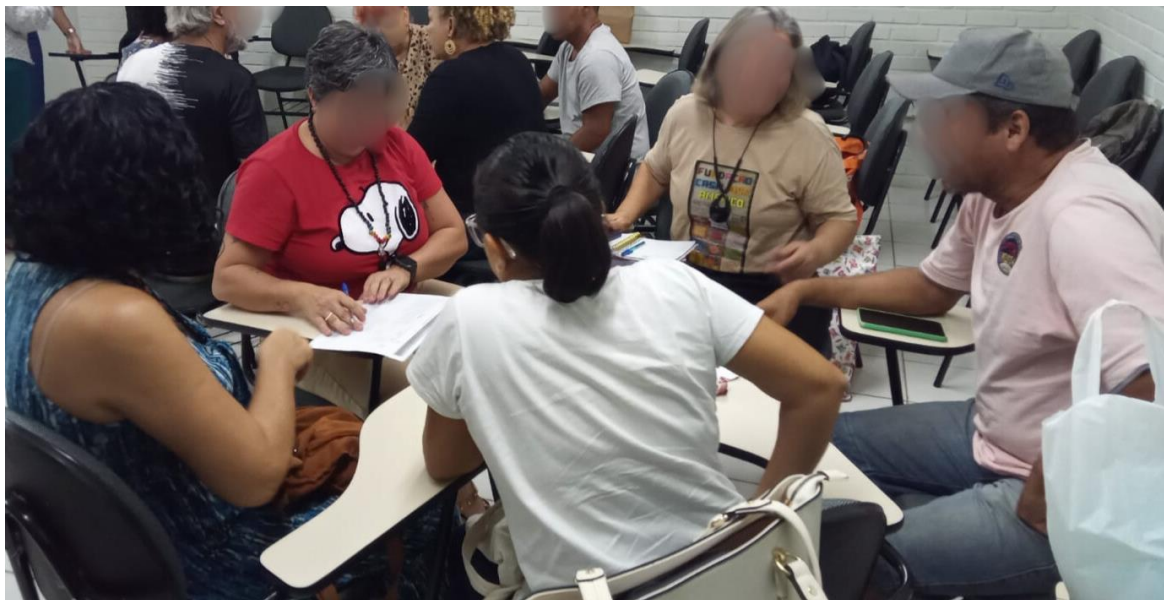
Fonte: Instagram - Projeto Feiras Solidárias (2025).

Analisando os encontros formativos elencados no Quadro 8, é possível identificar que as temáticas estão associadas a aspectos relacionados à compreensão sobre a (1) economia solidária (gestão democrática, autogestão, associativismo e cooperativismo, finanças solidárias, comércio justo e solidário, autogestão e economia solidária, Lei Paul Singer); (2) produção e comercialização (Atendimento ao consumidor, carrossel pedagógico, renda filé, gestão financeira); (3) relações sociais (relações de gênero); (4) participação social (conferência de economia solidária e Marcha das Mulheres Negras); e (5) Saúde (Prevenção ao Câncer de Mama e reflexoterapia podal).

As formações realizadas pela INCUBES envolvem a realização de dinâmicas, exposição dialogada e alguma atividade prática com trabalhos em grupos, mediadas tanto pelos docentes e técnicos quanto pelos estudantes (Bacharelado em Gestão Pública) vinculados à UFPB que participam do projeto. A Figura 2 mostra um momento de atividade em grupo realizada durante uma oficina de gestão financeira que envolveu outro projeto de extensão da INCUBES

(INCUBES: Apoio e assessoramento a empreendimento econômico solidário), em que os grupos, formados por membros de diversos EES, teriam que simular o registro do fluxo de caixa.

Figura 2. Atividade em grupos realizada durante a oficina de gestão financeira.



Fonte: Acervo INCUBES (2025).

Esses processos formativos aproximam-se da perspectiva da educação popular. Os temas das oficinas e rodas de conversa partem da realidade e dos desafios enfrentados pelos EESs, num ambiente caracterizado pelo diálogo e pela participação. São processos formativos mobilizados por diferentes atores, como docentes, discentes, técnicos e trabalhadores(as) da economia solidária. Nesse contexto, vislumbra-se a valorização dos saberes dos(as) trabalhadores(as) que, em diálogo com outros atores, constroem de forma compartilhada o conhecimento. Esses aspectos dialogam com a perspectiva teórico-metodológica da educação popular, dada a dialogicidade e horizontalidade presente nas relações e nas ações educativas e, ainda, a partir de um processo que envolve a compreensão da realidade econômica e de uma outra possibilidade de construção coletiva (a economia solidária).

O estudo de Silva (2006), realizado junto a uma Feira Agroecológica, identifica, nessa experiência, dimensões que, além de caracterizá-la como uma prática de economia solidária, evidenciam sua permeabilidade à educação popular. Nesse contexto, a autora destaca que a convivência em grupo possibilita processos de aprendizagem que, no plano individual, não seriam viáveis, ao mesmo tempo em que favorece a construção de alternativas de vida até então

inexistentes (Silva, 2006). Assim, o trabalho coletivo e a vivência grupal ampliam as possibilidades de uma aprendizagem cooperativa orientada à superação de dificuldades.

Destaca-se, ainda, no âmbito da experiência do Coletivo EcoFeiras - PB, que o processo formativo dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) na feira não se restringe a momentos formais ou específicos de formação. O fato de a feira ser realizada no espaço da universidade faz com que, em diversas ocasiões, ela ocorra de forma concomitante a outros eventos acadêmicos que compartilham o mesmo espaço físico (a praça). No mês de julho de 2025, por exemplo, realizou-se, na mesma praça onde ocorre a feira, uma roda de conversa sobre a comunidade indígena e o acesso à academia; em agosto, ocorreu uma roda de conversa sobre violência contra a mulher. Ainda nesse mês, foi realizado, nas proximidades da feira, um seminário sobre economia solidária e mulheres negras, organizado por um dos EES participantes do Coletivo EcoFeiras - PB, com a participação de algumas trabalhadoras. Em razão da proximidade desses eventos com a realização da feira, muitos(as) trabalhadores(as) do coletivo acabam participando dessas atividades formativas.

Outro aspecto a destacar é a participação dos(as) trabalhadores(as) em seminários relacionados à economia solidária. Em setembro de 2024, os EESs do coletivo EcoFeiras - PB participaram do Seminário Incubação, Tecnologia Social e Economia Popular Solidária, em que participaram trabalhadores e trabalhadoras dos EESs, estudantes e pesquisadores, gestores públicos, Fórum de economia solidária, entidades de apoio e contou ainda com a participação da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária, vinculada ao gabinete da presidência da república. Em abril de 2025, participaram da I Escola Nacional de Autogestão, em que houve a participação de acadêmicos e trabalhadores(as) de grupos de economia solidária de outros Estados. Ambos os eventos foram realizados na UFPB com apoio da INCUBES e de outras Entidades de Apoio, ampliando, assim, os espaços de participação, de trocas com outros EESs e formação desses(as) trabalhadores(as).

4.2 OS TRABALHADORES E AS TRABALHADORAS DO COLETIVO ECOFEIRAS - PB

Como já citado anteriormente, o Coletivo EcoFeiras - PB é formado por EESs dos segmentos de artesanato, alimentação, agricultura familiar, saboaria artesanal, plantas naturais e cultura. No âmbito do artesanato, os(as) trabalhadores(as) comercializam produtos feitos a partir das técnicas do macramê, crochê, fuxico, *patchwork* e bordado e/ou com matérias primas naturais de origem vegetal, tais como algodão colorido e madeira em diálogo com Base Conceitual do Artesanato, conforme podemos observar nas imagens abaixo:

Figura 3. Bonecos produzidos com algodão colorido e com a técnica do fuxico do grupo Artesol.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Na área da alimentação, há destaque para bolos, cocadas, chips (banana, batata-doce ou macaxeira), doces à base de leite, pães, geleias, fubá com semente crioula, elaborados por empreendimentos urbanos e da agricultura familiar. Além disso, há empreendimentos que comercializam sabão artesanal (em barra, em pasta e líquido), produzido a partir de óleo de cozinha usado; plantas naturais em vasos pintados à mão; e um grupo de capoeira que, no contexto da feira, realiza a divulgação científica por meio da exposição dos trabalhos de conclusão de curso de suas sócias, além da comercialização de dindins.

Figura 4. Sabão artesanal produzido pelo Grupo Mulheres de Mãos Dadas e peças em renda filé do grupo Fundo Rotativo, ambos integrantes da Cooperativa Ecosol.



Fonte: Acervo da autora (2025).

Conforme já citado anteriormente, a maioria dos(as) trabalhadores(as) que participam da feira são mulheres, de várias faixas etárias, com predominância de mulheres adultas e idosas. Esses(as) trabalhadores(as) participam de empreendimentos solidários já consolidados, que possuem suas dinâmicas próprias e também já vivenciaram outras experiências profissionais, como no comércio. Dos(as) 10 (dez) entrevistados(as), 7 (sete) trabalhadores(as) relataram possuir, em suas trajetórias, experiências no comércio convencional, como autônomos ou em lojas/empresas.

Além disso, durante o grupo focal, algumas trajetórias também foram trazidas, similarmente à experiência no comércio. Essas experiências mostram as diferentes vivências de trabalho, ora sob a ótica capitalista ora sob a ótica da economia solidária, conforme pode-se observar nos trechos a seguir:

Eu trabalhei 20 anos dentro de uma padaria. Eu trabalhava com atendimento ao público, mas eu era antissocial, eu não queria conversa com ninguém da empresa, né?! Ali dentro da empresa eu era funcionário, não era amigo de ninguém e hoje é diferente. Hoje eu faço amizade com as pessoas da feira, né?! (Participante 4)

[...] antes disso eu trabalhei no comércio a 18 anos, aí não quis voltar mais pra o comércio e fui fazer artesanato bijuterias... eu trabalhei numa loja de jóia, aí ali eu já ia querendo criar, só que aí eu não podia né criar... A diferença é que eu ficava muito presa numa loja e tomava conta de oito lojas e aqui na economia solidária é que a gente conversa mais com os amigos e isso eu não tinha antes, mais parceria (Entrevistada 7).

Eu trabalhei numa empresa, fui gestora de uma empresa por 37 anos, há quase 37 anos da minha vida fui gestora de uma empresa por esse tempo, foi uma loja de departamentos (...) E assim, era muito estressante, porque eu viajava muito, eu era muito multiplicadora, eu dava muito treinamento eu tinha muita essa linha de atendimento, de treinar (Entrevistada 2).

Os depoimentos evidenciam que o ambiente de trabalho no mercado, especificamente no comércio, estabelecia limites quanto à socialização dos(as) trabalhadores(as), quanto ao ato criativo e possuíam um nível de estresse que atravessava o trabalho. Ao tempo em que, a partir dos depoimentos acima, já se vislumbra que a economia solidária possibilita outra experiência, vivenciada a partir do trabalho coletivo, com mais possibilidades de socialização e de criação, como apontado mais especificamente nos dois primeiros depoimentos.

Além disso, evidencia-se ainda que os(as) trabalhadores(as) ingressam nas iniciativas de economia solidária com trajetórias profissionais que advêm do mercado de trabalho capitalista. Nesse contexto, alguns depoimentos mostram que, mesmo ingressando na economia solidária, os(as) trabalhadores(as) permaneceram por um tempo sem compreender a proposta da economia solidária. Tal compreensão vai sendo construída a partir da participação em formações, reuniões, rodas de conversa etc.

Fenômeno semelhante foi apontado no estudo de Alves (2020), que também identifica que a solidariedade, como princípio da economia solidária, não se dá de forma natural, mas vai sendo construída a partir de formações específicas ou ofertadas pelo movimento, no cotidiano do trabalho, nos fóruns e plenárias. Nesse sentido, percebe-se a importância desses encontros e da necessidade de processos formativos que possam colaborar na compreensão das dinâmicas de um empreendimento solidário e do movimento de economia solidária.

A seguir serão discutidas as percepções sobre a economia solidária e a feira de economia solidária pelos(as) trabalhadores(as) que participam do Coletivo EcoFeiras - PB.

4.3 PERCEPÇÕES DOS(AS) TRABALHADORES(AS) SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A partir da realização dos grupos focais e entrevistas, foi possível identificar as compreensões dos(as) trabalhadores(as) que participam do Coletivo EcoFeiras - PB sobre a economia solidária e o significado que atribuem às feiras de economia solidária. Essa análise faz-se necessária para entender as concepções que sustentam as práticas e as experiências de aprendizagem que se dão a partir da feira de economia solidária. Foi possível, ainda, identificar a necessidade de maior aprofundamento em algumas temáticas relacionadas à economia solidária. Nesse contexto, a partir da exploração e da análise do material oriundo das transcrições dos grupos focais e das entrevistas, as concepções sobre economia solidária foram destacadas e agrupadas em alguns eixos analíticos, os quais são desenvolvidos a seguir.

Uma primeira concepção que se destaca refere-se à relação estabelecida entre a economia solidária e seus princípios (1), os quais se mostraram os mais recorrentes nas falas dos(as) trabalhadores(as) quando questionados sobre o significado da economia solidária. Entre os princípios mencionados pelos(as) trabalhadores(as) estão: a solidariedade, a cooperação, a valorização do ser humano, o respeito ao meio ambiente, a autogestão e os saberes e fazeres dos povos ancestrais — estes últimos compreendidos como práticas historicamente desenvolvidas por comunidades tradicionais e periféricas, ainda que não fossem denominadas, à época, como economia solidária.

Dentre esses princípios, a solidariedade assumiu maior centralidade, frequentemente associada à concepção de “ser solidário” com os(as) companheiros(as) do coletivo, expressa no cuidado, no apoio mútuo e na disposição para ajudar o outro. Nos excertos a seguir, é possível observar como a compreensão da economia solidária se articula com os princípios anteriormente mencionados:

Eu já vinha já vivenciando e não sabia o nome que se dava, aquilo que a gente vivenciava... Então assim, vem a cooperação, tudo aquilo que a gente achava que era troca de experiência, que era... a amizade ... a gente viu que aquilo dali se tem um nome, que a gente fazia na nossa cidade que era economia solidária. Porque sempre eu estava disposto a ajudar o outro, então ali tinha assim... se vai pra uma feira o outro não pode ir... a gente sempre também via o lado do ser humano do outro lado, não via só o artesão, mas via a dificuldade daquele artesão (Participante 3).

[...] a gente somos solidários porque nós ajudamos o outro... todo mundo se ajuda na feira, né?! (Participante 4)

[...]a economia solidária é um jeito de me relacionar com o outro colega, é um jeito de estar coletivamente nos espaços, é respeitar a questão do meio

ambiente, né?! é a questão de ver o outro como centro de tudo. Então, a economia solidária é uma forma de produzir, de vivenciar, de relacionar... de relacionamento com os outras pessoas, respeitando né?! a cooperação, respeitando o meio ambiente, respeitando o bem viver de cada um (Participante 6).

[...]a economia solidária é a gente saber respeitar os outros, ajudar o próximo, né?! E também, nós, aprendizagem, aprender e também passar o que a gente sabe para os outros também aprender né?! (Participante 8)

A economia solidária como você falou é a cumplicidade, a própria palavra já tá dizendo né?! é a solidariedade entre cada um. É respeitar isso (Participante 9).

Uma coisa é respeitar o espaço de cada colega, a opinião de cada colega e humanidade, né?! Sempre a gente tem que ajudar, compreender (Participante 10).

Nesse sentido, há uma compreensão de que a experiência da economia solidária constitui um ambiente que dialoga com práticas de solidariedade, respeito ao meio ambiente, valorização do ser humano, que se diferem das experiências de trabalho na economia capitalista e que perpassa as relações interpessoais. Esses princípios estão em consonância com aqueles destacados pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pela literatura.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em sua carta de princípios, elenca cinco princípios gerais e convergentes da economia solidária:

- a valorização social do trabalho humano;
 - a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
 - o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
 - a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
 - os valores da cooperação e da solidariedade.
- (FBES, 2005, n.p)

Ainda, ratifica, na V e VI Plenária, os princípios da autogestão, da solidariedade e dos saberes tradicionais, além de posicionar a economia solidária como movimento que se contrapõe ao capitalismo.

A Economia Solidária tem como princípio a autogestão, a solidariedade, o reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais. É uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, que não se confunde com o microempreendedorismo individual, nem com a economia criativa, nem com a economia verde e propõe ações urgentes para garantir as condições de vida no planeta, sem degradar o meio ambiente e respeitando o ciclo completo da natureza.

Na nossa V Plenária afirmamos que a Economia Solidária é um contraponto ao Capitalismo. É uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a nossa principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros (FBES, 2013, p. 27).

Sublinhamos que o trabalho na economia solidária deve ser coletivo, e associativo, princípio basilar e ate mesmo complementar ao demais os princípios como; solidariedade, sustentabilidade, cooperação, autogestão e sustentabilidade (FBES, 2022, p. 44).

Entretanto, essas compreensões não se dão de forma natural. Os(as) trabalhadores(as) apontaram dificuldades na compreensão dos princípios como autogestão e/ou que essa compreensão tem se dado mais recentemente.

A única coisa que eu acho ruim, não é nem achar ruim, assim... que eu discordo e debato é que poderia a economia solidária poderia ter um texto de definição com palavras que a gente entendesse... a autogestão mesmo... a autogestão, demorei pra entender, a última coisa (Participante 1).

Além disso, quanto à autogestão, embora alguns participantes tenham pontuado como algo relacionado à participação de todos(as), a ausência da estrutura patrão e empregado, direito a voz e a voto, há ainda uma dificuldade na compreensão desse princípio, que por vezes pode ser confundido com a autonomia individual e/ou desempenho do(a) representante dos grupos.

a autogestão tá quando a gente diz assim, como é a minha vida em si? eu posso transmitir, eu posso dizer que você é capaz de administrar aquele , aquela direção, a direção ali do seu cargo, da sua função? eu tenho capacidade de... de direcionar o meu carro? porque se eu tenho, eu posso direcionar, ajudar a direcionar o carro do vizinho. porque às vezes muita gente diz assim, não... autogestão? O que é autogestão, gente? É você poder tomar conta e dizer assim eu sou capaz, eu dou conta ... quer saber quem é, veja se dá conta, se tem.. se você conseguiu prosseguir, como é que é ... a sua convivência, como é o seu diálogo, você é motivadora? você motiva? isso tá dentro do autogestão. Porque quando eu digo assim que eu posso direcionar, trazer aqui, administrar, um produto do meu vizinho, isso é autogestão. Entendeu? (...) Então, o quê que eu tô passando, qual o meu legado com quem tá ali ao meu lado? Eu tô motivando aquela pessoa também ter autogestão? ah você é capaz de controlar? você tem capacidade de levar produtos dos outros (Participante 3).

Autogestão é quando vocês entende que vocês têm que gerir tudo, tudo que você faz né? tem que ser organizado né? Tem que tá tudo milimetricamente anotado né, O que entrou o que saiu, o que você pode melhorar como pessoa, então autogestão é muito complexo né, envolve um todo (Entrevistada 8).

É a gente, tipo assim, tomar conta do nosso próprio negócio, saber, como empreendedora, cuidar do meu próprio negócio e claro que a gente busca pegar um pouco de cada, sobre a importância do que é estar nessa gestão, do empreendimento, o que é empreendimento, mas eu acho que é eu saber cuidar

do meu negócio. Entendeu? De organização, de compra, de tudo, eu penso assim, o que é autogestão é isso é gerenciar meu próprio negócio também (Entrevistada 2).

Percebe-se, a partir das falas acima, que pode haver uma compreensão de que autogestão se relaciona ao indivíduo gerir-se a si mesmo. Tomando como referência a composição da palavra, pode haver esse equívoco. Entretanto, a autogestão na economia solidária se refere à gestão coletiva dos empreendimentos, em que todos participam da gestão e da tomada de decisões. Além disso, a dificuldade da compreensão e da prática da autogestão pode estar associada às experiências de heterogestão vivenciada em grande parte pelos(as) trabalhadores(as) que ingressam nos espaços de economia solidária sem terem anteriormente a oportunidade de conhecê-la mais.

Abreu (2020) também identificou em seu estudo que, entre as razões relacionadas às dificuldades de praticar a autogestão nos EES, está que muitos não compreendem o que é autogestão, e/ou que iniciam o processo produtivo sem uma reflexão sobre a economia solidária, entre outros aspectos.

Nesse sentido, a autogestão apresentou-se como o conceito em relação ao qual se evidenciou maior dificuldade de compreensão, o que também se reflete nas práticas desenvolvidas no âmbito da feira. Singer (2002) explica que a autogestão diz respeito à participação direta dos(as) trabalhadores(as) na gestão e nos resultados do empreendimento solidário. Em empreendimentos de pequeno porte, essa participação ocorre de forma direta, por meio da atuação dos(as) sócios(as) em assembleias; já em empreendimentos maiores, os membros elegem representantes (delegados(as)) para deliberar em nome do coletivo. Nessa forma de organização, não há a figura de patrões e empregados, tampouco uma estrutura hierárquica tradicional; ao contrário, todos(as) são gestores(as) do empreendimento.

Diante disso, Gadotti (2009) adverte que a prática da autogestão exige um esforço pedagógico, uma vez que, na sociedade capitalista, esse modo de organização não se apresenta como algo naturalizado. O autor destaca a necessidade de processos formativos que favoreçam a gestão coletiva dos empreendimentos, considerando que, no contexto capitalista, não são amplamente oportunizadas experiências de participação em uma cultura de decisão coletiva.

Outra concepção associada ao conceito de economia solidária refere-se à compreensão desta como uma forma de vivenciar a economia distinta do modelo econômico capitalista (2).

É uma participação coletiva, uma participação de autogestão, uma participação de inclusão, de diversidade também. E é uma, uma... um mecanismo de minimizar ou até combater o capitalismo, né?! Onde o

capitalismo só visa o indivíduo, a economia solidária visa o coletivo (Participante 2).

É... no meu entender a economia solidária é um novo tipo de economia que difere da economia capitalista, o que?! Como ela tem os princípios, você tem que o quê? Cada princípio ... primeiro princípio, pra mim, eu não sei se ordem está correta, mas assim, é a autogestão. (Participante 1)

No documento orientador referente à sistematização da VI Plenária Nacional de Economia Solidária, percebe-se que o FBES compreende a economia solidária tanto como movimento quanto como estratégia de resistência e alternativa ao sistema econômico capitalista.

Via de regra, apresentamos a economia solidária como movimento social e em alguns momentos como alternativa de desenvolvimento. É importante trabalhar esses conceitos para que fique claro a dimensão que a economia solidária pode ocupar na sociedade. Um outro aspecto, é que a economia solidária como modelo econômico pode se desenvolver como um sistema econômico e social, trazendo para si componentes macroeconômicos necessários para produzir e reproduzir esse sistema almejado (FBES, 2022, p. 23).

Enquanto movimento social, a economia solidária articula seus atores e atrizes em processos de mobilização voltados à efetivação de políticas públicas e à atuação política na disputa pela consolidação de uma outra forma de organização econômica. Ademais, enquanto modo alternativo de organização da economia, propõe a estruturação das atividades econômicas a partir de uma lógica associativa e cooperativa.

A compreensão da economia solidária como movimento social (3) também foi indicada pelos(as) trabalhadores(as).

E aí assim óh, eu tô entendendo isso, que para além dela ser um modo de economia, ela é um movimento e não é todo mundo que tá entendendo isso. E aí movimento não é aquela coisa de esperar, esperar e chamar a programação (?), esperar e ser chamada pra uma atividade. Vai ter reunião, a gente vai ter que se posicionar, a gente vai ter que tá juntas, juntos e junte e a gente tem que ir pro enfrentamento (Participante 5).

Às vezes a gente acha... aha a economia solidária é... gente, a gente faz parte de um movimento social como fazem é, é outros né?! movimento de mulheres, movimento das moradas, movimento do MST, então a gente faz parte desse contexto que quer o quê ? continuar fazendo o que é de direito nosso, direito e cidadania, a gente tem direito a viver dignamente e a gente ter condições financeiras de sobreviver. Ninguém aqui tá querendo brigar pra enriquecer não. A gente quer ter uma vida digna, né? (Participante 6).

Essa compreensão foi se dando a partir de um processo de participação nas oficinas, rodas de conversas, instâncias organizativas do movimento, como Fórum e as conferências municipais e estaduais. A experiência do coletivo EcoFeiras - PB, a partir da mediação da INCUBES e dos próprios EESs, trouxe em diversos momentos informes de editais, discussões sobre o movimento na Paraíba, sobre mobilizações convocadas pelo Fórum e sobre as conferências territoriais e estadual, com incentivo à participação dos(as) trabalhadores(as) nesses espaços. Inclusive, como indicado no Quadro 8, foi realizada uma oficina preparatória para as conferências que ocorreu durante uma feira.

Uma última concepção que queremos destacar é a relação da economia solidária enquanto lugar de aprendizagem (4) em que se desenvolvem valores sociais e éticos, como o respeito ao próximo.

a economia solidária pra mim foi um aprendizado muito grande, né?! Custei a me encaixar, sabe?! Era difícil que só. Ultimamente, eu vejo a economia solidária me ensinou muito, a gente tem o respeito das companheiras, algumas vezes tem alguma coisa que num dá muito certo, né?! Mas até com a vivência a gente vai aprendendo a respeitar o espaço de cada um né?! (Participante 7)

a economia solidária é a gente saber respeitar os outros, ajudar o próximo, né?! E também, nós, aprendizagem, aprender e também passar o que a gente sabe para os outros também aprender né?! Porque, a mais tarde a gente vai e fica uma sementinha, né?! nossa pra o pessoal... - isso aqui foi dona fulana que me ensinou, isso aí é muito bom, essas lembranças nossas (Participante 8).

Então, economia solidária pra mim é um lugar onde eu já estive muitos anos, né?! E eu tenho a cada ano aprendido mais coisa. Uma coisa é respeitar o espaço de cada colega, a opinião de cada colega e humanidade, né?! (Participante 10)

Nesse sentido, as experiências de economia solidária configuram-se como um espaço pedagógico, marcado pela vivência em grupo, em que os(as) trabalhadores(as) desenvolvem valores como respeito mútuo e solidariedade, além de promoverem a troca de saberes entre pares. Nesse processo, quem ensina e aprende são os próprios integrantes do coletivo, assim como os demais envolvidos na construção conjunta do empreendimento.

No item seguinte, serão discutidos de forma mais detalhada os processos de aprendizagem a partir da experiência do Coletivo EcoFeiras - PB.

4.4 APRENDENDO A COOPERAR, COOPERANDO PARA APRENDER: PROCESSOS DE APRENDIZAGEM E COOPERAÇÃO NA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A feira de economia solidária é um espaço importante para os(as) trabalhadores(as) e para os EESs, tanto no âmbito econômico, uma vez que viabiliza a comercialização dos produtos e serviços, como também enquanto espaço de afeto, acolhimento, socialização, cultura e aprendizagem. Esses aspectos foram ressaltados pelos(as) trabalhadores(as) nos grupos focais e entrevistas como características da feira de economia solidária, diferenciando-se de outros modelos de feira.

Um primeiro aspecto a destacar é da feira de economia solidária enquanto *espaço de comercialização*, mas que possui um princípio ético que orienta a comercialização dos produtos e serviços que ali são expostos.

Uma feira de economia solidária é uma grande oportunidade de não só as pessoas que participam mostrando seus trabalhos, seus produtos e seus saberes, é o processo da comunicação, né? Essa troca, né? Esse trânsito, né? Não seria nem uma troca, mas é um trânsito de conhecimento, de saberes, de experiências, né? E de oportunidades de auxiliar, de mútuo auxílio (Entrevistado 4).

mas aí uma feira de economia solidária é onde se vende produtos dentro da tipologia, das tipologias que parte do princípios básico da economia solidária, né?! artesanato, é... é... alimentação, alimentação mais saudável, é... e hoje em dia a gente sabe que é a gente também enquanto (...) também, a gente também vende uma questão cultural, a gente mostra a questão cultural nossa que é a capoeira né?! que é uma cultura ancestral que vieram com os escravizados que é a nossa cultura, a gente não, a gente não vai negar, nem esconder nossa cultura, né?! (Entrevistada 3)

Nesse sentido, uma característica marcante dos produtos e serviços comercializados na feira é que são elaborados e/ou oferecidos pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras, apresentando vínculos com a cultura regional, o respeito ao meio ambiente e a promoção da saúde e do bem-estar. No segmento do artesanato, destacam-se brinquedos populares e produtos confeccionados com matérias-primas naturais, como algodão colorido e madeira, bem como itens que valorizam técnicas artesanais reconhecidas na Base Conceitual do Artesanato, como crochê, macramê, fuxico, bordado e *patchwork*.

Na área de alimentação, identificam-se produtos elaborados a partir de alimentos regionais (bolo de macaxeira, banana, fubá) e provenientes da agricultura familiar e da agroecologia (chips de batata-doce, macaxeira e banana, fubá com semente crioula), bem como

alimentos veganos (como queijo e brownie vegano) e produtos com identidade cultural, como a cocada, além de dindins, salgados e bolo de café. Complementam a oferta da feira sabões produzidos a partir da reutilização de óleo de cozinha e serviços de terapias holísticas.

Outro aspecto mencionado no primeiro depoimento é quanto ao processo da *troca de saberes e de compartilhamento* entre os(as) trabalhadores(as), fato esse destacado também por outros trabalhadores(as), caracterizando a feira como um espaço de relações e de formação. Esses aspectos serão detalhados em tópico posterior.

Ainda na fala da trabalhadora (Entrevistada 3) há um destaque da capoeira como uma questão *cultural* ancestral, carregada de significados e que remete à discussão étnico-racial. No primeiro grupo focal, a discussão étnico-racial aparece como um elemento necessário para formação dos(as) trabalhadores(as) que participam da feira, a fim de trazer maior sensibilidade e reflexão sobre o tema e combater o racismo.

Considerando essas reflexões, pode-se compreender que há uma *diversidade* presente na feira de economia solidária, sendo um aspecto também destacado pelos(as) trabalhadores(as). O coletivo EcoFeiras - PB abriga trabalhadores(as) e EESs com experiências e trajetórias diversas, grupos com diferentes níveis de formalização (associações e grupos informais) e de diversidade de produtos e serviços. Além disso, também se destaca a questão das manifestações culturais, como a presença da Ciranda e da Capoeira no Coletivo EcoFeiras - PB. Essa diversidade na feira de economia solidária é também pedagógica e potencializa a criação de um espaço de aprendizagem que transcende os aspectos relacionados à comercialização.

Outra dimensão da feira de economia solidária é quanto às *relações de horizontalidade* que se estabelecem entre os(as) membros(as) da feira de economia solidária e essas relações se solidificam a partir de um estrutura organizativa autogestionária e cooperativa, em que os(as) participantes podem, não apenas opinar, como também decidir coletivamente os rumos do coletivo. É importante destacar essas relações porque elas caracterizam, dão sentido e humanizam a experiência da feira de economia solidária.

Pra mim a feira é importante de mais pra mim, principalmente uma feira que a gente tem bastante conhecimento com todo mundo, cada dia a feira tá aumentando, aparecendo pessoas que a gente não conhecia. Então eu, eu, acho assim, porque uma feira particular já tá dizendo, ali a gente não manda, a gente é mandado. E uma feira como a nossa aqui a gente só tem tendência de melhorar. Cada dia a gente diz assim: ôh fulana porque a gente num vai fazer uma coisa assim e assim que fica melhor, entendeu? Uma opinião, dar uma opinião (Participante 8).

E solidária assim também porque vai ter uma feira... A gente, eu pelo menos eu acho nós, a gente sai de casa segura porque a gente vai praquela feira. Vai saber que tem a coletividade se todo mundo colaborar. Se não, mas todo mundo tem o mesmo tratamento, é o que me orgulha (Participante 11).

Na primeira e segunda fala, destacam-se as relações entre os(as) trabalhadores(as), na qual todos têm o mesmo tratamento e têm a liberdade para opinar, uma característica necessária para uma prática autogestionária. Além disso, essas relações de horizontalidade e de autogestão dão maiores possibilidades de interação entre os(as) trabalhadores(as). Abaixo, pode-se observar um diálogo no grupo focal que demonstra um recorte dessas interações.

Eu acho assim que interfere entre uma feira particular, né?! E uma de um projeto, porque o projeto ele elabora, ali todas as meninas trabalhando, a gente interage (Participante 10).

Engaja, faz com que todo mundo engaja (Participante 9).

Izilda: Cada uma com uma tarefa de participação, é muito diferente de uma feira particular. Que não tem entrosamento. E a feira aqui da EcoFeiras - PB é uma feira que tem interajamento de muitas pessoas. Um ajudando, um com uma tarefa, outro com outra tarefa, ajuda mútua, tudo isso contribui com uma feira de economia solidária (Participante 10).

A parte inicial do diálogo reforça a *interação entre os(as) trabalhadores(as)* e entre os(as) trabalhadores(as) e a equipe da INCUBES quando se refere ao projeto. É importante, entretanto, destacar que a autogestão do Coletivo é um fenômeno que vai sendo construído e fortalecido em cada encontro. A INCUBES, enquanto proponente inicial da experiência via projeto de extensão, esteve inicialmente direcionando as ações da feira de forma mais atuante, mas vem cada vez mais assumindo um papel de suporte e de orientação. Esse posicionamento se situa no âmbito do processo de incubação, compreendido como um conjunto de ações que visam fortalecer a autonomia dos EESs.

Ainda analisando o diálogo anterior, observa-se que a interação entre os(as) trabalhadores(as) também ocorre por meio da *divisão de tarefas* dentro da feira. Nesse contexto, a formação de grupos de trabalho (GTs) favorece a interação entre membros de diferentes EESs e com o coletivo como um todo, uma vez que a execução de cada tarefa exige diálogo com os integrantes do GT para organizar a atividade, bem como com os demais participantes da feira. Por exemplo, um membro do GT de finanças precisa dialogar com os outros integrantes do grupo para levantar informações financeiras, prestar contas ao coletivo e interagir com agentes externos (como prestadores de serviços) para realizar compras e pagamentos.

Entretanto, um ponto que gera discussão e tensões no coletivo e se apresenta nos encontros e reuniões é quanto à atuação dos(as) membros(as) nos respectivos GTs, uma vez que nem todos(as) que participam da feira estão envolvidos(as) diretamente nesses grupos ou alguns GTs apresentam-se estar mais fragilizados, sem conseguir executar plenamente suas atividades. Conforme registro no Instagram do projeto “Feiras Solidárias”, alguns encontros foram realizados com os GTs, no mês de janeiro e março, discutindo as ações dos grupos e planejando atividades, contribuindo para a dinamização e fortalecimento desses GTs. Porém, a participação de todos(as) trabalhadores(as) que participam na feira nos GTs e a cooperação na feira ainda é um desafio da prática autogestionária. Na fala abaixo, é possível identificar esses elementos:

No nosso caso aqui no EcoFeiras - PB, a gente tem GTs com as suas atividades e eu vejo que algumas não andam, eu falo que a liderança é importante, não é só pra fazer, é pra puxar a corda, sabe? Você incentivar, eu acho que incentivar, eu falo, gente, parabéns, está todo mundo ok, vamos tentar fazer uma coisa diferente pra essa próxima feira. Então, assim, muitos não têm esse perfil, e aí isso acaba deixando as pessoas... Agora tem que ter um limite, porque senão vai sempre uma pessoa só fazer e aí as pessoas acomodam e não fazem, aí se perde, e isso não é autogestão (Entrevistada 5).

Nesse contexto, a autogestão, embora presente na experiência concreta, é um fenômeno em contínuo processo de construção e fortalecimento. A INCUBES, enquanto entidade de apoio, desempenha um papel importante no sentido de incentivar as ações dos GTs e, de modo mais recente, da comissão. Entretanto, outras experiências também evidenciam essa mesma dificuldade. Em pesquisa com EESs, Abreu (2020) destaca o comprometimento e responsabilidades dos integrantes com as tarefas no grupo como uma das dificuldades enfrentadas e sinalizadas pelas iniciativas de economia solidária.

Outra dimensão da feira de economia solidária é a *socialização*. O depoimento de um participante faz a comparação de uma experiência anterior de trabalho com a feira de economia solidária na esteira dessas relações.

Eu sou uma pessoa... é... como é que se diz... de poucos amigos... é... eu não tenho muita amizade com ninguém, eu não gosto muito de conversar com as pessoas... eu sou... porque tem uma palavrinha agora que não me vem à memória... é... Antissocial! Eu sou uma pessoa antissocial. Eu sempre fui. Eu trabalhei 20 anos dentro de uma padaria. (...) Ali dentro da empresa eu era funcionário, não era amigo de ninguém e hoje é diferente. Hoje eu faço amizade com as pessoas da feira, né?! Coisa que eu não era funcionário pra mim ele tinha que trabalhar, ele não tinha que tá conversando. Eh! Era funcionário. (...) De confraternização também nunca fui, então na economia

eu me encontrei, porque hoje eu faço parte. Quando me chamam pra ir ... eu fico triste quando eu não posso ir, porque a gente tem os compromissos da gente, nem toda hora a gente pode tá (Participante 4).

Nesse sentido, a feira de economia solidária constitui esse espaço de socialização em que os(as) trabalhadores(as) não estão limitados(as) ou incumbidos(as) apenas da atividade econômica, mas dialogam, confraternizam e constituem relações de companheirismo e amizade. No depoimento acima, também se identifica a unilateralidade a que o sujeito esteve submetido na experiência em empresa privada, acentuando a diferença na vivência na economia solidária.

A prática da *solidariedade* e da *cooperação* está presente na feira de diferentes formas, o que foi possível identificar tanto pela observação, como pelos próprios depoimentos dos(as) trabalhadores(as), na organização da feira com as mesas e cadeiras, na preocupação com o outro ao ajudar a carregar um material pesado, na guarda do material ou na organização de um lanche coletivo.

Essas práticas também estão relacionadas ao senso de pertencimento ao coletivo. Num diálogo referente à importância da cooperação para a feira de economia solidária, foi destacado que esse elemento é primordial para a autogestão e é movido pelo sentimento de pertencimento como um elemento motriz para a prática da cooperação, conforme se pode observar nos seguintes diálogos: “É, então eu acho assim que ... é essa importância que a ... essa cooperação dentro da feira nos mostra, que nós sem cooperação a gente não tem autogestão” (Participante 6); “Mas a gente só faz isso porque a gente tem a sensação do pertencimento. Essa é a realidade, a gente tem essa noção de pertencimento. Eu estou fazendo isso porque aqui pertence a mim, porque eu aqui faço parte deste grupo e tem o pertencimento que eu posso fazer” (Participante 9).

Esse fenômeno, em que o sentimento de pertencimento se relaciona ao maior envolvimento dos(as) trabalhadores(as) nas responsabilidades das tarefas, também foi identificado por Abreu (2020) em sua pesquisa. Nesse contexto, observa-se que os(as) participantes compreendem o espaço como pertencente a todos(as), reconhecendo que a feira é um coletivo do qual possuem, conjuntamente, a “propriedade”. Entretanto, alguns aspectos divergem da noção de solidariedade e cooperação na feira de economia solidária, uma vez que os(as) trabalhadores(as) destacam a existência de disputas, como evidenciado a seguir.

Assim como a gente já percebeu na época das tranças que a gente tava aqui, que chegou algumas meninas, chegaram algumas meninas pra saber qual era o valor das peças que a gente tava vendendo, mas não que elas quisessem

fazer, no mínimo elas também eram trancistas, só que elas queriam também ter essa troca, mas só que é aquilo, é disputa de espaço, é disputa também né?! Feira de economia solidária também é disputa, seja disputa de narrativas, disputas de espaços, que a gente também sabe que acontece, né!? que se não chega mais cedo, aí fica mais pra cá, fica mais pra lá, mas também é de troca e também é de solidariedade, né?! e acho que isso também é muito interessante, que é a questão dos encontros, né?! (Participante 5)

Ou seja, embora a solidariedade e a cooperação estejam presentes, ainda pode haver, em algum momento, receios no processo de compartilhar um saber ou informação diante dessa compreensão da disputa do lugar. Ao mesmo tempo, ao final da fala, a participante coloca que a feira também é espaço de troca e de solidariedade. Nesse contexto, mesmo parecendo contraditório, esse processo evidencia um fenômeno de formação que vai sendo construído de forma dialética.

Ainda nesse contexto, é possível observar que a ideia de cooperação é compreendida como resultado de um processo de compreensão sobre economia solidária. Na fala abaixo, a participante explica a razão pelo qual alguns(mas) membros(as) não agem de forma cooperativa na feira:

Quando a gente se dispõe a cooperar, a gente realmente tá disposto a estar dentro do movimento, quando você, porque você vê, como (Participante 10) estava falando, algumas não estão nem ali, como (Participante 7) também falou, pega as coisas e vai embora, mas é exatamente essas que não cooperam que não entenderam ainda o que é economia solidária. Não entenderam ainda o que é estar dentro do projeto. Então, eu vejo a cooperação é como uma chave que virou. Quando você se coloca pra cooperar é porque você entendeu que o seu pertencimento a isso que é necessário. Então você tem que fazer porque você precisa, que é estar fazendo a sua parte dentro do coletivo. (Participante 9)

Nesse sentido, a cooperação ora é um elemento da vivência da feira, ora o próprio objeto do processo de aprendizagem. A cooperação ou comprometimento em realizar as atividades da feira está associada à compreensão da dinâmica da economia solidária.

Um aspecto ainda indicado pelos(as) trabalhadores(as) é quanto à apropriação dos resultados da feira pelos(as) participantes. São os(as) trabalhadores(as) que organizam e que se apropriam dos benefícios e resultados gerados (econômicos ou não) pela feira, não é concentrado apenas em um figura como ocorre em outras iniciativas, conforme a fala abaixo.

E é interessante que também qual o nosso diferencial pra feira da Pulga. A feira da Pulga tem uma pessoa sozinha que organiza e que ela cobra taxas pra ela, pra benefício próprio dela, né?! E já a nossa feira não. A nossa feira a gente se organiza pra que todos tenham esse benefício seja financeiro, seja

emocional, seja de conhecimento, seja de multiplicação de saberes
(Participante 6).

Esse aspecto é uma característica dos empreendimentos econômicos solidários. Gaiger (2009) explica que “o trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, incluindo a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais” (Gaiger, 2009, p. 181). Ou seja, os resultados produzidos e apropriados pelos(as) trabalhadores(as) a partir da organização coletiva do trabalho alcança aspectos que estão além do âmbito econômico, pois estão associados à satisfação das necessidades dos(as) seus(suas) integrantes.

De forma semelhante, Silva (2017), ao estudar a metodologia das feiras de economia solidária a partir da experiência da Feira Baiana de Economia Solidária e Agricultura Familiar, conclui que a experiência promoveu ganhos multidimensionais aos(as) trabalhadores(as) associados, abrangendo dimensões socioambientais, sociotecnológicas, socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas.

Uma outra dimensão presente é quanto à aprendizagem que se desenvolve no processo da feira de economia solidária. É importante ressaltar que todos os elementos discutidos até o momento constroem esse ambiente de aprendizagem e estão diretamente relacionados. Nessa dimensão, as falas dos(as) trabalhadores(as) quanto às “trocas”, “trocas de saberes” “compartilhar”, “compartilhar experiências”, “ensinar” e “aprender” estão inseridas nesse processo formativo na feira de economia solidária. Sendo assim, no próximo tópico será explorado esse aspecto.

4.5 “AQUI A GENTE VENDE E APRENDE”: DIMENSÕES FORMATIVAS NA EXPERIÊNCIA DO COLETIVO ECOFEIRAS - PB

Os dados apresentados anteriormente indicam que a feira de economia solidária é permeada por relações humanas solidárias e cooperativas. Esse processo, no entanto, não é estático, ele apresenta tensões e revela-se como uma construção contínua. Nesse contexto, observa-se que a feira, constituída tanto por experiências práticas de autogestão quanto pelos diversos encontros formativos, favorece aprendizagens que contribuem para a formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as), uma vez que abrange múltiplas dimensões da formação humana, para além do aspecto estritamente econômico.

Sob essa perspectiva, além de ser um espaço de venda de produtos e serviços, é também um espaço de aprendizagem. Quando questionados se a feira, além de um espaço de comercialização, pode ser um espaço de aprendizado, unanimemente os(as) participantes afirmam que sim. Tal constatação vem justificada pela troca de experiência entre os(as) trabalhadores(as), pelas oficinas e rodas de conversas realizadas de forma mais sistemática e pelas reuniões do Coletivo.

Nas outras feiras a gente vai com interesse de um só, vender; e aqui na feira de economia solidária a gente tem dois interesses: aprender e vender, entendeu? nesse aprender é porque tem alguém compartilhando, e no compartilhar têm união... Então a diferença lá fora pra feira de economia solidária é tá no grupo (Participante 3).

Esse depoimento evidencia a feira de economia solidária como um espaço de aprendizagem que se distingue de outros modelos de feira. O compartilhamento de saberes e experiências surge como um elemento central da dinâmica da feira, ocorrendo de múltiplas formas, envolvendo diferentes atores e promovendo aprendizagens diversas.

Um primeiro aspecto a ser destacado refere-se à construção de novos olhares sobre as manifestações culturais e as questões étnico-raciais, por meio da desconstrução de estereótipos.

como eu disse a você, nessa área tem muitas coisas, acho que é importante a gente ter conhecimento às vezes tem dança sobre dança eu vim uma vez pra uma feira que foi daquela dança que as meninas fazem, ..., capoeira, às vezes a gente sabe o que é, mas pode até julgar diferente, pensar diferente, mas quando você tem um conhecimento, você se aprofunda mais, alguém explica pra você, aí você entende, realmente é muito bonito, é sobre isso, essas áreas que a gente não tem muito conhecimento (Entrevistada 2).

As apresentações artístico-culturais são elementos recorrentes tanto em feiras populares quanto em feiras de economia solidária. Aqui, destacamos que a vivência junto a esses grupos possui um potencial educativo significativo para os(as) trabalhadores(as) do coletivo. O depoimento acima evidencia que, ao vivenciar o contato e estabelecer diálogos com as capoeiristas, a trabalhadora passou a perceber essa manifestação cultural de forma diferente, demonstrando que a diversidade presente na feira de economia solidária atua como um espaço educativo no campo cultural.

Em outro momento a trabalhadora afirma que:

Aqui na feira eu vejo quando a gente tem os justamente as palestras, os eventos, ontem mesmo teve aquele evento sobre indígenas isso é muito

importante, ter esse conhecimento, que às vezes não para, às vezes não para para estudar, quem está mais dentro dessa área vai buscar mais e eu acho que é importante. Eu já aprendi muito, sobre os indígenas, negros e assim é importante a gente aprender, por mais que a gente entenda um pouco, pelo curso, por tudo que a gente faz. Mas, especificamente, eu não tinha esse conhecimento, e hoje eu tenho porque as palestras que tem aqui, os eventos que tem aqui, isso é bem importante pra a gente, as rodas de conversa que vocês fazem, as palestras, os encontros lá, as reuniões que é importante, tudo é importante. Acho que é um aprendizado sempre (Entrevistada 2).

Nesse contexto, foi realizado, em julho, um evento que consistiu em uma roda de conversa sobre comunidades indígenas, ocorrida no mesmo dia e espaço da feira. Alguns(as) participantes da feira puderam acompanhar a roda de conversa ou, mesmo permanecendo em seus postos, ouvir a discussão. Esse movimento reforça o caráter pedagógico da feira de economia solidária, tornando-a um espaço de diálogo com diferentes grupos étnico-raciais, assim como uma ponte entre a comunidade acadêmica e diversos segmentos da sociedade, e vice-versa.

Além disso, os(as) participantes indicaram que questões étnico-raciais constituem uma necessidade de formação, assim como temáticas relacionadas às relações de gênero. Fenômenos semelhantes de aprendizagem também foram observados no campo da saúde, advindos das interações entre EES de diferentes segmentos.

Tem o diferencial também da massagem. porque eu já cheguei aqui com enxaqueca insuportável e fui atrás de um copo pra tomar um remédio, quando eu cheguei lá as meninas disse, não sente aqui. Ai eu sentei, aí começou junto com (...) e não to lembrada o nome dela, começou a me dá massagem... Eu sentei, ficou conversando e me dando massagem, a dor de cabeça foi embora. Depois ela veio me ensinar como é que eu ia conseguir me livrar das dores de cabeça, como tocar na minha mão e fazer aqueles pontos. Então isso é troca de saberes dentro da feira da economia (Participante 3).

A fala da participante da pesquisa, que atua no segmento da alimentação, indica a aprendizagem de uma técnica não medicamentosa para tratamento de uma dor de cabeça. No coletivo EcoFeiras – PB, há grupo que atua com terapias holísticas, a exemplo de massagens e reflexopodologia, apresentando aos demais feirantes e àqueles(as) que circulam na feira práticas integrativas de saúde. Ou seja, o que se percebe é que cada EESs em interação com outros grupos contribuem para a ampliação de conhecimentos e aprendizagens relacionadas à sua área de atuação, tornando a feira um espaço de contínuo fluxo de informação e de trocas.

Nesse contexto, a feira de economia solidária reflete o sentido de trocas de saberes e de experiências. Essa troca ocorre na interação entre os(as) trabalhadores(as) neste ambiente de solidariedade e de cooperação. Também pode ocorrer de forma mais sistematizada através das oficinas e rodas de conversas, ora organizadas pela INCUBES e/ou outras entidades, ora mediada pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), como já indicado em item anterior (Quadro 8), como de maneira mais espontânea no cotidiano da feira. Um dos destaques é para a troca entre os(as) participantes a partir do olhar para os outros trabalhos expostos na feira, dando visibilidade a outras técnicas e modos de produção.

É, feira de economia solidária também é troca e aí eu vi isso também no festival, eu pude estar com uma colega aqui da dona (...), foi muito interessante de ver a questão de ir no outro empreendedor, de ver o material, de ver como é que faz, de ter a curiosidade e de dizer que eu também quero fazer, eu tô curiosa, eu queria ver a peça (Participante 5).

Porque tem essa troca de experiência. Sim, porque tem essa troca de experiência do saber. Quem sabe fazer uma boneca ensina aquele não sabe fazer uma boneca. Quem sabe cortar um tecido, que eu não tava sabendo, me ensinaram a cortar um tecido. Então tem sim essa possibilidade e tem sim essa diferencial, onde essas trocas de saberes dentro do grupo (Participante 3).

A fala de outra trabalhadora também destaca o aperfeiçoamento de técnicas de produção artesanal que se dá na interação com os(as) outros trabalhadores(as): *“Porque, a gente aprende uns com os outros né? às vezes a gente não tem uma técnica rápida ou o nosso produto precisa melhorar acabamento, essa coisa toda, então na feira a gente busca realmente isso né? A gente ter a interação pra gente é importantíssimo”* (Entrevistada 8).

Assim, ao participar das feiras, os(as) trabalhadores(as) conhecem outros trabalhos, estimulando a curiosidade na tentativa de produzir algo semelhante e/ou conhecer uma nova técnica. É muito comum durante a feira, especialmente os(as) artesãos(as), aproveitarem o momento para produzirem suas peças e, um(a) ou outro(a) chegar para observar e ali dialogar sobre o processo de produção.

Outro aspecto das aprendizagens refere-se ao campo das relações intersubjetivas, envolvendo a convivência com o outro, o respeito mútuo, a escuta, a comunicação e a realização do trabalho de forma coletiva: *“A feira pra mim não é só pra negócio, é pra aprender e saber comunicar com os outros. Principalmente, a nossas amigas, né?! de feira, quando precisa da gente, taí se comunicando. Fulaninho vem cá, tu faz isso assim”* (Participante 8); *“eu também vejo em cada momento que a gente se senta pra fazer uma roda de conversa, dentro da própria*

feira, né?! ali o escutar, o respeitar naquele momento o outro, é eu passar o meu saber seja no artesanato” (Participante 6).

Essas aprendizagens decorrem justamente de um processo organizativo em que os(as) participantes estão em constante interação e diálogo, requerendo, assim, o desenvolvimento de habilidades comunicativas. No grupo focal, outras participantes destacaram que a participação na feira vem possibilitando desenvolver melhor a fala e a comunicação no coletivo, uma vez que estão sempre participando das rodas de conversas, reuniões e oficinas, abrangendo assim o campo do desenvolvimento pessoal.

Um outro aspecto de destaque é quanto às aprendizagens decorrentes da própria organização autogestionária da feira, como também dos empreendimentos econômicos solidários. Os(as) trabalhadores(as) expressaram que vêm aprendendo o processo de organização da feira de economia solidária, da infraestrutura necessária e da elaboração de documentos necessários, como solicitações via ofício.

[...] e trazer também a questão, a questão também que eu já tinha falado, tinha essa pergunta, que é também a própria organização de feira né?! Nós...respondemos que já estivemos em feira, mas a gente não chegou a comentar a questão da organização e tal, e a gente conseguiu aqui também é... ter uma noção com vocês né?! da questão de ofício, da questão do tempo, da questão do espaço, da preocupação aonde guardar, como guardar, falar com antecedência, acho que essa questão de planejamento também né?! (Participante 5)

Essas aprendizagens decorrem do processo de participação ativa dos(as) trabalhadores(as) na gestão da feira. Esse aspecto é um diferencial na economia solidária, uma vez que, como explica Paul Singer (2002), os(as) trabalhadores(as), além de se envolverem na produção dos bens/serviços, possuem o esforço adicional de se ocuparem também nas questões relativas à gestão do empreendimento. Para Singer (2002), esse esforço adicional é positivo quando é necessário, por exemplo, empregar mais esforços para cumprimento de um prazo ou alcançar objetivos comuns, além disso, pode colaborar para a promoção da cooperação no grupo. Nas palavras do autor, “o fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos” (Singer, 2002, p. 19).

Além disso, a troca de experiências entre os EESs faz com que os(as) que participam compartilhem essas aprendizagens no interior do seu próprio grupo, aperfeiçoando os processos de gestão ou de produção. Numa roda de conversa que ocorreu durante a feira no mês de julho, uma participante compartilhou um caderno elaborado para registrar as vendas durante uma

outra feira. Esse fato ocorreu após uma oficina sobre Finanças e, no momento, muitos participantes se entusiasmaram com a ideia e sinalizaram a vontade de adotar a mesma ferramenta. Esse é um exemplo de aprendizagem que decorre da experiência da (auto)gestão da feira de economia solidária e dos EESs.

O aprendizado sobre a economia solidária, seus princípios e sobre a política pública também foram indicados pelos(as) trabalhadores(as) como algo desenvolvido a partir da experiência no Coletivo EcoFeiras - PB, conforme se pode observar nas falas abaixo:

Sim, porque além da troca dos saberes e de todo conhecimento que a gente adquire com outros empreendimentos diferente dos nossos, tem o conhecimento técnico científico sobre o que é economia solidária, autogestão, entre outros, entre outras oficinas que são importantes, como houve a oficina de gênero, né?! (Participante 2)

É isso, é aprender a autogestão, porque eu não entendia o que seria autogestão, mas a gente poder andar com as próprias pernas, eu não entendia isso muito bem, a autogestão e a economia solidária eu não entendia, quando a gente poder buscar e que a gente tem o respaldo pela lei, eu não entendia esse sentido que a gente pode realmente ir buscar, porque tem como a gente conseguir recursos, tem recursos que é pra nós (Entrevistada 1).

Eu tenho aprendido assim, a melhorar... eu já sou assim, eu gosto de ajudar o próximo então, eu tenho aprendido realmente a olhar um todo, não olhar o que eu tenho mais amizade entendeu aquela pessoa que é mais próxima de mim, então isso foi um ponto forte, de eu olhar todos ao invés de só meu grupo né? Então de colaborar de uma forma que eu possa né, a cada um independente de que grupo esteja associado (Entrevistada 8).

É interessante destacar que, mesmo participando do movimento, a compreensão do que é a economia solidária, a autogestão e o movimento social só acontece posteriormente, com a participação nas formações, rodas de conversa, reuniões, seminários e participação no fórum de economia solidária. Esse fato foi destacado por trabalhadores(as) durante o grupo focal e durante as entrevistas. O que mostra a necessidade de promover espaços educativos em economia solidária, mesmo para aqueles(as) já inseridos no movimento.

No campo sócio-político, ressalta-se a noção de direito e a importância da organização do movimento social, já mencionadas anteriormente. A fala a seguir evidencia de forma mais direta esse tipo de aprendizagem: [...]*Je às vezes, às vezes num é nem aqueles saberes assim referente ao nosso artesanato, é outra conversa, aah eu não sabia, é, é um direito que a gente tem e não sabe (Participante 1).*

Nesse contexto, durante a reunião do dia 20 de agosto do Coletivo EcoFeiras - PB, foi registrado um diálogo em torno do acesso às políticas públicas para o artesanato. Na ocasião,

foi falado do Salão do Artesanato e da necessidade de as pessoas terem a carteira do artesão. No momento, alguns(mas) trabalhadores(as) indicaram o desconhecimento dessa política. O diálogo possibilitou a compreensão do Programa Artesanato Paraibano (PAP), sua importância, os benefícios de acessá-la, os requisitos e como acessar, também outros(as) artesãos(ãs) compartilharam como foi sua experiência pessoal para adquirir a carteira do artesão.

A compreensão da economia solidária enquanto movimento social mobiliza uma série de reflexões políticas, seja como incidir politicamente de forma coletiva, através do fórum e participação nas conferências, como também sobre o processo de exclusão e desigualdade social.

E dizer também que essa característica de fazer as rodas, as reuniões dentro da feira, isso também é formação. E traz essa veia de também de movimento social que é também a economia solidária e isso também é outro diferencial assim (...) Pode também nesse sentido que traz nessas rodas essa formação, traz essa reflexão política (Participante 5).

As reuniões do coletivo, assim como algumas formações, como as oficinas preparatórias para as conferências territoriais de economia solidária, incorporam a dimensão política ao processo formativo dos(as) trabalhadores(as). Nessa mesma dimensão, observa-se que, durante as reuniões do coletivo com a participação de membros do Fórum, são apresentados informes sobre o movimento, sendo incentivada a participação de todos os EESs nessas instâncias colegiadas.

A partir das análises, compreende-se que a feira de economia solidária possibilita aprendizagens em múltiplas dimensões, decorrentes da relação indissociável entre teoria e prática, saber e fazer. Tais aprendizagens não são pré-determinadas, mas emergem de um modo organizativo participativo, fundamentado em relações de cooperação e solidariedade, configurando um processo formativo contínuo. A seguir, apresenta-se um mapa conceitual que relaciona essas dimensões e dinâmicas formativas observadas na feira, a partir da experiência estudada.

Figura 5. Mapa conceitual sobre as dinâmicas e dimensões formativas na feira de economia solidária



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Além das dimensões apontadas, a imagem acima relaciona também as dinâmicas e os espaços que favorecem essas aprendizagens. Compreende-se que a cooperação entre os diferentes atores que integram a experiência de economia solidária sustenta os processos de aprendizagem na feira. Quanto mais diversa for a participação, maiores são as possibilidades de desenvolvimento de aprendizagens.

Nesse contexto, essas aprendizagens emergem das rodas de conversa, oficinas temáticas, reuniões do coletivo, participação nas reuniões do Fórum e nas Conferências de economia solidária, da interação entre os EES, bem como da relação desses empreendimentos com as entidades de apoio e das trocas de saberes e experiências vivenciadas na feira.

No âmbito sócio-político, situam-se as aprendizagens vinculadas aos direitos humanos, às políticas públicas de economia solidária e ao movimento social. No que se refere à economia solidária, destacam-se os aspectos conceituais e práticos, bem como os princípios que a orientam. As aprendizagens relacionadas à produção e comercialização decorrem do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas necessárias à confecção e à venda de produtos e serviços.

Quanto à autogestão, evidenciam-se aprendizagens que emergem da gestão coletiva da feira, incluindo aspectos técnicos, burocráticos e organizativos, além daquelas que, por meio

das trocas entre os EES, fortalecem os processos autogestionários nos grupos, extrapolando a participação no Coletivo EcoFeiras - PB.

No âmbito do desenvolvimento pessoal e coletivo, destacam-se aprendizagens relacionadas à saúde e ao bem-estar, ao desenvolvimento de habilidades sociais, à cooperação e à solidariedade. Por fim, no campo cultural, salientam-se as aprendizagens vinculadas às diversas expressões culturais regionais.

5. PROTOTIPAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE): DO PLANEJAMENTO À AÇÃO NO ENSINO

Os mestrados profissionais constituem programas de formação que apresentam algumas particularidades em relação ao mestrado acadêmico. Uma semelhança entre os dois tipos de mestrado é o rigor metodológico exigido durante a pesquisa, o qual requer condições adequadas para sua realização, como tempo, espaço, suporte técnico e materiais, conforme apontado por Lüdke (2001, citado por Andre, 2017). Entretanto, os mestrados profissionalizantes se diferenciam quanto ao objeto de estudo. Andre (2017), a partir de Gatti (2014), explica que os mestrados profissionais têm foco nas dinâmicas de trabalho em contextos educacionais, permitindo a articulação de conhecimentos voltados à qualificação do trabalho. Ou seja, esses programas se articulam com a realidade empírica, tomando-a como ponto de partida e também de chegada.

Neste movimento, no âmbito do mestrado profissional, são desenvolvidos produtos educacionais⁸ (PE) que se articulam à pesquisa e à realidade na qual está inserido o objeto de estudo. No âmbito do ProfEPT (vinculado à área de ensino), pode-se compreender que o produto educacional é o “resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional” (CAPES, 2019, p. 16). Assim, o produto educacional aqui proposto visa o fortalecimento das aprendizagens cooperativas a partir do desenvolvimento de feiras na perspectiva da economia solidária para formação omnilateral dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Para esta pesquisa, opta-se, assim, por uma abordagem de inspiração fenomenológica, ou seja, busca-se compreender o fenômeno a partir da realidade do grupo envolvido na pesquisa e da escuta do público amostral, contrapondo-se a uma perspectiva cartesiana. Nesse sentido, os resultados da pesquisa deram subsídios para a construção do produto educacional a partir da compreensão do perfil dos(as) trabalhadores(as) e das dinâmicas que envolvem o desenvolvimento da feira de economia solidária.

Parte-se da compreensão de que a participação dos(as) trabalhadores(as) nos empreendimentos solidários e em experiências autogestionárias, como as feiras de economia solidária, constitui um processo formativo que se manifesta de diversas formas. A pesquisa

⁸ “Produtos educacionais são ferramentas elaboradas pelos próprios profissionais em formação que comportam conhecimentos organizados objetivando viabilizar a prática pedagógica” (Freire; Rocha; Guerreni, 2017, p. 380).

evidenciou a necessidade de desenvolver processos formativos voltados aos(as) trabalhadores(as) que ingressam na economia solidária, uma vez que, no contexto de uma sociedade capitalista, a prática da autogestão não é natural. Nesse sentido, com base nos resultados deste estudo, propõe-se a criação de um recurso educacional: a produção de uma cartilha sobre as feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as).

5.1 TIPOLOGIA DO PE ESCOLHIDO

Inicialmente, esta pesquisa teve como perspectiva de produto educacional o desenvolvimento de um ciclo de oficinas relacionadas à economia solidária junto aos(as) trabalhadores(as) dos empreendimentos solidários participantes do projeto “Feiras Solidárias”. Entretanto, após a qualificação do projeto, a pesquisadora — em contínuo diálogo junto a esses grupos, como parte de suas ações na INCUBES — percebeu a necessidade de mudança na projeção do produto educacional, visto que esses(as) trabalhadores(as) já participavam de atividades formativas desenvolvidas pela própria INCUBES e pelos(as) trabalhadores(as). Além disso, parte dos(as) trabalhadores(as) também participaram recentemente de um curso de economia solidária promovido pelo Programa Manuel Querino, executado em João Pessoa - PB através da INCUTES-IFPB.

Sendo assim, reavaliando o processo de desenvolvimento do Produto Educacional, este trabalho de projeção da pesquisa apontou ao desenvolvimento de uma Cartilha sobre a implementação de feiras de economia solidária para formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as). Nesse sentido, volta-se para educadores(as) populares e Entidades de Apoio a empreendimentos econômicos solidários, mas também pode ser utilizado em outros espaços educativos, tais como na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional Tecnológica (PROEJA) e em experiências educativas formais ou não formais.

De acordo com a CAPES (2019), o produto, um artefato real, virtual, ou mesmo um processo, pode ser uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, vídeo, uma exposição, equipamento, um conjunto de videoaulas, entre outros. Na Área de Ensino, têm-se como perspectiva 10 produtos educacionais⁹, a saber: Material didático/instrucional; Curso de

⁹ Conforme explica Dourado e Colombo (2023), a CAPES catalogou 21 tipos de produtos educacionais em relatório publicado em 2019. Dentre esses, a CAPES orientou que cada Área de Conhecimento selecionasse 10 produtos educacionais. A partir dessa orientação, a Área de Ensino selecionou os 10 tipos de produtos educacionais, que podem ser encontrados na “Ficha de Avaliação – Programas Acadêmicos e Profissionais”.

formação profissional; Tecnologia social; *Software*/Aplicativo; Eventos Organizados; Relatório Técnico; Acervo; Produto de comunicação; Manual/Protocolo; e Carta, mapa ou similar.

A cartilha compreende o tipo de produto educacional “Material didático/instrucional”. Cabe ressaltar que a proposta da cartilha não foi construir um elemento rígido, mas um material que possa servir como suporte para as atividades formativas junto aos(as) trabalhadores(as) dos EES na implementação de feiras de economia solidária. A cartilha, então, foi construída a partir do estudo sobre as temáticas relacionadas — economia solidária, feiras, autogestão, formação omnilateral, aprendizagem cooperativa — e da própria experiência da pesquisa.

5.2 ESTRUTURAÇÃO DO PE: FASES DO PLANEJAMENTO

A elaboração de um material educativo configura uma tríplice aventura: a da criação, a do próprio material e a do uso posterior, que muitas vezes transcende as intenções iniciais dos criadores (Kaplún, 2003). Desenvolver um produto educacional envolve diversas reflexões, com o objetivo de articular os conceitos a serem mobilizados, a forma de apresentação e, simultaneamente, a relação com o público-alvo. Kaplún (2003) propõe que a elaboração de materiais educativos se organize a partir de três eixos: conceitual, pedagógico e comunicacional.

No eixo conceitual, mobiliza-se uma pesquisa temática e diagnóstica, cujo objetivo é aprofundar o conhecimento sobre o tema a ser trabalhado e selecionar as ideias centrais que orientarão o material educativo. Além disso, é essencial compreender o contexto pedagógico e os(as) sujeitos(as) a quem o material se destina, identificando o que sabem, suas concepções sobre a temática e quais necessidades o material poderá atender (Kaplún, 2003).

Conforme explica Kaplún (2003), o eixo pedagógico compreende o percurso que se dará entre “o ponto de partida” e o “ponto de chegada”, o caminho a ser percorrido para se chegar ao objetivo proposto pelo material educativo. O ponto de partida, assim, é essencial para planejar o percurso, que ocorre através da compreensão dos conhecimentos prévios dos sujeitos, ou, como chamado pelo autor, “ideias construtoras”, sobre as quais há de se construir novas percepções e conhecimentos.

Já o eixo comunicacional compreende a forma pela qual a mensagem será narrada, o modo concreto que será percorrido. Para o autor, nesse eixo, é necessário o uso da criatividade, com uso de jogos de palavras ou de imagens, jogos de sentido e sentimentos, invenção de histórias, brincadeiras, personagens, invenção de paisagens visuais ou sonoras. Kaplún (2003, p. 54) também destaca a importância de ter um “bom banco de experiências, códigos, histórias

e imagens que provém dos próprios destinatários”. Essa articulação é de fundamental importância para dialogar a partir do lugar dos(as) sujeitos(as) da ação e propiciar uma aprendizagem significativa.

Considerando as contribuições de Kaplún (2003), a prototipação do PE foi organizada da seguinte maneira:

- Primeira fase

A primeira etapa do planejamento consistiu em compreender o fenômeno estudado na interface entre teoria e prática, por meio de pesquisa bibliográfica e observação da dinâmica das feiras de economia solidária, realizada neste estudo a partir das feiras implementadas pelo projeto de extensão “Feiras Solidárias”. Os resultados dessa investigação também possibilitaram a identificação do perfil dos(as) sujeitos(as) participantes dessas experiências, bem como os conhecimentos prévios dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as).

- Segunda fase

Na segunda fase, foram definidos os temas e conceitos a serem desenvolvidos na cartilha, selecionados a partir dos dados obtidos na pesquisa. Identificou-se a necessidade de abordar o tema da economia solidária e seus princípios. Dessa forma, a cartilha foi planejada para contemplar: apresentação da temática, sugestões de ações para a implementação de feiras e propostas de oficinas em economia solidária.

Com os temas e conceitos definidos, avançou-se para a seleção e construção dos recursos pedagógicos que compuseram o produto educacional, incluindo a elaboração de textos, a escolha de vídeos e imagens, bem como a proposição de atividades educativas relacionadas à economia solidária. Nessa fase, buscou-se articular os conceitos de modo a construir um percurso pedagógico voltado à formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as), com base na experiência das feiras solidárias.

Para tanto, a cartilha foi estruturada em quatro seções, organizadas de forma a construir um percurso pedagógico coerente. A primeira seção apresenta conceitos fundamentais, como economia solidária e seus princípios. A segunda seção traz sugestões para o desenvolvimento de feiras de economia solidária, abordando a estrutura necessária, propostas de atividades e formas de organização que favoreçam a gestão coletiva e a participação dos(as) trabalhadores(as). A terceira seção apresenta um roteiro com quatro oficinas que exploram a temática da economia solidária, seus aspectos históricos e princípios. Por fim, a quarta seção oferece indicações de sites, vídeos e outros materiais que permitem aos(as) leitores(as) aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

No planejamento das oficinas, foram consideradas as contribuições de Zabala (2014), que propõe a classificação da avaliação em conteúdos factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais, oferecendo orientações para o desenvolvimento de atividades em cada tipo de conteúdo. Além disso, a elaboração das oficinas se apoiou nas abordagens da educação popular, da aprendizagem significativa e da aprendizagem cooperativa.

- Terceira fase

Já a terceira fase consistiu na construção da cartilha em si. Foram construídos e organizados os elementos elaborados e selecionados para compor o material didático. Destaca-se que a elaboração da cartilha foi desenvolvida com o uso do programa Canva e disponibilizada em formato virtual (arquivo PDF), com acesso pelo Google Drive¹⁰.

5.3 APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Para fins de avaliação, a cartilha foi enviada por e-mail para oito Entidades de Apoio a Empreendimentos de economia solidária junto ao formulário online (Google forms) de avaliação do PE, para que os(as) profissionais dessas iniciativas averiguassem a qualidade, adequação e uso desse material em seus espaços e práticas educacionais. Inicialmente, realizou-se um levantamento das Entidades de Apoio a empreendimentos de economia solidária atuantes na Paraíba. Posteriormente, foram enviados e-mails a essas instituições, convidando os(as) profissionais a participarem da avaliação do produto educacional (PE). O primeiro prazo previsto para a avaliação foi de 23 a 28 de setembro de 2025; entretanto, não houve respostas nesse período. Diante disso, o prazo foi prorrogado até 1º de outubro de 2025, e o contato foi retomado por e-mail, resultando em um total de sete respostas.

A estruturação do formulário de avaliação do PE foi elaborada a partir da proposta de Leite (2018) sobre avaliação de produtos educacionais na área de Ensino. A autora indica seis eixos: (1) Estética e organização do material educativo; (2) Capítulos do material educativo; (3) Estilo de escrita apresentado no material educativo; (4) Conteúdo apresentado no material educativo; (5) Propostas didáticas apresentadas no material educativo; e (6) Criticidade apresentada no material educativo. Em cada eixo, a autora propõe descritores em forma de pergunta.

Diante disso, o formulário de avaliação foi estruturado com algumas adaptações, conforme segue explicitado no Quadro 9.

¹⁰ <https://drive.google.com/file/d/1WqJPrcYupgHWWlgw2bNcpAAFhDFOqxAo/view?usp=sharing>

Quadro 9. Avaliação do produto educacional.

1 - EIXO: Estética e organização do material educativo		
Promove diálogo entre o texto verbal e o visual?	Sim	Não
Apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?	Sim	Não
Promove uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção que é didático?	Sim	Não
O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o leitor?	Sim	Não
Tem cuidado com a escrita do texto respeitando a diversidade?	Sim	Não
2 - EIXO: Divisão do material educativo		
Apresenta capítulos interligados e coerentes?		
Os capítulos apresentam coerência entre si?		
Explicita na apresentação do material educativo a origem, os objetivos e o público-alvo do material?		
A introdução explicita o referencial teórico a ser utilizado, a concepção que embasa o material educativo e os capítulos que o compõem?		
3 - EIXO: Estilo de escrita apresentado no material educativo		
Apresenta conceitos e argumentos claros?	Sim	Não
Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?	Sim	Não
Explica todos os termos técnicos e expressões científicas?	Sim	Não
Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado?	Sim	Não
O texto escrito é atrativo e estimula a aprendizagem do leitor?	Sim	Não
4 - EIXO: O conteúdo do material educativo		
O conteúdo pode ser adaptado para ser utilizado nas experiências educacionais desenvolvidas com trabalhadores(as) na instituição da qual você participa?	Sim	Não
A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento?	Sim	Não
Considera que as temáticas desenvolvidas no material educativo são importantes no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários?	Sim	Não

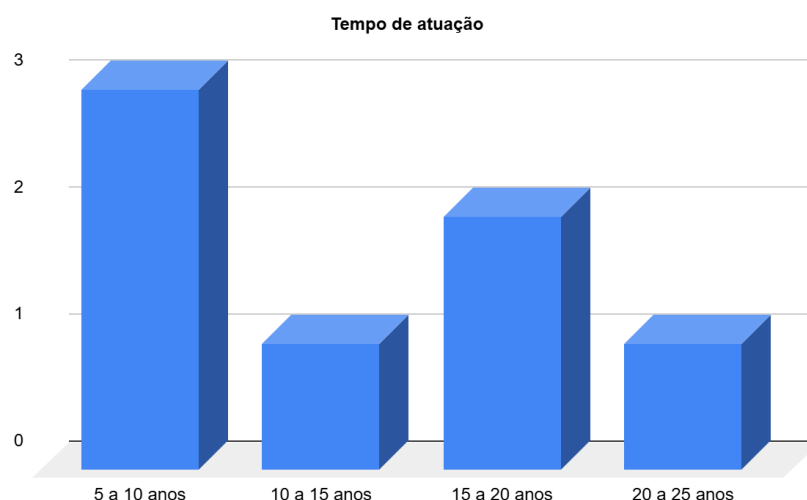
5 - EIXO: Atividades presentes no material educativo		
As perguntas feitas são possíveis de serem respondidas?	Sim	Não
As perguntas suscitam reflexões?	Sim	Não
As atividades propostas estão adequadas ao público envolvido?	Sim	Não
As atividades problematizam o conteúdo apresentado no material educativo?	Sim	Não
6 - EIXO: Criticidade do material educativo		
O material educativo contempla atividades que estimulam o pensamento crítico?	Sim	Não
O material educativo aborda aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e ambientais?	Sim	Não
A cartilha contém elementos que podem contribuir com a formação humana omnilateral de trabalhadores(as) nas experiências de Feiras de economia solidária ou em outras vivências autogestionárias?	Sim	Não
7 - EIXO: Outras considerações		
Utilize esse espaço para outras considerações que deseje fazer		

Fonte: Adaptado a partir de Leite (2018).

A partir dos resultados da avaliação, realizou-se a análise das respostas com o objetivo de identificar possíveis adequações necessárias ao produto educacional. Do total de sete respondentes, três se declararam do gênero masculino e quatro do gênero feminino, com idade entre 39 e 66 anos, sendo que um não respondeu a pergunta sobre idade. Quanto à raça/etnia, seis profissionais responderam à questão: três se declararam brancos e os demais se identificaram como pardos, negros ou pretos.

Quanto à formação acadêmica, todos possuíam ensino superior completo, com formações diversas (graduação, mestrado, doutorado), como: Ciências Sociais, Comunicação Social- Relações Públicas, Economia Doméstica e Ciência Política. Esses(as) profissionais desenvolvem atividades de coordenação de programas, assessoria técnica, presidência de instituição, técnicos de nível superior, até mesmo integrando empreendimentos econômicos solidários. Esses(as) profissionais demonstram uma trajetória considerável no campo da economia solidária uma vez que o tempo mínimo de atuação foi de 5 (cinco) anos nas instituições de apoio à economia solidária, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 1. Tempo de atuação dos(as) respondentes nas Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto aos segmentos em que atuam, foram destacadas as seguintes áreas de trabalho: Artesanato, agricultura familiar, bancos comunitários e grupos culturais, apresentando assim uma diversidade de grupos e segmentos de atuação. O artesanato e a agricultura familiar foram os segmentos que mais obtiveram número de respostas no âmbito do campo das ações desenvolvidas pelos(as) profissionais, obtendo 4 (quatro) e cinco (cinco) respostas, respectivamente. É importante ressaltar que, nessa pergunta, os(as) respondentes podiam marcar mais de uma opção.

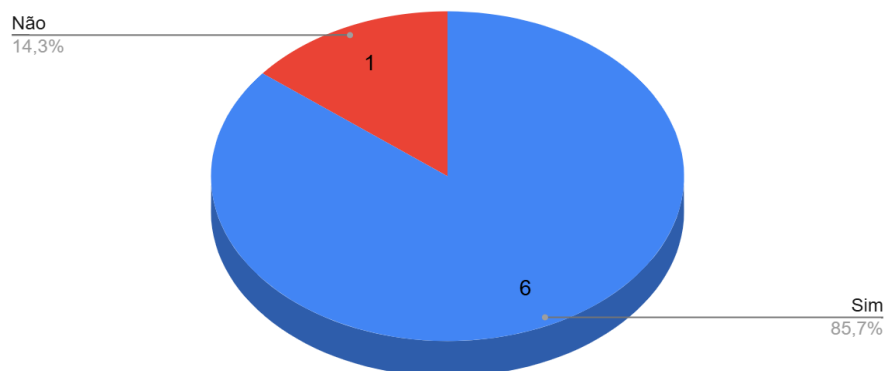
A seguir, apresenta-se a análise das respostas referentes à avaliação do produto final, organizada por eixos, conforme a estrutura do instrumento de avaliação.

No Eixo Estética e Organização do Material Educativo, os resultados foram, de modo geral, satisfatórios. A avaliação do diálogo entre o texto verbal e visual, a apresentação de um conteúdo atrativo e de fácil compreensão, a promoção de uma leitura dinâmica — equilibrando informações técnicas e didáticas —, bem como a consonância entre o embasamento teórico e a forma escolhida para comunicar-se com o leitor, obteve respostas unanimemente positivas.

Quanto ao cuidado com a escrita, respeitando a diversidade, seis profissionais avaliaram como positivo, enquanto um respondente apontou que o item não estava contemplado, conforme ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2. Cuidado com a escrita respeitando a diversidade

Tem cuidado com a escrita do texto respeitando a diversidade?



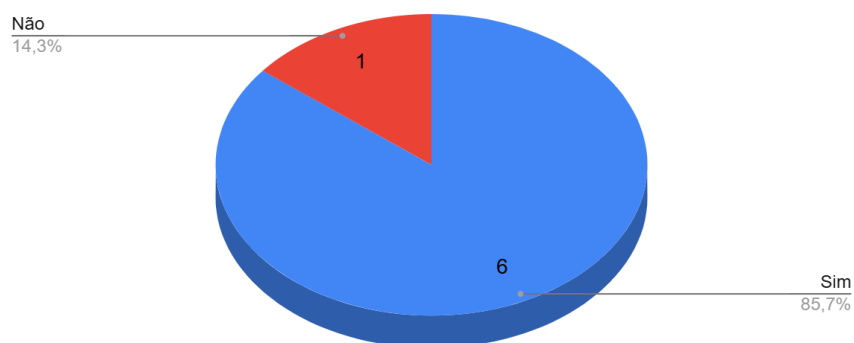
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Eixo Divisão do Material Educativo, que incluiu a avaliação da apresentação de capítulos interligados e coerentes entre si, da apresentação do material quanto à sua origem, objetivos e público-alvo, bem como da explicitação do referencial teórico e da concepção que embasa o material e seus capítulos, todas as respostas foram positivas de forma unânime.

No Eixo referente ao Estilo de Escrita apresentado no material educativo, 7 (sete) respondentes avaliaram que a cartilha apresenta conceitos e argumentos claros, que a forma como as ideias foram estruturadas facilitam o entendimento do assunto tratado e que o texto é atrativo e estimula a aprendizagem do leitor. Ainda nesse eixo, 6 (seis) profissionais responderam que o material apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender e que explica todos os termos técnicos e expressões científicas.

Gráfico 3. Apresentação de escrita acessível.

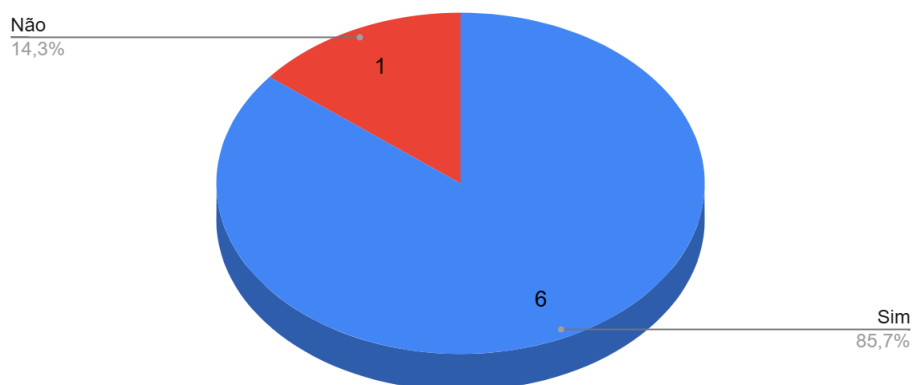
Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Gráfico 4. Explicação de termos técnicos e expressões científicas.

Explica todos os termos técnicos e expressões científicas?



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto ao Eixo do Conteúdo do Material Educativo, os(as) respondentes avaliaram positivamente, indicando que o conteúdo pode ser adaptado para ser utilizado nas experiências educacionais desenvolvidas com trabalhadores(as) na Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária em que participam e que a forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento.

De forma similar, o Eixo referente às Atividades do Material Educativo apresentou resultados satisfatórios, uma vez que todos os itens foram respondidos positivamente por todos(as) os(as) respondentes. Nesse eixo, foram avaliadas se as perguntas feitas eram possíveis de serem respondidas e se suscitaram reflexões, se as atividades propostas estavam adequadas ao público envolvido e se problematizavam o conteúdo.

Quanto ao Eixo de Criticidade do Material Educativo, os(as) respondentes avaliaram de forma unânime que o material educativo contempla atividades que estimulam o pensamento crítico (sete respostas) e que contém elementos que podem contribuir com a formação humana omnilateral dos(as) trabalhadores(as) nas experiências de Feiras de economia solidária ou em outras vivências autogestionárias. No item quanto à avaliação da abordagem dos aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e ambientais, 6 (seis) respondentes apontaram que esses elementos foram contemplados.

Gráfico 5. Abordagem de aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e ambientais.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Por fim, no Eixo Outras considerações, 3 (três) profissionais responderam apontando sugestões que pudessem ser incluídas no material, bem como comentário a respeito do alcance satisfatório dos objetivos propostos, como se destaca em “*Me permito sugerir que se possível colocasse mais cor nas figuras representativas e se possível colocar povos indígenas*” e também nos trechos a seguir:

A Cartilha de Economia Solidária alcançou de maneira satisfatória o objetivo de difundir, de forma simples e clara, os princípios que sustentam esse modelo

de organização econômica. Atendeu ao propósito de informar, sensibilizar e inspirar, oferecendo ferramentas e conhecimentos que incentivam práticas transformadoras no âmbito social, econômico e comunitário.

Parabenizo pelo trabalho desenvolvido. Feiras de economia solidária é entendida por nós da INCUBES como mais um processo metodológico de vivência na autogestão. O material contribui com essa perspectiva e avança na proposição de organização de Feiras e oficinas.

Vejo que nas referências poderiam constar sites institucionais de incubadoras, redes de incubadoras, secretaria nacional de economia solidária, Fórum de economia solidária e de outros atores sociais históricos na realização de ações em promoção a economia solidária.

Diante disso, constatou-se que a cartilha sobre as feiras de economia solidária foi avaliada de forma positiva pelos profissionais das Entidades de Apoio e Fomento, podendo ser utilizada em processos formativos e na vivência junto às iniciativas de economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento de aprendizagens cooperativas e para a formação omnilateral de trabalhadores e trabalhadoras. A partir das sugestões apontadas pelos(as) profissionais, bem como dos pontos que tiveram alguma avaliação que não foi contemplada, a cartilha foi revisada a fim de incorporar as contribuições dos(as) respondentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação omnilateral como princípio que orienta a política de educação profissional no Brasil aponta para a concepção e organização de processos educativos que rompem com a dualidade histórica construída entre trabalho manual e intelectual, de uma formação para classe trabalhadora e outra para as elites. Sobretudo, indica a relação indissociável entre trabalho e educação na formação humana, numa perspectiva em que a formação articula as diferentes dimensões da vida humana.

No âmbito da educação não formal, especificamente dos movimentos sociais, o processo formativo está diretamente vinculado aos fins das organizações sociais, mobilizando diferentes aprendizagens em torno da transformação da realidade. Nesse contexto, a economia solidária é um movimento que se apresenta em contraposição ao sistema econômico capitalista, indicando a possibilidade de outro modo de organização da vida e do trabalho fundamentado na cooperação, na solidariedade e na autogestão.

As feiras de economia solidária constituem experiências em que trabalhadores(as), com apoio de outras instituições (Entidades de Apoio), organizam coletivamente espaços de comercialização. Além disso, são espaços de mobilização social, de formação para os(as) trabalhadores(as) e onde se incentiva a vivência de relações humanas inspiradas nos princípios da igualdade, da cooperação e da solidariedade.

Nisso, o olhar que vai sendo construído junto ao outro não é de concorrência, mas de sujeitos(as) que constroem coletivamente estratégias para suprir as necessidades reais da vida material. Essas relações sustentam uma prática de aprendizagem cooperativa, na qual o compartilhar, o saber junto ao outro não representa ameaça. Além disso, a experiência do coletivo EcoFeiras - PB mostra ainda uma aprendizagem que ocorre cooperativamente com diferentes atores e atrizes, como docentes, técnicos(as), discentes, trabalhadores(as), ampliando as possibilidades de formação a todos(as) que vivenciam essa prática.

A formação dos(as) trabalhadores(as) ocorre de formas diversas: por meio de atividades mais sistematizadas, como oficinas e rodas de conversa; na própria vivência da feira de economia solidária, que possibilita trocas de saberes e experiências; nas reuniões do Coletivo, onde são elaboradas reflexões que partem da realidade local e alcançam as políticas públicas; e nos espaços em que também são tomadas as decisões coletivas.

Os princípios que orientam a economia solidária articulam um processo formativo dialógico e participativo, que está para além da organização da atividade econômica, relacionando-se com dimensões culturais, sociais, ambientais e políticas. Ademais, a relação

teoria-prática é indissociável na vivência da feira de economia solidária, onde a autogestão não é apenas conceito, mas deve ser vivenciada a partir da participação dos(as) trabalhadores(as) na gestão da feira e é, ao mesmo tempo, objeto de reflexão pelo coletivo. Nesse contexto, podem constituir-se enquanto experiência educativa na perspectiva da formação omnilateral,

A compreensão dos conceitos relacionados à economia solidária se dá além dos momentos formativos, na prática autogestionária da feira, sendo o espaço de articulação da teoria e da prática. É ainda um processo de formação que se dá de maneira contínua, sempre revisitando e refletindo sobre os princípios da economia solidária.

Apesar das potencialidades consideradas, há alguns desafios relacionados à formação dos(as) trabalhadores(as). No contexto de uma sociedade onde a competitividade e o empreendedorismo individual são fortemente incentivados e introjetam-se na subjetividade dos(as) sujeitos(as), há reflexos desses fenômenos que ainda podem ser observados na feira de economia solidária. Além disso, muitos(as) trabalhadores(as) inserem-se no movimento e permanecem por um tempo na experiência sem compreender como funciona o movimento e suas particularidades.

Nesse contexto, a elaboração do produto educacional (Cartilha sobre Feiras de Economia Solidária) teve como objetivo contribuir para a construção de processos formativos voltados aos trabalhadores e às trabalhadoras que já participam das práticas de economia solidária ou que venham a integrá-las.

A avaliação realizada por profissionais de diferentes instituições que atuam junto aos grupos de economia solidária apresentou resultados positivos, indicando que o material educativo pode ser efetivamente utilizado nas práticas pedagógicas, promovendo a formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) em diferentes segmentos de trabalho. Além disso, a cartilha também se mostra aplicável às práticas de ensino no âmbito da educação profissional e tecnológica, permitindo articular os conhecimentos produzidos nos cursos técnicos e superiores com experiências e práticas sociais. Nesse sentido, algumas possibilidades incluem a organização de feiras de economia solidária para vivenciar a gestão coletiva e democrática, práticas de finanças, organização de eventos, sustentabilidade, entre outras temáticas e conteúdos curriculares.

Por fim, ressalta-se a necessidade de novas pesquisas que possam investigar os processos de formação omnilateral em espaços de educação não formal. A economia solidária abriga diversas experiências, como bancos comunitários, fundos rotativos e coletivos de consumo, que mobilizam dinâmicas organizativas e formativas capazes de ampliar as reflexões sobre o tema. Cabe destacar que esta pesquisa se concentrou no olhar dos(as) trabalhadores(as),

mas investigações futuras poderiam explorar esses processos formativos sob a perspectiva das entidades de apoio e da formação dos(as) discentes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, T. L. **Contribuições para a formação omnilateral de caráter emancipatório dos empreendimentos econômicos solidários**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/1042>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ADDOR, F. *et al.* As incubadoras tecnológicas de economia solidária na atualidade. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (Org.) **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: concepção, metodologia e avaliação**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.
- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. 4. ed. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- AFONSO, J. A. M. M.; SANTOS, R. M. B. Estratégias de controle das classes perigosas: o ensino profissional do império à república. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, p. 183-207, 23 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i35.40501>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40501>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- ALVES, F. A. **Trabalho associado: produzindo saberes, entrelaçando vidas na economia solidária**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9745210. Acesso em: 10 jun. 2024.
- ALVES, R. J. M.; GUTJAHR, A. L. N.; PONTES, A. N. Processo metodológico de elaboração de uma cartilha educativa socioambiental e suas possíveis aplicações na sociedade. **Revbea**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 69-85, 2019.
- AMORIM, B. M. F.; ARAÚJO, H. E. **Economia solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?** Nota técnica. IPEA, 2004. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24i.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.
- AMORIM, Rizeide Souza. Feiras de economia solidária: fenômeno de socialização ou redescoberta do mercado? In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Grupo de Trabalho GT06 – Economia social e solidária: alternativas de trabalho, participação e mobilização coletiva; Curitiba, 26 a 29 jul. 2011. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011. Disponível em: https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2476&Itemid=171. Acesso em: 28 ago. 2025.
- ANDRADE, M.M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2010.
- ANDRE, M.E.D.A. Mestrado profissional e mestrado acadêmico: aproximações e diferenças. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 53, 2017. DOI:

<http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.17.053.AO06> Disponível em:
periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8459 Acesso em: 16 ago. 2023.

ASSIS, S.M.; MEDEIROS NETA, O.M.; GONÇALVES, I.A. Das Escolas de Aprendizizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, Out. 2022. DOI:
<https://doi.org/10.15628/rbept.2022.14026> Disponível em:
www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14026 Acesso em: 14 abr. 2024.

AZEVEDO, C. do N. S. de P. **A função social do ensino de química no sentido de um protagonismo juvenil no contexto da economia solidária**. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11313456. Acesso em: 11 jun. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. Percurso histórico do ensino profissional no Brasil: da Colônia ao início do século XXI. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 21, n. 228, p. 52- 69, mai./jun. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/56256>. Acesso em: 13 abr. 2024.

BATTINI, O. Todo ser social, orgânico e inorgânico torna-se ser social pelo trabalho do homem. In.: SGANZERLA, A. VALVERDE, A.J.R. FALABRETTI, E. **Natureza humana em movimento** – Ensaios de antropologia filosófica. Editora Paullus, 2012.

BAUER, C. Aspectos educativos dos movimentos sociais: Historicidade, problemáticas atuais e algumas possibilidades de pesquisa. In.: VERCELLI, L.A. **Educação Não Formal: Campos de atuação**. Jundiaí: Paco editorial, 2012

BEMBEM, A.H.C; COSTA SANTOS, P.L.V. A. Inteligência Coletiva: Um olhar sobre a produção de Pierre Lévy. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.139-151, out./dez. 2013

BIAGINI, D.S. *et al.* Economia Solidária: Uma Nova Estratégia de Desenvolvimento? **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 3, n.1, 2015. Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/Economia-Solidaria-Uma-nova-estrategia-de-Desenvolvimento_2016-.pdf Acesso em: 20 ago. 2023.

BRANDÃO, C.R. **O que é Educação?** Editora Brasiliense, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**: documento base. Brasília, dez. 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 25 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: primeiro trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_1tri.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 5 de Janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 17 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 25 ago. 2023.

BRAZOROTTO, C. M.; VENCO, S. B. Educação Profissional no Brasil: História e Política dos Institutos Federais. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas-SP, v.23 n.2 p. 487-505 abr./jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v23i2.8656863> Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8656863 Acesso em: 14 mar. 2024.

CANDEIA, Luciano. **Mente amore pro patria docere: a Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909–1942)**. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4721>. Acesso em: 28 ago. 2025

CAPES. **Documento de Área – Área 46, Ensino**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2007. Dados eletrônicos.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação Omnilateral. Por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, v. 23, n.1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679> Acesso em: 13 ago. 2023.

COSTA, B.A.L; JESUS, P. A Economia Solidária no Brasil Uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo Do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.2.2, 2017.

CRUZ, E.L.S.M. **Ensino por Investigação: uma abordagem metodológica para a Economia Solidária na Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Catu-BA, 2021.

DA SILVA, E.A. **Feiras de economia solidária como espaço didático-pedagógico na educação profissional e tecnológica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8678697 Acesso em: 11 jun. 2024.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, 2018 DOI: <https://di.org/10.36524/profept.v2i2.383> Disponível em: ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383 Acesso em: 03 abr. de 2024.

DUARTE, E.S. OLIVEIRA, N.A. KOGA, A.L. Escola unitária e formação omnilateral: pensando a relação entre trabalho e educação. Trabalho apresentado no GT 12 Filosofia da Educação. **Reunião Científica Regional da ANPED**. Curitiba - PR, 2016. Disponível em: [eixo12_EVANDRO-SANTOS-DUARTE-NEIVA-AFONSO-OLIVEIRA-ANA-LÚCIA-KOGA.pdf](#) Acesso em: 04 de setembro de 2025. Acesso em: 04 set. 2025.

ENGELS, F. Princípios do Comunismo. 1847. In.: MARX, K. ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Documento orientador**: sistematização fase virtual da VI Plenária – conjuntura – dias 03 e 04 de agosto de 2022 (Documento orientador da VI Plenária Nacional de Economia Solidária). 2022. Disponível em: <https://www.enlacespb.org/post/vi-plenária-nacional-de-economia-solidária>. Acesso em: 04 set. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Economia solidária**: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. Relatório final. V Plenária Nacional de Economia Solidária, 2013. Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/Acervo/Institucional/Documento_final_V_Plenaria_es.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Movimento de economia solidária no Brasil**, 2008. Disponível em: <https://fbes.org.br/2008/07/30/movimento-de-es-no-pais/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

FEITOSA, M. S. *et al.* A educação profissional e tecnológica na ótica de Lev Vygotsky: pressupostos teóricos e contribuições. **Revista Semiárido de Visu**, Petrolina, v. 7, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.31416/rsdv.v7i2.87>. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/87>. Acesso em: 04 out. 2025.

FISHER, M.C.B. CORDEIRO, B. Qualificação profissional ampliada no trabalho associado. **Debates em Educação**, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11363> Acesso em: 11 abr. 2024.

FONSECA, C.S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro, 1961

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. **A Economia Solidária**: Uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2020/06/Economia-solidaria.pdf> Acesso em: 13 ago. 2023.

FRANCO, T. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, 2011. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v24i1.19228> Disponível em: periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19228 Acesso em: 15 ago. 2023.

FREIRE, G.G; ROCHA, Z.F.D.C.; GUERRINI, D. Produtos educacionais do Mestrado Profissional em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Polyphonia**, v. 28/2, jul.-dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761> Disponível em: revistas.ufg.br/sv/article/view/52761 Acesso em: 16 ago. 2023.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2023. E-book. ISBN 9786555554069. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555554069/>. Acesso em: 07 dez. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011

FREIRE, P.; STRECK, D. R.; ZITKOSKI, J. J.; REDIN, E. (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Autêntica, 2008. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 07 dez. 2025.

FREITAS, C.R.. *et al.* O Trabalho como Princípio Educativo na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para uma Formação Omnilateral. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 2, n. 2, 2018. DOI: <https://doi.org/10.36524/profept.v2i2.386> Disponível em: ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/386 Acesso em: 15 ago. 2023.

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In.: CALDART, R.S. *et al.* **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 15 ago. 2023.

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire: São Paulo, 2009. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/fpf_ptpf_12_045.pdf Acesso em 07 jul. 2025.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não formal**. Institut International des Droits de L'Enfant (IDE). Sion (Suíça), 2005.

GAIGER, L.I. Empreendimentos Econômicos Solidários In.: CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L. GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. (Orgs) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, 2009. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf> Acesso em 14 jun. 2023.

GARCIA, A.C.; DORSA, A.C.; OLIVEIRA, E.M. **Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória**. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf> Acesso em: 13 mar. 2024.

GERHARDT, T.E. SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 23 ago. 2023.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 15 jul. 2023.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

GOHN, M.G. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo : Cortez, 2023

GOHN, M.G. **Movimentos Sociais e Educação**. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez Editora, 2005

GOHN, M.G. Educação não formal e o educador social em projetos sociais. In.: VERCELLI, L.A. (Org.). **Educação Não Formal**: Campos de Atuação. Jundiaí: Paco Editorial, 2013

GOMES, L.C.G. As Escolas de Aprendizizes Artífices e o Ensino Profissional na Velha República. **Vértices**. ano 5. n.3 set/ dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.5935/1809-2667.20030019> Disponível em: editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20030019 Acesso em: 13 mar. 2024.

HELK, S. **História da Educação Popular**. In.: Centro de Assessoria Multiprofissional/CAMP. Educação Popular e Economia solidária. Porto Alegre, 2017. Disponível em: camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educacao-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf Acesso em: 28 ago. 2025.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência do aprendizado. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Brasil, n. 27, p. 46–60, 2003. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60> Disponível em: revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491 Acesso em: 23 ago. 2025.

LAVILLE, J.L. GAIGER, L.I. Economia Solidária In.: CATTANI, A.D; LAVILLE, J.L. GAIGER, L.I. HESPANHA, P. (Orgs) **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, 2009. Disponível em:

<https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em 14 jun. 2023.

LEAL, K.S; RODRIGUES, M.S. Economia Solidária: Conceitos e Princípios Norteadores. **Revista Humanidades e Inovação**. v.5, n. 11 - 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/844> Acesso em: 14 maio 2023.

LEITE, P.S.C. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Campo Abierto**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: https://dehesa.unex.es/bitstream/10662/10066/1/02139529_38_2_185.pdf . Acesso em: 23 ago. 2023.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Editora 34: São Paulo, 1999

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. Editora Cortez, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3004346/mod_resource/content/1/JC%20LIBANEO%20Didatica.pdf Acesso em: 14 ago. 2023.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Editora Cortez, 2022

LIMA, J.R.O. Formação educacional fora da trilha: com a palavra, um sujeito do campo e as suas memórias. **Revista de Educação Popular**: Uberlândia, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-v18n32019-48498> Disponível em: seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/48498 Acesso em: 13 abr. 2024.

LISBOA, F.G.S. **A perspectiva do trabalho autogestionado para jovens aprendizes de uma empresa de tecnologia da informação diante das possibilidades autogestionárias do software livre e aberto**. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2023

LUCKESI, C.C. **O Ato Pedagógico**: Planejar, Executar, Avaliar. Editora Cortez, 2023

LYRA, C. **As quarenta horas de Angicos**: Uma experiência pioneira de educação. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: Carlos_Lyra_As_quarenta_horas_de_Angicos_integral.pdf Acesso em: 19 ago. 2025.

MANFREDI, S.M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso em: 20 ago. 2023.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p.iv. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770670/> . Acesso em: 22 jan. 2025.

MARX, K. **O capital**. 8. ed. resumida. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

MARX, K. Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório, AIT, 1868. In.: MARX, K. ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011

MÉSZAROS, I. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, M.C.S (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo2001.pdf Acesso em: 15 jul. 2023.

MOREIRA, J.C. PLESE, L.P.M. SANCHES, K.L. Espaços não formais de educação: importância e contribuições para Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v.3, n. 24, e 15211, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15628/rbept.2024.15211>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15211/4299> Acesso em: 10 dez. 2025.

MOREIRA, M.A. **Teorias de Aprendizagem**. 3. ed. ampl. [3ª Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2025.

MOREIRA, M.A. O que é afinal aprendizagem significativa. **Qurrriculum**: La Laguna, 2012. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/oqueeafinal.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

MOREIRA, M.A. MASINI, E.F.S. **Aprendizagem significativa**: A teoria de David Ausubel. Editora Moraes: São Paulo, 1982.

MOTA, C.R.S. TESSMANN, J.M.C. KRUMREICH, F.D. NETO, A.B. Cooperação e solidariedade como eixos estratégicos na formação de jovens do campo: a experiência da Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL). **Extensão Rural**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179671113> Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/71113> Acesso em: 13 abr. 2024.

MOURA, C.S.R. **Tecnologias Digitais e a Etnomatemática no Contexto de Empreendimentos Econômicos Solidários**. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial). Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro-BA, 2022.

NEVES, R. de A.; DAMIANI, M. F. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. **UNirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 1 - 10, abr. 2006. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3453/Vygotsky%20e%20as%20teorias%20da%20aprendizagem.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 ago. 2025.

OLIVEIRA, B.L.S.S; GARCIA, R.V; LIMA, J.F. Contribuição da Economia Solidária nas Experiências da Associação do Movimento de Mulheres Camponesas de Riacho de Santana-Bahia-Brasil. **Revista Grifos** - Unochapecó. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i53.5414> Disponível em: bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5414 Acesso em: 14 jun. 2023.

OLIVEIRA, M.C.C. **INCUBES**: Feiras solidárias como prática de autogestão. 2023. Projeto de extensão. Universidade Federal da Paraíba, 2023. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/10181> Acesso em: 25 fev. 2025.

OLIVEIRA, P. C.; CARVALHO, P. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. **Paidéia**, v. 17, n. 37, p. 219-230, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/wCTvB3PvYqXHvSYDnBSCq6F/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2025.

PEREIRA, A.C. A inteligência coletiva: a internet como extensão do conhecimento no processo ensino-aprendizagem de jovens do ensino médio. **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, jul-dez. 2012 Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/ANA%20CELE%20-%20Orient.%20angela.pdf> Acesso em: 03 fev. 2024.

PIRES, M.G.P. SILVA, M.A.A. FERREIRA, L.G. Aprendizagens colhidas na perspectiva freiriana: entre saberes e diálogos da prática pedagógica. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i47.9425> Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9425> Acesso em: 15 abr. 2024.

PUTON, A.M.P. POLI, O.L. Formação em Economia Solidária e Educação Popular: Aproximações e desafios. **Rev. FAEEBA** – Ed. e Contemp., Salvador, v. 33, n. 76, out./dez. 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2024.v33.n76.p239-254> Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/faeaba/article/view/20610/14782> Acesso em: 08 dez. 2025.

QUEIROZ, A.S.C.S. **A escola sob a perspectiva de um olhar cooperativo: uma proposta de intervenção**. Projeto de Intervenção (Curso Superior Tecnologia em Gestão Pública). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17593/1/ASCSQ03062020.pdf> Acesso em: 22 maio 2024.

RAMBO, N.F. A educação em rede em época de pandemia no estado neoliberal brasileiro: por uma vida mais solidária e de acolhimento, para as epidemias e crises se repetirem menos. 2020. **Revista Dialectus** - Revista de Filosofia, n. 19, p. 239–255, 2020. DOI: <https://doi.org/10.30611/2020n19id61580> Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/61580> Acesso em: 11 abr. 2024.

REGO, T.C. **Vygotsky** : uma perspectiva histórico-cultural da educação. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017

RUFINO, E.A; **A Racionalidade comunicativa em tempos de cibercultura**: pela formação de coletivos inteligentes no Espaço do Saber. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba/UFPB. João Pessoa, 2017.

SANTOS, L.C.R. SAMPAIO, C.A.C. PROCOPIUCK, M. SILVA, F.P.S.PANKE, R. Arranjo institucional e socioproductivo correlações e sustentabilidade: um estudo de caso no município de Salvador, Bahia. **Fronteira**: Journal of Social, Technological and Environmental Science, 2019. DOI: 10.21664/2238-8869.2019v8i3.p397-417. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/3625>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SANTOS, M. G. C. dos. A categoria de formação omnilateral em Marx e o trabalho enquanto princípio educativo. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL E I FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas, RS. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas / Editora e Gráfica da UFPel, 2012. p. 1-13. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2005/Magda%20Gisela%20Cruz%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o-Antonio_Joaquim_Severino-2014.pdf. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA, A. L. F. da. A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos: um estudo sobre a Feira Baiana. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 313- 338, out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7195>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SILVA, B. R.; SENA, M. M.; GUIMARÃES, G. M. Economia solidária e pensamento resiliente: análise de histórico e ações do Projeto Esperança/Cooesperança. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/63589/47650>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVA, C.F. Considerações sobre a educação não formal a partir das ações multiescolares de um movimento social sem-teto. **Revista GeoUECE** - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v. 2, n. 3, p. 66-80, jul./dez. 2013. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/7016/5883> Acesso em: 10 de dezembro de 2025.

SILVA, E.A. **Feiras de economia solidária como espaço didático-pedagógico na educação profissional e tecnológica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Vitória, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8678697 Acesso em: 11 jun. 2024.

SILVA, E.A. OLIVEIRA, E.L. Extensão universitária e formação discente: características do processo educativo da incubadora tecnológica de cooperativas populares. **Revista ELO – Diálogos Em Extensão**, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21284/elo.v8i1.1321>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/1321> Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVA, F.C. SAMPAIO, M.N. Cinquentenário das “40 horas de Angicos”: memória presente na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 63 out.-dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206307> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RhJLhbnWswrbK6RC3cJbkGf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, N. B. **Educação popular e subjetividade na feira Agroecológica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4610/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, S.P; CARNEIRO, L.M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. IPEA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA JUNIOR, G.C; COELHO, A.L.A.L. **A educação para a sustentabilidade e os vínculos na formação de estudantes do ensino superior**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20790> Acesso em: 27 maio 2024.

SILVEIRA, D.T; CORDOVA, F.P. A PESQUISA CIENTÍFICA. In.: GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D.T.(Org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em: 13 jul. 2023.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf> Acesso em: 09 jun. 2023.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, S.M.P.(Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/economia_solidaria_e_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf Acesso em: 10 jun. 2023.

SPINK, M.J. MENEGON, V.M. MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicologia e Sociedade**, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100005> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wrfMHbjhHNppX7Lppk8DMNJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 ago. 2023.

SOUZA, L.K. Recomendações para a Realização de Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa. **Revista PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v4i1.13500> Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/13500> Acesso em: 22 jan. 2025.

SOUSA, V. dos S.; ANDRADE, T. M. de; SOUSA, M. H. A. Dificuldades e desafios nos empreendimentos econômicos solidários ambientais na cidade de João Pessoa. **Revista Principia**, [S. l.], v. 1, n. 44, p. 11–22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18265/1517-03062015v1n44p11-22>. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1705>. Acesso em: 14 maio 2024.

SOARES, M. N. M.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; LÁZARO, J. C. A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Revista Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0018PT>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/W5nTZnP977mVPhfqNxgSW8B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VIEIRA, M. R. A. Educação profissional e práxis da economia solidária: uma análise a partir das contribuições de E. P. Thompson. **Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 21, n. 44, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57309>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57309/34076>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TOSTES, F.; MOYSÉS, Y. S.; ALMEIDA, N. C. A.; PENHA, M. G. C.; LOPES, B. S. G.; BORBA, A. M. Agroecologia, economia solidária e educação ambiental como ferramentas de justiça ambiental. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i5.2208>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2208/1156>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VYGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In.: VYGOTSKY, L.S. LURIA, A.R. LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Editora Ícone: São Paulo, 2010

ZABALA, A. **A prática educativa:** Como ensinar. Porto Alegre: Penso, 2014.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - GRUPO FOCAL

ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

Categoria de sujeitos: Trabalhadores(as) que participam do projeto “Feiras Solidárias” da Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBES da UFPB.

Este instrumento de coleta de dados refere-se à pesquisa intitulada: “Feiras de Economia Solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para formação omnilateral para trabalhadores de empreendimentos solidários”, da Mestranda Daniela Maria de Santana, sob orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, do Programa de Pós-graduação em Ensino Profissional e Tecnológico (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba, tendo como sujeitos(as) os(as) trabalhadores(as) que atuam no Projeto “Feiras Solidárias” desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBES da UFPB. As informações são estritamente acadêmicas e os resultados poderão ser apresentados em outras atividades e publicações científicas, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos sujeitos respondentes, conforme termo de assentimento/consentimento livre e esclarecido que segue junto a esse roteiro e cujo teor completo e assinado pela pesquisadora responsável será enviado por e-mail. Agradecemos sua contribuição!

QUESTÕES CONCEITUAIS

1	O que é economia solidária?
2	O que é autogestão?
3	O que significa uma feira de economia solidária?

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

4	Como conheceram a economia solidária?
5	Por qual razão o grupo buscou participar da Feira de economia solidária proposta pela INCUBES através do projeto Feiras Solidárias?
6	Qual a importância da Feira de Economia Solidária?
QUESTÕES RELACIONADAS ÀS APRENDIZAGENS NA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
7	Como a autogestão é/pode ser vivenciada na Feira de Economia Solidária promovida pelo projeto “Feiras Solidárias”?
8	Como percebem a prática da cooperação na Feira de Economia Solidária?
9	Qual a importância da prática da cooperação para o desenvolvimento da Feira de Economia Solidária?
10	Participam de outros modelos de feira sem ser na perspectiva da economia solidária?
11	Qual a diferença entre participar de uma Feira de Economia Solidária e de outros modelos de feira?

12	Para além de um espaço de comercialização a feira é ou pode ser um espaço de aprendizado? Por quê?
13	De que forma a prática da cooperação pode colaborar na aprendizagem dos grupos que participam das feiras de economia solidária promovidas pelo projeto “Feiras Solidárias”?
14	A experiência na Feira de Economia Solidária tem proporcionado alguma ou algumas aprendizagens? Quais?

15	De que forma se deu/tem se dado esse aprendizado?
16	O que é necessário para que se possa aprender em grupo?
17	Quais são os principais desafios vivenciados no desenvolvimento da feira de economia solidária?
18	Que necessidades de formação identifica a partir do trabalho desenvolvido na gestão coletiva da feira?
19	Qual a melhor forma de aprender sobre essas temáticas?

**APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ENTREVISTA COM
OS(AS) TRABALHADORES(AS) QUE PARTICIPAM DO PROJETO “FEIRAS
SOLIDÁRIAS”**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Categoria de sujeitos: Trabalhadores(as) que participam do projeto “Feiras Solidárias” da Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBES da UFPB.

Este instrumento de coleta de dados refere-se à pesquisa intitulada: “Feiras de Economia Solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para formação omnilateral para trabalhadores de empreendimentos solidários”, da Mestranda Daniela Maria de Santana, sob orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológico (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba, tendo como sujeitos os(as) trabalhadores(as) que atuam no Projeto “Feiras Solidárias” desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBES da UFPB. As informações são estritamente acadêmicas e os resultados poderão ser apresentados em outras atividades e publicações científicas, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos sujeitos respondentes, conforme termo de assentimento/consentimento livre e esclarecido que segue junto a esse roteiro e cujo teor completo e assinado pela pesquisadora responsável será enviado por e-mail. Agradecemos sua contribuição!

Gênero	Idade
Raça/Etnia	
Qual a sua escolaridade?	

Possui algum curso de formação profissional? Se sim, qual (is)?
Qual (is) a(s) atividade (s) de trabalho desenvolvia antes de ingressar no empreendimento de economia solidária?
Qual segmento de trabalho desenvolve e expõe na feira? (artesanato, alimentação, saboaria artesanal, etc.)
Por qual razão buscou participar do empreendimento solidário?
Por qual razão o grupo buscou participar da Feira de economia solidária proposta pela INCUBES através do projeto Feiras Solidárias?
Na sua opinião, o que significa uma feira de economia solidária?
Para você, o que é autogestão?
De que forma você percebe a prática da autogestão na feira?
Como você percebe a prática da cooperação na feira de economia solidária?
Você participa de outras feiras sem ser na perspectiva da economia solidária?
Qual a diferença entre participar de uma Feira de Economia Solidária e de outros modelos de feira?

Para além de um espaço de comercialização a feira é ou pode ser um espaço de aprendizado? Por quê?
O que você tem aprendido a partir da experiência da Feira de Economia Solidária promovida pelo Projeto “Feiras Solidárias”?
De que forma se deu esse aprendizado?
Na sua opinião, o que é necessário para que se possa aprender em grupo?
Quais são os principais desafios que você observa no desenvolvimento da feira de economia solidária?
Que necessidades de formação identifica a partir do trabalho desenvolvido na gestão coletiva da feira?
Qual a melhor forma de aprender sobre essas temáticas?
Gostaria de acrescentar algo à essa entrevista?

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - MEMBRO DA INCUBES
INTEGRANTE DO PROJETO “FEIRAS SOLIDÁRIAS”**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Categoria de sujeitos: Membro da INCUBES e que integra o projeto “Feiras Solidárias”

Este instrumento de coleta de dados refere-se à pesquisa intitulada: “Feiras de Economia Solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para formação omnilateral para trabalhadores de empreendimentos solidários”, da Mestranda Daniela Maria de Santana, sob orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, do Programa de Pós

graduação em Ensino Profissional e Tecnológico (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba, tendo como sujeito 1(um) membro da INCUBES integrante do Projeto “Feiras Solidárias” desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBES da UFPB. As informações são estritamente acadêmicas e os resultados poderão ser apresentados em outras atividades e publicações científicas, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos sujeitos respondentes, conforme termo de assentimento/consentimento livre e esclarecido que segue junto a esse roteiro e cujo teor completo e assinado pela pesquisadora responsável será enviado por e-mail. Agradecemos sua contribuição!

Formação e Experiência profissional

1	Qual a sua formação profissional?
2	A quanto tempo atua na Economia Solidária?
3	A quanto tempo atua na INCUBES?

Feiras de economia solidária, aprendizagem e formação humana	
--	--

4	Na sua opinião, o que significa uma feira de economia solidária?
5	Quais razões levaram ao surgimento do projeto “Feiras Solidárias”?
6	Que aprendizados a experiência do projeto “Feiras Solidárias” tem proporcionado para os(as) trabalhadores(as) e para a própria INCUBES?
7	Quais os principais desafios vivenciados na implementação da feira de economia solidária?
8	Na sua opinião, a feira de economia solidária pode contribuir com a formação humana e profissional dos sujeitos? se sim, de que forma?
9	Que necessidades de formação identifica a partir do trabalho desenvolvido na gestão coletiva da feira?
10	Qual a melhor forma de aprender sobre essas temáticas?
Questões complementares	
11	Gostaria de acrescentar algo à essa entrevista?

**APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - PROJETO “FEIRAS
SOLIDÁRIAS”**

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Roteiro de observação a ser realizado nas atividades de desenvolvimento das feiras de economia solidária no âmbito do Projeto “Feiras Solidárias”.

Roteiro de observação	
1	Como se dá a dinâmica organizativa das feiras de economia solidária desenvolvidas no âmbito do projeto Feiras Solidárias e que se relacionam com a aprendizagem cooperativa e a formação omnilateral?
2	Quais são os espaços (momentos) de troca de saberes ou de experiências, formação e/ou avaliação?
3	Que desafios e/ou dificuldades vivenciam no desenvolvimento das atividades das feiras?
4	Como se dá a participação dos(as) trabalhadores(as) nas feiras de economia solidária?

**APÊNDICE E - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS – MEMBROS DE
ENTIDADES DE APOIO E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA**

**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL:
CARTILHA: FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESPAÇO DE
FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS)**

Categoria de sujeitos: Profissionais vinculados às Entidades de Apoio e
Fomento à Economia Solidária

Este instrumento de coleta de dados refere-se a avaliação da Cartilha: “Feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral de trabalhadores(as)”, vinculadas ao desenvolvimento do produto educacional da pesquisa intitulada: “Feiras de economia solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários”, da Mestranda Daniela Maria de Santana, sob orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, do Programa de Pós-graduação em Ensino Profissional e Tecnológico (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba, tendo como sujeitos os(as) profissionais vinculados às Entidades de Apoio e Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários. As informações são estritamente acadêmicas e os resultados poderão ser apresentados em outras atividades e publicações científicas, sempre sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos sujeitos respondentes, conforme termo de assentimento/consentimento livre e esclarecido que segue junto a este formulário e cujo teor completo e assinado pela pesquisadora responsável será enviado por e-mail. Agradecemos sua contribuição!

EIXO 1 – Caracterização profissional

EIXO 1 – Caracterização profissional	
Gênero	

Idade	
-------	--

Raça/etnia		
Formação acadêmica e profissional		
Função que ocupa na Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária?		
A quanto tempo atua na Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária?		
Quais são os segmentos de trabalho dos grupos de economia solidária que atua/acompanha na Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária?	() Artesanato	
	() Agricultura familiar	
	() Catadores de materiais recicláveis	
	() Alimentação urbana/ culinária/gastronomia	
	() Outros: _____	
EIXO 2: Estética e organização do material educativo		
Promove diálogo entre o texto verbal e o visual?	Sim	Não

Apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?	Sim	Não
Promove uma leitura dinâmica com informações técnicas na mesma proporção que é didático?	Sim	Não
O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o leitor?	Sim	Não

Tem cuidado com a escrita do texto respeitando a diversidade?	Sim	Não
EIXO 3: Divisão do material educativo		
Apresenta capítulos interligados e coerentes?	Sim	Não
Os capítulos apresentam coerência entre si?	Sim	Não
Explicita na apresentação do material educativo a origem, os objetivos e o público-alvo do material?	Sim	Não
A introdução explicita o referencial teórico a ser utilizado, a concepção que embasa o material educativo e os capítulos que o compõem?	Sim	Não
EIXO 4: Estilo de escrita apresentado no material educativo		
Apresenta conceitos e argumentos claros?	Sim	Não

Apresenta escrita acessível, evitando palavras desnecessárias e difíceis de entender?	Sim	Não
Explica todos os termos técnicos e expressões científicas?	Sim	Não
Estrutura as ideias facilitando o entendimento do assunto tratado?	Sim	Não
O texto escrito é atrativo e estimula a aprendizagem do leitor?	Sim	Não
EIXO 5: O conteúdo do material educativo		
O conteúdo pode ser adaptado para ser utilizado nas experiências educacionais desenvolvidas com trabalhadores(as) na Entidade de Apoio e Fomento à Economia Solidária da qual você participa?	Sim	Não
A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento?	Sim	Não
EIXO 6: Atividades presentes no material educativo		
As perguntas feitas são possíveis de serem respondidas?		
As perguntas suscitam reflexões?		
As atividades propostas estão adequadas ao público envolvido?		

As atividades problematizam o conteúdo apresentado no material educativo?		
EIXO 7: Criticidade do material educativo		
O material educativo contempla atividades que estimulam o pensamento crítico?		
O material educativo aborda aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e ambientais?		
A cartilha contém elementos que podem contribuir com a formação humana omnilateral de trabalhadores(as) nas experiências de Feiras de economia solidária ou em outras vivências autogestionárias?		
EIXO 8: Outras considerações		
Utilize esse espaço para outras considerações que deseje fazer		

Fonte: Adaptado a partir de Leite (2018)

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(GRUPO FOCAL COM OS(AS) TRABALHADORES(AS) MAIORES DE 18 ANOS QUE PARTICIPAM DO PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente termo diz respeito a uma solicitação que a pesquisadora Daniela Maria de Santana, vinculada ao Programa de Pós Graduação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba/IFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, quer vos fazer para que você participe do estudo denominado “Feiras de economia solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários”, cujo *objetivo geral (primário)* é compreender a(s) (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores a partir das feiras de economia solidária. *Os objetivos específicos (secundários)* de nossa pesquisa prevêm: (1) Investigar as categorias teóricas fundantes ao desenvolvimento da pesquisa, como aprendizagem cooperativa, formação omnilateral e economia solidária; (2) Caracterizar a experiência do projeto “Feiras Solidárias” constituído pela INCUBES, destacando sua trajetória, atividades, desafios e características dos empreendimentos solidários participantes; (3) Descrever as dinâmicas e demandas educativas no âmbito das feiras de economia solidária do Projeto “Feiras Solidárias” face à perspectiva da formação omnilateral e da aprendizagem cooperativa; (4) Elaboração de uma cartilha sobre Feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral e de promoção de aprendizagem cooperativa junto aos trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários.

Esclarecemos que você não precisa participar da pesquisa se não quiser; é um direito seu recusar este convite e, mesmo que você aceite participar, você não terá nenhum problema caso queira desistir em qualquer momento do desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa será realizada através de um grupo focal (faremos uso de gravação de imagem e áudio) em sala reservada no próprio Campus I da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. No grupo focal, o/a facilitador/a (pesquisadora) reúne alguns trabalhadores(as) participantes do projeto “Feiras Solidárias” e propõe algumas questões para a discussão do grupo a partir de um roteiro de perguntas. Esse método é considerado seguro, mas é possível que possa ocorrer algum desconforto ou constrangimento de sua parte ao responder às questões. Além disso, como toda pesquisa envolvendo seres humanos, esta pesquisa é suscetível de *riscos* aos participantes, como, por exemplo, uma possível invasão de privacidade, timidez, constrangimento, desconforto em interagir com os pares, estigmatização dos sujeitos da pesquisa a partir de um conteúdo revelado e até mesmo uma eventual coerção para que os(as) trabalhadores(as) participem da pesquisa. Entretanto, algumas medidas serão adotadas com o intuito de minimizar os riscos citados, a saber: adoção de uma abordagem humanizada, com olhar e escuta atenta aos possíveis desconfortos e acolhimento aos(as) participantes; obtenção de informações apenas necessárias aos objetivos da pesquisa; garantia de que os(as) participantes respondam com total liberdade e sem constrangimentos ou pressões de qualquer natureza; garantia da privacidade dos(as) participantes pela “não violação” dos dados obtidos (serão atribuídos códigos a cada participante durante as transcrições realizadas a partir dos

áudios e vídeos gravados no grupo focal, para que sejam mantidos em sigilo seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, evitando danos pessoais); habilitar (qualificar, treinar) a pesquisadora envolvida para que atue segundo os princípios aqui apontados; escolha de sala reservada para realização do grupo focal a fim de preservar a privacidade dos(as) participantes; e que qualquer comunicação que se fizer necessária com os(as) participantes por email (envio de cópia do TCLE assinado e resultados da pesquisa) será realizada no modo “cópia oculta”.

Tais compromissos minimizam riscos eventuais. Em suma, como sempre há riscos em se tratando de pesquisas com humanos, cremos que, em nossa pesquisa - o risco se justifica pelo benefício esperado, que é a reflexão e um conhecimento mais ampliado da realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária, com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas à economia solidária. Contudo, não vislumbramos riscos físicos aos(as) participantes, e no campo psicossocial, modelamos a pesquisa de modo que os(as) envolvidos(as) não se sintam constrangidas pelas perguntas previstas no grupo focal e pelo modo como ela será aplicada.

Além disso, aqui se firma o compromisso dos pesquisadores com a garantia dos direitos dos(as) participantes, como esclarecimentos sobre a pesquisa, liberdade de interromper a participação na pesquisa, acesso aos resultados (individuais e coletivos) e o respeito à privacidade.

Esclarecemos que o grupo focal será realizado presencialmente em sala reservada e previamente comunicada. Duas vias deste documento (TCLE) serão entregues aos(as) trabalhadores(as), maiores de idade, a fim de que, caso esteja de acordo com seus termos, possa assiná-los, de modo que uma via fique para si e outra via fique com a pesquisadora.

Caso você, trabalhador/a maior de idade, consinta em participar da pesquisa assinando esse documento, a pesquisadora fará as perguntas oralmente no grupo focal (com gravação de áudio e imagem) e registrará por escrito as respostas (que, a seu critério, pode respondê-la parcial ou totalmente, como também desistir de fazê-la a qualquer tempo).

Toda e qualquer despesa (mesmo uma impressão ou escaneamento deste Termo ou de qualquer outro documento) é de responsabilidade exclusiva da equipe da pesquisa.

Caso aconteça algo de errado em qualquer fase da pesquisa, você pode contactar a pesquisadora pelos telefones 81-993780240, e/ou ainda o Comitê de Ética do IFPB (Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB) pelo telefone (83)3612-9725 e/ou E-mail eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Destacamos que a pesquisa quer fazer acontecer coisas boas, como possibilitar que tanto o IFPB (Campus João Pessoa) quanto você – que participa da pesquisa – possam compreender melhor a realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária. O trabalho contribuirá ainda com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas a economia solidária e as feiras autogestionárias.

Os resultados da pesquisa que vierem a ser publicados só o serão com o cuidado da não-identificação dos(as) participantes. Quando terminarmos a pesquisa faremos um relatório final

(dissertação) que servirá de base para desenvolvermos ações que contribuam para a resolução da problemática apontada na pesquisa. Assim sendo, os(as) participantes (e a comunidade em geral) terão conhecimento dos resultados da pesquisa tão logo seja divulgado a dissertação (a partir de publicação no site institucional do ProfEPT-IFPB). Entretanto, para garantir que os(as) participantes tenham acesso aos resultados desta pesquisa, encaminharemos o PDF do relatório de resultados por email em cópia oculta, preservando o sigilo dos(as) participantes, já que cada um(a) que venha a abrir seu email não terá informações dos(as) outros(as) participantes (como o endereço de email). É por esse motivo, aliás, que solicitamos seu email a seguir, quando você vier a preencher seus dados de identificação.

Salientamos que todos os dados coletados na pesquisa ficarão armazenados em arquivo físico e digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Sendo que, os arquivos armazenados em nuvem (drive) serão apagados na maior brevidade possível e transferidos para dispositivo eletrônico próprio.

De todo modo, a qualquer tempo os(as) participantes da pesquisa têm o direito de requerer informações da pesquisa que – direta ou indiretamente – lhes digam respeito. Se você tiver alguma dúvida, você pode nos perguntar qualquer coisa a qualquer momento.

Destacamos, ainda, que *este termo está redigido dentro do estabelecido pela resolução nº 510, de 07 de abril de 2016* (documentação legal que orienta os estudos da área das Ciências Humanas e Sociais). Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o/a senhor/a desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.

Ao/à participante desta pesquisa (caso aqui aceite dela participar) será destinada uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pelos pesquisadores.

Diante de tudo o que foi dito neste termo e, principalmente, estando ciente do projeto e seu objetivo, estando ciente das coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer na pesquisa, e de que posso dizer “sim” e participar e que, a qualquer momento, também posso dizer “não” e desistir (porque ninguém vai se indispor comigo por essa escolha), eu, _____, abaixo assinado, aceito

(nome do/a participante da pesquisa)

participar da pesquisa “FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS”, manifestando, portanto, meu consentimento em participar dela, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico – a receber ou a pagar – pela participação na pesquisa.

João Pessoa/PB, ____ de ____ de ____.

Assinatura do/a trabalhador/a maior de 18 anos

Testemunha

Email: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) principal

APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**(ENTREVISTA COM OS(AS) TRABALHADORES(AS) QUE PARTICIPAM DO PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O presente termo diz respeito a uma solicitação que a pesquisadora Daniela Maria de Santana, vinculada ao Programa de Pós Graduação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba/IFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, quer vos fazer para que você participe do estudo denominado “Feiras de economia solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários”, cujo objetivo geral (primário) é compreender a(s) (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores a partir das feiras de economia solidária. Os objetivos específicos (secundários) de nossa pesquisa prevêem: (1) Investigar as categorias teóricas fundantes ao desenvolvimento da pesquisa, como aprendizagem cooperativa, formação omnilateral e economia solidária; (2) Caracterizar a experiência do projeto “Feiras Solidárias” constituído pela INCUBES, destacando sua trajetória, atividades, desafios e características dos empreendimentos solidários participantes; (3) Descrever as dinâmicas e demandas educativas no âmbito das feiras de economia solidária do Projeto “Feiras Solidárias” face à perspectiva da formação omnilateral e da aprendizagem cooperativa; (4) Elaboração de uma cartilha sobre Feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral e de promoção de aprendizagem cooperativa junto aos trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários.

Esclarecemos que você não precisa participar da pesquisa se não quiser; é um direito seu recusar este convite e, mesmo que você aceite participar, você não terá nenhum problema caso queira desistir em qualquer momento do desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa será realizada através de uma entrevista (faremos uso de gravação de áudio apenas para facilitar a transcrição) no próprio Campus I da Universidade Federal da Paraíba-UFPB; para isso, será usado uma entrevista semi-estruturada que é considerada segura, mas é possível que possa ocorrer algum desconforto ou constrangimento de sua parte ao responder às questões. Além disso, como toda pesquisa envolvendo seres humanos, esta pesquisa é suscetível de riscos aos participantes, como, por exemplo, uma possível invasão de privacidade, timidez, constrangimento, estigmatização dos sujeitos da pesquisa a partir de um conteúdo revelado e até mesmo uma eventual coerção para que os(as) trabalhadores(as) participem da pesquisa. Entretanto, algumas medidas serão adotadas com o intuito de minimizar os riscos citados, a saber: adoção de uma abordagem humanizada, com olhar e escuta atenta aos possíveis desconfortos e acolhimento aos(as) participantes; obtenção de informações apenas necessárias aos objetivos da pesquisa; garantia de que os(as) participantes respondam com total liberdade e sem constrangimentos ou pressões de qualquer natureza; garantia da privacidade dos(as) participantes pela “não violação” dos dados obtidos (serão atribuídos códigos a cada participante durante as transcrições realizadas a partir dos áudios da entrevista, para que sejam mantidos em sigilo seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma,

lhe identificar, evitando danos pessoais); habilitar (qualificar, treinar) a pesquisadora envolvida para que atue segundo os princípios aqui apontados; escolha de sala reservada para realização da entrevista a fim de preservar a privacidade dos(as) participantes; e que qualquer comunicação que se fizer necessária com os(as) participantes por email (envio de cópia do TCLE assinado e resultados da pesquisa) será realizada no modo “cópia oculta”.

Tais compromissos minimizam riscos eventuais. Em suma, como sempre há riscos em se tratando de pesquisas com humanos, cremos que, em nossa pesquisa - o risco se justifica pelo benefício esperado, que é a reflexão e um conhecimento mais ampliado da realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária, com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas à economia solidária. Contudo, não vislumbramos riscos físicos aos(as) participantes, e no campo psicossocial, modelamos a pesquisa de modo que os(as) envolvidos(as) não se sintam constrangidos(as) pelas perguntas previstas na entrevista e pelo modo como ela será aplicada. Se por algum motivo alguém manifestar alguma reclamação ou distúrbio no seu comportamento psíquico, seja por conta de cansaço, irritação e/ou stress consequentes à entrevista da pesquisa, a pesquisadora suspenderá a aplicação da mesma.

Além disso, aqui se firma o compromisso dos pesquisadores com a garantia dos direitos dos(as) participantes, como esclarecimentos sobre a pesquisa, liberdade de interromper a participação na pesquisa, acesso aos resultados (individuais e coletivos) e o respeito à privacidade.

Esclarecemos que a entrevista será realizada presencialmente e que duas vias deste documento (TCLE) serão entregues aos(as) trabalhadores(as) maiores de idade a fim de que, caso esteja de acordo com seus termos, possa assiná-los, de modo que uma via fique para si e outra via fique com a pesquisadora.

Caso o/a trabalhador/a maior de idade consinta em participar da pesquisa assinando esse documento, a pesquisadora fará as perguntas oralmente e registrará por escrito as respostas (que, a seu critério, pode respondê-la parcial ou totalmente, como também desistir de fazê-la a qualquer tempo). Caso o/a trabalhador/a requisiute uma via da entrevista respondida, é de obrigatória responsabilidade da pesquisadora disponibilizar uma via fotocopiada do mesmo, sem custos para o/a trabalhador/a. Toda e qualquer despesa (mesmo uma impressão ou escaneamento deste Termo ou de qualquer outro documento) é de responsabilidade exclusiva da equipe da pesquisa. Caso aconteça algo de errado em qualquer fase da pesquisa, você pode contactar a pesquisadora pelos telefones 81-993780240, e/ou ainda o Comitê de Ética do IFPB (Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB) pelo telefone (83)3612-9725 e/ou E-mail eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Destacamos que a pesquisa quer fazer acontecer coisas boas, como possibilitar que tanto o IFPB (Campus João Pessoa) quanto você – que participa da pesquisa – possam compreender melhor a realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária. O trabalho contribuirá ainda com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas a economia solidária e as feiras autogestionárias.

Os resultados da pesquisa que vierem a ser publicados só o serão com o cuidado da não-

identificação dos(as) participantes. Quando terminarmos a pesquisa faremos um relatório final (dissertação) que servirá de base para desenvolvermos ações que contribuam para a resolução da problemática apontada na pesquisa. Assim sendo, os(as) participantes (e a comunidade em geral) terão conhecimento dos resultados da pesquisa tão logo seja divulgado a dissertação (a partir de publicação no site institucional do ProfEPT-IFPB). Entretanto, para garantir que os(as) participantes tenham acesso aos resultados desta pesquisa, encaminharemos o PDF do relatório de resultados por email em cópia oculta, preservando o sigilo dos(as) participantes, já que cada um(a) que venha a abrir seu email não terá informações dos(as) outros(as) participantes (como o endereço de email). É por esse motivo, aliás, que solicitamos seu email a seguir, quando você vier a preencher seus dados de identificação.

Salientamos que todos os dados coletados na pesquisa ficarão armazenados em arquivo físico e digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Sendo que, os arquivos armazenados em nuvem (drive) serão apagados na maior brevidade possível e transferidos para dispositivo eletrônico próprio.

De todo modo, a qualquer tempo as participantes da pesquisa têm o direito de requerer informações da pesquisa que – direta ou indiretamente – lhes digam respeito. Se você tiver alguma dúvida, você pode nos perguntar qualquer coisa a qualquer momento.

Destacamos, ainda, que *este termo está redigido dentro do estabelecido pela resolução nº 510, de 07 de abril de 2016* (documentação legal que orienta os estudos da área das Ciências Humanas e Sociais). Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o/a senhor/a desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.

Ao/à participante desta pesquisa (caso aqui aceite dela participar) será destinada uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pelos pesquisadores.

Diante de tudo o que foi dito neste termo e, principalmente, estando ciente do projeto e seu objetivo, estando ciente das coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer na pesquisa, e de que posso dizer “sim” e participar e que, a qualquer momento, também posso dizer “não” e desistir (porque ninguém vai se indispor comigo por essa escolha), eu, _____, abaixo assinado, aceito

(nome do/a participante da pesquisa)

participar da pesquisa “FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS”, manifestando, portanto, meu consentimento em participar dela, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico – a receber ou a pagar – pela participação na pesquisa.

João Pessoa/PB, ____ de ____ de ____.

Assinatura do/a trabalhador/a maior de 18 anos

Testemunha

Email: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) principal

**APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA
MAIORES DE 18 ANOS)**

**(ENTREVISTA COM MEMBRO DA INCUBES E PARTICIPANTE DO PROJETO
“FEIRAS SOLIDÁRIAS”)**

O presente termo diz respeito a uma solicitação que a pesquisadora Daniela Maria de Santana, vinculada ao Programa de Pós Graduação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica/ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba/IFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, quer vos fazer para que você participe do estudo denominado “Feiras de economia solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários”, cujo *objetivo geral (primário)* é compreender a(s) (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores a partir das feiras de economia solidária. *Os objetivos específicos (secundários)* de nossa pesquisa prevêem: (1) Investigar as categorias teóricas fundantes ao desenvolvimento da pesquisa, como aprendizagem cooperativa, formação omnilateral e economia solidária; (2) Caracterizar a experiência do projeto “Feiras Solidárias” constituído pela INCUBES, destacando sua trajetória, atividades, desafios e características dos empreendimentos solidários participantes; (3) Descrever as dinâmicas e demandas educativas no âmbito das feiras de economia solidária do Projeto “Feiras Solidárias” face à perspectiva da formação omnilateral e da aprendizagem cooperativa; (4) Elaboração de uma cartilha sobre Feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral e de promoção de aprendizagem cooperativa junto aos trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários.

Esclarecemos que você não precisa participar da pesquisa se não quiser; é um direito seu recusar este convite e, mesmo que você aceite participar, você não terá nenhum problema caso queira desistir em qualquer momento do desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa será realizada através de uma entrevista (faremos uso de gravação de áudio apenas para facilitar a transcrição) no próprio Campus I da Universidade Federal da Paraíba-UFPB; para isso, será usado uma entrevista semi-estruturada que é considerada segura, mas é possível que possa ocorrer algum desconforto ou constrangimento de sua parte ao responder às questões. Além disso, como toda pesquisa envolvendo seres humanos, esta pesquisa é suscetível de *riscos* aos participantes, como, por exemplo, uma possível invasão de privacidade, timidez, constrangimento, estigmatização dos sujeitos da pesquisa a partir de um conteúdo revelado e até mesmo uma eventual coerção para que os(as) trabalhadores(as) participem da pesquisa. Entretanto, algumas medidas serão adotadas com o intuito de minimizar os riscos citados, a

saber: adoção de uma abordagem humanizada, com olhar e escuta atenta aos possíveis desconfortos e acolhimento aos(as) participantes; obtenção de informações apenas necessárias aos objetivos da pesquisa; garantia de que os(as) participantes respondam com total liberdade e sem constrangimentos ou pressões de qualquer natureza; garantia da privacidade dos(as) participantes pela “não violação” dos dados obtidos (serão atribuídos códigos a cada participante durante as transcrições realizadas a partir dos áudios da entrevista, para que sejam mantidos em sigilo seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, evitando danos pessoais); habilitar (qualificar, treinar) a pesquisadora envolvida para que atue segundo os princípios aqui apontados; escolha de sala reservada para realização da entrevista a fim de preservar a privacidade dos(as) participantes; e que qualquer comunicação que se fizer necessária com os(as) participantes por email (envio de cópia do TCLE assinado e resultados da pesquisa) será realizada no modo “cópia oculta”.

Tais compromissos minimizam riscos eventuais. Em suma, como sempre há riscos em se tratando de pesquisas com humanos, cremos que, em nossa pesquisa - o risco se justifica pelo benefício esperado, que é a reflexão e um conhecimento mais ampliado da realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária, com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas à economia solidária. Contudo, não vislumbramos riscos físicos aos(as) participantes, e no campo psicossocial, modelamos a pesquisa de modo que os(as) envolvidos(as) não se sintam constrangidos(as) pelas perguntas previstas na entrevista e pelo modo como ela será aplicada. Se por algum motivo alguém manifestar alguma reclamação ou distúrbio no seu comportamento psíquico, seja por conta de cansaço, irritação e/ou stress consequentes à entrevista da pesquisa, a pesquisadora suspenderá a aplicação da mesma.

Além disso, aqui se firma o compromisso dos pesquisadores com a garantia dos direitos dos(as) participantes, como esclarecimentos sobre a pesquisa, liberdade de interromper a participação na pesquisa, acesso aos resultados (individuais e coletivos) e o respeito à privacidade.

Esclarecemos que a entrevista será realizada presencialmente e que duas vias deste documento (TCLE) serão entregues aos(as) trabalhadores(as) maiores de idade a fim de que, caso esteja de acordo com seus termos, possa assiná-los, de modo que uma via fique para si e outra via fique com a pesquisadora. Caso o/a trabalhador/a maior de idade consinta em participar da pesquisa assinando esse documento, a pesquisadora fará as perguntas oralmente e registrará por escrito as respostas (que, a seu critério, pode respondê-la parcial ou totalmente, como também desistir de fazê-la a qualquer tempo). Caso o/a trabalhador/a requirir uma via da entrevista respondida, é de obrigatória responsabilidade da pesquisadora disponibilizar uma via fotocopiada do mesmo, sem custos para o/a trabalhador/a. Toda e qualquer despesa (mesmo uma impressão ou escaneamento deste Termo ou de qualquer outro documento) é de responsabilidade exclusiva da equipe da pesquisa.

Caso aconteça algo de errado em qualquer fase da pesquisa, você pode contactar a pesquisadora

pelos telefones 81-993780240, e/ou ainda o Comitê de Ética do IFPB (Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB) pelo telefone (83)3612-9725 e/ou E-mail eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Destacamos que a pesquisa quer fazer acontecer coisas boas, como possibilitar que tanto o IFPB (Campus João Pessoa) quanto você – que participa da pesquisa – possam compreender melhor a realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária. O trabalho contribuirá ainda com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas a economia solidária e as feiras autogestionárias.

Os resultados da pesquisa que vierem a ser publicados só o serão com o cuidado da não-identificação dos(as) participantes. Quando terminarmos a pesquisa faremos um relatório final (dissertação) que servirá de base para desenvolvermos ações que contribuam para a resolução da problemática apontada na pesquisa. Assim sendo, os(as) participantes (e a comunidade em geral) terão conhecimento dos resultados da pesquisa tão logo seja divulgado a dissertação (a partir de publicação no site institucional do ProfEPT-IFPB). Entretanto, para garantir que os(as) participantes tenham acesso aos resultados desta pesquisa, encaminharemos o PDF do relatório de resultados por email em cópia oculta, preservando o sigilo dos(as) participantes, já que cada um(a) que venha a abrir seu email não terá informações dos(as) outros(as) participantes (como o endereço de email). É por esse motivo, aliás, que solicitamos seu email a seguir, quando você vier a preencher seus dados de identificação.

Salientamos que todos os dados coletados na pesquisa ficarão armazenados em arquivo físico e digital, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. Sendo que, os arquivos armazenados em nuvem (drive) serão apagados na maior brevidade possível e transferidos para dispositivo eletrônico próprio.

De todo modo, a qualquer tempo as participantes da pesquisa têm o direito de requerer informações da pesquisa que – direta ou indiretamente – lhes digam respeito. Se você tiver alguma dúvida, você pode nos perguntar qualquer coisa a qualquer momento.

Destacamos, ainda, que *este termo está redigido dentro do estabelecido pela resolução nº 510, de 07 de abril de 2016* (documentação legal que orienta os estudos da área das Ciências Humanas e Sociais). Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o/a senhor/a desejar maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.

Ao/à participante desta pesquisa (caso aqui aceite dela participar) será destinada uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pelos pesquisadores.

Diante de tudo o que foi dito neste termo e, principalmente, estando ciente do projeto e seu objetivo, estando ciente das coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer na pesquisa, e de que posso dizer “sim” e participar e que, a qualquer momento, também posso dizer “não” e desistir (porque ninguém vai se indispor comigo por essa escolha), eu, _____, abaixo assinado, aceito

(nome do/a participante da pesquisa)

participar da pesquisa “FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS”, manifestando, portanto, meu consentimento em participar dela, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico – a receber ou a pagar – pela participação na pesquisa.

João Pessoa/PB, ____ de _____ de _____.

Assinatura do/a trabalhador/a maior de 18 anos

Email: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) principal

**APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA
MAIORES DE 18 ANOS)**

**Avaliação do Produto Educacional: Cartilha: Feiras de economia solidária como
espaço de formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as)**

**(Profissionais de Entidades de Apoio e Fomento a Empreendimentos de
Economia Solidária)**

O presente termo diz respeito a uma solicitação que a pesquisadora Daniela Maria de Santana, vinculada ao Programa de Pós Graduação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnologia/ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba/IFPB, sob a orientação do Prof. Dr. Emmanoel de Almeida Rufino, quer vos fazer para que você participe da avaliação do produto educacional elaborado a partir do estudo denominado “Feiras de economia solidária: (Im)Possibilidades de promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários”, cujo *objetivo geral (primário)* é compreender a(s) (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores a partir das feiras de economia solidária. *Os objetivos específicos (secundários)* de nossa pesquisa prevêem: (1) Investigar as categorias teóricas fundantes ao desenvolvimento da pesquisa, como aprendizagem cooperativa, formação omnilateral e economia solidária; (2) Caracterizar a experiência do projeto “Feiras Solidárias” constituído pela INCUBES, destacando sua trajetória, o perfil dos empreendimentos solidários e dos(as) trabalhadores(as) que participam desse espaço, as dinâmicas, demandas e desafios educativos atinentes às feiras de economia solidária; (3) Analisar as (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas e formação omnilateral de trabalhadores(as) envolvidos(as) nas atividades do projeto “Feiras solidárias”; e (4) Elaboração de uma cartilha sobre Feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral e de promoção de aprendizagem cooperativa junto aos trabalhadores(as) de empreendimentos econômicos solidários.

Você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa porque atua junto a grupos de economia solidária e o nosso estudo se desenvolveu a partir do contexto de uma experiência de feira de economia solidária e que gerou como produto educacional deste trabalho a elaboração de uma cartilha sobre feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral dos(as) trabalhadores(as) .

Esclarecemos que você não precisa participar da pesquisa se não quiser; é um direito seu recusar este convite e, mesmo que você aceite participar, você não terá nenhum problema caso queira desistir em qualquer momento do desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa será realizada através do preenchimento de um formulário online pelo Google Forms, que conterá um link de acesso a cartilha sobre feiras de economia solidária e nas seções posteriores perguntas abertas e fechadas relacionadas a avaliação do produto educacional. Apesar de ser considerado seguro, é possível que possa ocorrer algum desconforto ou constrangimento de sua parte

ao responder às questões. Além disso, como toda pesquisa envolvendo seres humanos, esta pesquisa é suscetível de *riscos* aos participantes, como, por exemplo, uma possível invasão de privacidade, timidez, constrangimento, estigmatização dos sujeitos da pesquisa a partir de um conteúdo revelado e até mesmo uma eventual coerção para que os(as) profissionais participem da pesquisa.

Entretanto, algumas medidas serão adotadas com o intuito de minimizar os riscos citados, a saber: obtenção de informações apenas necessárias aos objetivos da pesquisa; garantia de que os(as) participantes respondam com total liberdade e sem constrangimentos ou pressões de qualquer natureza; garantia da privacidade dos(as) participantes pela “não violação” dos dados obtidos (serão atribuídos códigos a cada respondente do formulário, para que sejam mantidos em sigilo qualquer dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, evitando danos pessoais); habilitar (qualificar, treinar) a pesquisadora envolvida para que atue segundo os princípios aqui apontados; compromisso de apagar da nuvem (drive) todos os dados da pesquisa, incluindo os termos, anuências e consentimentos e guardá-los em dispositivo eletrônico próprio na maior brevidade possível; e que qualquer comunicação que se fizer necessária com os(as) participantes por email (envio de cópia do TCLE assinado e resultados da pesquisa) será realizada no modo “cópia oculta”.

Tais compromissos minimizam riscos eventuais. Em suma, como sempre há riscos em se tratando de pesquisas com humanos, cremos que, em nossa pesquisa - o risco se justifica pelo benefício esperado, que é a reflexão e um conhecimento mais ampliado da realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária, com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas à economia solidária. Contudo, não vislumbramos riscos físicos aos(as) participantes, e no campo psicossocial, modelamos a pesquisa de modo que os(as) envolvidos(as) não se sintam constrangidos(as) pelas perguntas previstas na entrevista e pelo modo como ela será aplicada.

Além disso, aqui se firma o compromisso dos pesquisadores com a garantia dos direitos dos(as) participantes, como esclarecimentos sobre a pesquisa, liberdade de interromper a participação na pesquisa, acesso aos resultados (individuais e coletivos) e o respeito à privacidade.

Esclarecemos que o preenchimento do formulário será realizado de forma virtual. O produto educacional e o formulário estará disponível para análise e preenchimento, respectivamente, após a leitura do TCLE e caso consinta em participar da pesquisa deverá clicar na opção “sim” ao final deste termo. Apenas após o consentimento o(a) participante da pesquisa terá acesso às perguntas provenientes da avaliação do produto educacional. As perguntas estarão agrupadas em 7(sete) eixos, a saber: (1) Caracterização profissional; (2) Estética e organização do material educativo; (3) Divisão do material educativo; (4) Estilo de escrita apresentado no material educativo; (5) Conteúdo do material educativo; (6) Atividades presentes no material educativo; (7) Críticidade do material educativo; (8) Outras considerações.

Uma cópia deste documento (TCLE) será enviada por email aos(as) profissionais vinculados(as) às Entidades de Apoio a Empreendimentos de Economia Solidária, maiores de

idade, caso esteja de acordo com seus termos. Caso os(as) profissionais consentam participar da pesquisa, clicando na opção “sim” ao final do termo, será habilitado o acesso à próxima seção para que os(as) participantes escrevam seus emails e a pesquisadora envie cópia do termo de consentimento aceito em “cópia oculta”. Após registro do email, o link de acesso ao produto educacional e as seções com as perguntas da avaliação do produto educacional serão habilitadas para respondê-las (que, a seu critério, pode respondê-la parcial ou totalmente, como também desistir de fazê-la a qualquer tempo). Caso (o)a profissional requisite uma via do formulário respondido, é de obrigatória responsabilidade da pesquisadora disponibilizar uma via fotocopiada do mesmo, sem custos para o(a) profissional. Toda e qualquer despesa (mesmo uma impressão ou escaneamento deste Termo ou de qualquer outro documento) é de responsabilidade exclusiva da equipe da pesquisa.

Caso aconteça algo de errado em qualquer fase da pesquisa, você pode contactar a pesquisadora pelos telefones 81-993780240, e/ou ainda o Comitê de Ética do IFPB (Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB) pelo telefone (83)3612-9725 e/ou E-mail eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Destacamos que a pesquisa quer fazer acontecer coisas boas, como possibilitar que tanto o IFPB (Campus João Pessoa) quanto você – que participa da pesquisa – possam compreender melhor a realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária. O trabalho contribuirá ainda com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas à economia solidária e feiras autogestionárias.

Os resultados da pesquisa que vierem a ser publicados só o serão com o cuidado da não-identificação dos(as) participantes. Quando terminarmos a pesquisa faremos um relatório final (dissertação) que servirá de base para desenvolvermos ações que contribuam para a resolução da problemática apontada na pesquisa. Assim sendo, os(as) participantes (e a comunidade em geral) terão conhecimento dos resultados da pesquisa tão logo seja divulgado a dissertação (a partir de publicação no site institucional do PROFEPT-IFPB). Entretanto, para garantir que os(as) participantes tenham acesso aos resultados desta pesquisa, encaminharemos o PDF do relatório de resultados por email em cópia oculta, preservando o sigilo dos(as) participantes, já que cada um(a) que venha a abrir seu email não terá informações dos(as) outros(as) participantes (como o endereço de email). É por esse motivo, aliás, que solicitamos seu email a seguir, quando você vier a preencher seus dados de identificação.

De todo modo, a qualquer tempo os(as) participantes da pesquisa têm o direito de requerer informações da pesquisa que – direta ou indiretamente – lhes digam respeito. Se você tiver alguma dúvida, você pode nos perguntar qualquer coisa a qualquer momento.

Destacamos, ainda, que *este termo está redigido dentro do estabelecido pela resolução nº 510, de 07 de abril de 2016* (documentação legal que orienta os estudos da área das Ciências Humanas e Sociais). Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB (CEP-IFPB), o qual tem o objetivo de garantir a proteção dos participantes de pesquisas submetidas a este Comitê. Portanto, se o(a) senhor(a) desejar maiores esclarecimentos sobre

seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados dos pesquisadores, pode entrar em contato com o CEP-IFPB. Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br. Horário de atendimento: Segunda à sexta, das 12h às 18h.

Diante de tudo o que foi dito neste termo e, principalmente, estando ciente do projeto e seu objetivo, estando ciente das coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer na pesquisa, e de que posso dizer “sim” e participar e que, a qualquer momento, também posso dizer “não” e desistir (porque ninguém vai se indispor comigo por essa escolha), eu aceito participar da avaliação do produto educacional “Cartilha: Feiras de economia solidária” vinculada a pesquisa “FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: (IM)POSSIBILIDADES DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGENS COOPERATIVAS PARA A FORMAÇÃO OMNILATERAL DE TRABALHADORES(AS) DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS”, manifestando, portanto, meu consentimento em participar dela, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico – a receber ou a pagar – pela participação na pesquisa.

☐ SIM

E-mail: _____

☐ NÃO

APÊNDICE J - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (MAIORES DE 18 ANOS)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM (MAIORES DE 18 ANOS)

Neste ato, eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador (a) da cédula de identidade _____, inscrito no CPF nº _____, declaro a veracidade das informações acima prestadas e AUTORIZO o uso de minha imagem e/ou dos produtos por mim produzidos e expostos durante as edições da ECOFEIRAS - PB, em todo e qualquer material entre imagens de vídeo, fotos e documentos, para ser utilizada na produção de uma cartilha, que tematizará o desenvolvimento de feiras sob a perspectiva da economia solidária e da aprendizagem cooperativa que será veiculada na defesa de mestrado da pesquisadora Daniela Maria de Santana e no repositório de Produtos Educacionais do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT).

A presente autorização é concedida a título GRATUITO, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) Home-page do IFPB; (II) Home-page da INCUBES - NUPLAR - UFPB; (III) mídia eletrônica (painéis digitais, blogs, redes sociais do IFPB e da INCUBES - NUPLAR - UFPB, entre outros). Por esta ser expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado, a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, que segue por mim assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de _____

Local e data

Assinatura

**APÊNDICE K - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E GRAVAÇÃO
DE VOZ (MAIORES DE 18 ANOS)**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E GRAVAÇÃO DE VOZ
(MAIORES DE 18 ANOS)**

Neste ato, eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____,
portador (a) da cédula de identidade _____, inscrito no CPF
nº _____, declaro a veracidade das informações acima
prestadas e AUTORIZO o registro de minha imagem (vídeos) e/ou gravação de voz à
pesquisadora Daniela Maria de Santana, sob orientação do Prof. Emmanoel de Almeida de
Rufino, por meio da realização do Grupo Focal e/ou entrevista individual para fins
EXCLUSIVOS da pesquisa científica intitulada “Feiras de Economia Solidária:
(Im)Possibilidades de Promoção de Aprendizagens Cooperativas para a Formação Omnilateral
se Trabalhadores(as) de Empreendimentos Econômicos Solidários” e com a condição de que
esse material, na sua forma original, não seja divulgado.

Nessas condições, apenas o material derivado (transcrições) do original poderá, nos termos
desta autorização, ser divulgado em meios científicos, tais como, teses, dissertações, trabalhos
de conclusão de curso, artigos em periódicos, congressos e simpósios ou outros eventos de
caráter científico-tecnológico – no sentido de preservar o meu direito ao ANONIMATO e
demais direitos, como definido na regulamentação ética da pesquisa envolvendo seres humanos
no Brasil.

As gravações de imagem (vídeos) e voz ficarão sob a propriedade e a guarda do pesquisador
responsável pela pesquisa. Terão acesso aos arquivos somente os pesquisadores indicados
acima neste termo.

Esta autorização foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em
garantir-me os seguintes direitos:

1. Ter acesso à gravação de imagem (vídeos), voz e transcrição dos áudios, caso solicitado;

2. Ter a garantia que as imagens (vídeos) e os áudios coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas e eventos científicos;
3. Não ter a identificação revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas, utilizando mecanismos para este fim (distorção da voz, entre outros).
4. Ter as imagens (vídeos) e os áudios obtidos de forma a resguardar a privacidade e minimizar constrangimentos;
5. Ter a liberdade para interromper a participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse das imagens (vídeos) e dos áudios. Os vídeos e/ou áudios serão coletados durante a realização de:
 - (a) Grupo Focal, a ser realizado junto a outros participantes da pesquisa em sala reservada na UFPB e em que serão capturadas imagens (vídeos) e voz;
 - (b) Entrevista individual, em que haverá gravação de voz;
 - (c) Leitura do TCLE, em que haverá gravação de voz e imagem (participante da pesquisa não escolarizado diante de uma testemunha de sua escolha).

A presente autorização é concedida a título GRATUITO para gravação da(s):

☐ Minhas imagens (vídeos) e minha voz

☐ minha voz

Por esta ser expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado, a título de direitos conexos à minha imagem e voz ou a qualquer outro, que segue por mim assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, ____ de _____ de _____
Local e data

Assinatura

Cartilha

FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na promoção da formação
omnilateral de
trabalhadores(as)

Daniela Maria de Santana
Autora

Emmanoel de Almeida Rufino
Orientador

SUMÁRIO

1 – APRESENTAÇÃO	02
2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA	06
3 – FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
4 – ROTEIRO DE OFICINAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA	36
5 – CONHEÇA MAIS!	49
REFERÊNCIAS	55

01 APRESENTAÇÃO

Prezados/as, esta cartilha tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento de processos educativos em economia solidária a partir das feiras de economia solidária, tendo como perspectiva o desenvolvimento de aprendizagens cooperativas e a formação omnilateral dos/as trabalhadores/as e discentes da educação profissional e tecnológica.

A proposta desse produto educacional surgiu no âmbito da pesquisa intitulada “Feiras de economia solidária: (Im)possibilidades de promoção de aprendizagens



Imagem: Boneca em algodão colorido, produzido pela artesã Rosângela (grupo Artesol). Fonte: Arquivo pessoal, 2025

cooperativas para formação omnilateral dos/as trabalhadores/as”, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba/IFPB.

Essa pesquisa nos possibilitou compreender que a feira de economia solidária constitui um espaço de possibilidades para formação omnilateral dos/as trabalhadores/as articulando um processo de aprendizagens cooperativas. Mas, além disso, também evidenciou a necessidade de processos pedagógicos orientados para formação em economia solidária.

Nesse sentido, esta cartilha é voltada para educadores e educadoras sociais, profissionais vinculados às Entidades de Apoio e Fomento às iniciativas de economia solidária, docentes da educação profissional e tecnológica e para os/as trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários.

É importante destacar que a formação omnilateral compreende uma perspectiva educativa que tem como objetivo a emancipação humana e seu pleno desenvolvimento através da articulação de um processo didático-pedagógico que considera as diversas dimensões da formação humana e a relação indissociável entre o trabalho manual e intelectual.

Frigotto (2012) explica que a educação omnilateral é a concepção de educação que busca considerar todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico, isto é sua vida material, intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico.

Sendo assim, acreditamos que as feiras de economia solidária, aliado a uma proposta pedagógica, podem ser espaços de aprendizagem com potencial para colaborar

com a formação omnilateral de trabalhadores/as de empreendimentos solidários e de discentes da educação profissional e tecnológica.

Na primeira seção, apresentamos algumas reflexões sobre a economia solidária e seus princípios, discussão que nos ajuda a compreender os elementos essenciais na construção de uma feira de economia solidária.

Na segunda seção explicamos os aspectos relativos à organização da feira de economia solidária, seus atores e sua estrutura.

Na seção subsequente apresentamos um roteiro com um ciclo de 5 (cinco) oficinas que podem ser desenvolvidos junto aos participantes da feira de economia solidária.

Já na última seção (Conheça mais!) apresentamos algumas indicações de sites, vídeos e áudios (podcast) relacionados à temática da economia solidária.



Imagem: Cocadas produzidas pelo Grupo Delícias de Lucena. Fonte: Arquivo pessoal, 2025

ECONOMIA SOLIDÁRIA

No Brasil, as décadas de 80 e 90 foram marcadas por uma crise social que agravou as desigualdades sociais e gerou desemprego em massa (Singer, 2002). Diante disso, os trabalhadores e as trabalhadoras buscaram outras formas de organização do trabalho para garantir sua sobrevivência e de suas famílias.

Nesse contexto, em resposta a essa crise, a economia solidária se expandiu através de iniciativas de trabalho geridas de forma coletiva pelos trabalhadores. Exemplos dessa formas organizativas foram as cooperativas populares, empresas recuperadas pelos trabalhadores, bancos comunitários, associações, entre outros, conforme destacam Gaiger e Kuyven (2019).

Sendo assim, a economia solidária se consolida como uma outra forma de viver e fazer economia, onde todos/as os/as trabalhadores/as são responsáveis pela gestão do empreendimento.

Ela se diferencia do modelo econômico capitalista, porque seu intuito não é produzir lucro para uma pessoa ou um grupo restrito, mas garantir o bem estar e a satisfação das necessidades dos seus sócios e sócias.

O modelo econômico capitalista é o sistema predominante em nossa sociedade e seu principal objetivo é gerar lucro. Nesse modelo uma pessoa ou grupo pequeno de pessoas tem a propriedade dos meios de produção, como fábricas e indústrias. Para gerar lucro, os donos adquirem máquinas, tecnologias e contratam trabalhadores/as em troca de um salário para transformar as matérias primas em produtos ou serviços. Entretanto, uma das problemáticas geradas pelo capitalismo é quanto aos impactos ambientais pela exploração dos recursos naturais devido a busca incessante pelo lucro. Além disso, também produz desigualdades sociais, uma vez que a riqueza produzida fica destinada aos proprietários.

VOCÊ SABIA?

Paul Singer foi um dos principais autores conhecido por sua contribuição teórica à economia solidária. Economista e Doutor em Sociologia, Paul Singer foi professor da Universidade de São Paulo/USP, Secretário Nacional de Economia Solidária em 2003 e escreveu diversos livros e artigos sobre a temática.

Para saber mais

Visite o site: paulsinger.com.br e conheça mais sobre o autor e suas obras.



Foto: Cecília Bastos/USP
Imagens

É importante destacar que embora a economia solidária tenha se expandido a partir da década de 90, experiências econômicas próximas do que conhecemos hoje como economia solidária já eram vivenciadas no Brasil e no mundo por algumas comunidades e povos tradicionais. Como explica Bertucci et al (2010, pág. 16) “Podemos dizer que uma das primeiras fontes são os povos indígenas, que culturalmente praticavam e ainda praticam a economia com base na partilha e na solidariedade”



Imagem: Canva

A partir da expansão das iniciativas e dos debates sobre a economia solidária, ela também se consolidou como um movimento social. Nesse contexto, surge em 2003 o **Fórum Brasileiro de Economia Solidária/FBES** durante a III Plenária Nacional de Economia Solidária, mas as mobilizações já ocorriam desde o I Fórum Social Mundial no ano de 2001, conforme explica Silva (2015).

O FBES é o espaço de diálogos e articulações entre os diversos atores que participam do movimento (Entidades de Apoio/Assessoria, Empreendimentos Econômicos Solidários e gestores públicos) no intuito de fortalecer a economia solidária e pautá-la como estratégia de desenvolvimento socioeconômico.



Vamos conhecer um pouco mais sobre cada um dos entes que compõe o FBES?

10

Empreendimentos Econômicos Solidários

Conforme Gaiger (2009), os Empreendimentos Econômicos Solidários constituem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores e que possuem como elemento fundamental de suas ações a cooperação. Esses empreendimentos podem se apresentar em diversos formatos, como cooperativas, associações, grupos de produção, grupos informais, etc.

Entidade de Apoio e fomento

Entidades de Apoio e fomento são instituições que desenvolvem ações, projetos e atividades de apoio e promoção à economia solidária e aos empreendimentos econômicos solidários. Temos como exemplo as Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária, geralmente, vinculadas às universidades públicas e Institutos Federais.

Gestores públicos

No âmbito do FBES, os gestores públicos compreendem os representantes governamentais responsáveis por formular, efetivar, coordenar a política pública de economia solidária nos municípios e Estados.

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Impulsionado pelo movimento social, a economia solidária também foi incorporada na agenda pública e em 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária/SENAES pelo governo federal.

Posteriormente, a SENAES em 2016 passou a ser subsecretaria e em 2019 foi extinta, mas foi retomada em 2023 pelo governo atual. Mais recentemente a economia solidária teve outro marco importante, no final de 2024 foi publicada a lei 15.068 (conhecida como lei Paul Singer) que dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária e da política nacional de economia solidária, constituindo um importante avanço na institucionalidade da economia solidária como política pública.

Clique aqui para acessar a lei na íntegra



Assim, a economia solidária além de ser uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico, é também movimento social e torna-se política pública. Constitui uma estratégia de geração de trabalho e renda, fundamentado em princípios de cooperação e solidariedade.

Além das características já citadas até aqui, gostaríamos de destacar que a economia solidária é orientada por alguns princípios. Vamos conhecer alguns deles?

PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Autogestão

Autogestão significa que todos e todas que estão associados/as são responsáveis pelo empreendimento. Não há patrão, nem empregado. Ou seja, todos os/as trabalhadores e trabalhadoras participam da gestão e tomam decisões sobre o empreendimento.



Cooperação

Na economia solidária, ao invés de competir, os/as sócios/as cooperam entre si. Ou seja, todos e todas trabalham juntos para alcançar os objetivos do coletivo

Democracia

Todos e todas, igualmente, tem direito a voz e a voto no coletivo de economia solidária.



Solidariedade

A solidariedade na economia solidária não se confunde com a filantropia, mas conforme explica Guimarães (2022), se caracteriza pela busca da igualdade, reciprocidade, formas de organização e produção que não degradem o trabalhador.

Relação respeitosa com a natureza



Na economia solidária busca-se uma relação de respeito à natureza com o desenvolvimento de práticas que levam em consideração a sustentabilidade ambiental.

Valorização do ser humano



O ser humano é central na economia solidária. Assim, a preocupação fundamental é a promoção do bem estar de seus integrantes, considerando suas necessidades, a valorização do trabalho, a diversidade, os diversos saberes e fazeres.

Comércio justo e solidário

De acordo com a lei 15.068/2024, o comércio justo e solidário é a prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos de economia solidária.

Assim, compreendemos que as práticas de comercialização na economia solidária são regidas por outros princípios que se diferenciam da economia convencional.

Vamos conhecer agora quatro características do comércio justo e solidário.

Características do Comércio Justo e Solidário¹

- 1 – Relações comerciais mais justas, solidárias, duradouras e transparentes;
- 2 – Co-responsabilidade nas relações comerciais entre os diversos participantes na produção, comercialização e consumo;
- 3 – Valorização, nas relações comerciais, da diversidade étnica e cultural e do conhecimento das comunidades tradicionais;
- 4 – Transparência nas relações comerciais, na composição dos preços praticados e na elaboração dos produtos, garantindo acesso à informação acerca dos produtos, processos, e organizações que participam do CJS.

Para conhecer mais sobre o comércio justo e solidário, sugerimos a leitura dessa cartilha:



¹ Termo de referência Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Disponível em: https://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3ADC4075013AFEC E06F969A4/Termo_Referencia_SNCJS.pdf

Princípios do Comércio Justo e solidário

1

PRINCÍPIO 1. FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA, RESPEITO À LIBERDADE DE OPINIÃO, DE ORGANIZAÇÃO E DE IDENTIDADE CULTURAL

Esse princípio significa que devemos fortalecer o exercício de relações democráticas e autogestionárias nas atividades relacionadas à produção e à comercialização.

PRINCÍPIO 2. CONDIÇÕES JUSTAS DE PRODUÇÃO, AGREGAÇÃO DE VALOR E COMERCIALIZAÇÃO

Devemos garantir que haja condições dignas de trabalho e justa remuneração. Além de buscar o equilíbrio e respeito nas relações entre os diversos atores (Produtores, consumidores, etc.), visando a sustentabilidade econômica, socioambiental e a qualidade do produto ao longo de toda uma cadeia produtiva.

¹ Termo de referência Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. Disponível em:
https://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3ADC4075013AFEC E06F969A4/Termo_Referencia_SNCJS.pdf

PRINCÍPIO 3. APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM DIREÇÃO À SUSTENTABILIDADE

O Comércio Justo e Solidário assume o compromisso com a comunidade local, buscando a promoção do bem-estar sócio-econômico e cultural da comunidade através da inclusão social, com de ações geradoras de trabalho e renda, e com a manutenção e recuperação da biodiversidade.

PRINCÍPIO 4. RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

A prática do Comércio Justo e Solidário deve primar pelo respeito à natureza, adotando práticas mais responsáveis e menos prejudiciais ao meio ambiente.

PRINCÍPIO 5. RESPEITO A DIVERSIDADE E GARANTIA DE EQUIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Esse princípio nos aponta que a prática do comércio justo e solidário não compactua com práticas de discriminação de qualquer natureza, mas busca garantir o respeito e a promoção da equidade entre todas as pessoas, empreendimentos e entidades que integram suas ações.

PRINCÍPIO 6. INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR

Este princípio visa a garantia da transparência nas relações de produção, comercialização e consumo, garantindo o respeito aos direitos dos consumidores à informação e a educação para o consumo solidário.

PRINCÍPIO 7. INTEGRAÇÃO DOS ELOS DA CADEIA

Estimular a integração entre todos que integram o Comércio Justo e Solidário de forma a garantir processos contínuos de informação, reflexão, debate e difusão dos pressupostos conceituais e práticos do Comércio Justo e Solidário.

Quer entender um pouco mais?
Que tal assistir um vídeo sobre o
comércio justo e solidário com
teatro de bonecos?

Clique na imagem





Produções do grupo AMCO. Fonte: Arquivo pessoal, 2025

FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As feiras de economia solidária são espaços onde os empreendimentos econômicos solidários expõem, divulgam e comercializam seus produtos e serviços. É um lugar de encontro entre os trabalhadores e trabalhadoras, entidades de apoio, órgãos públicos e consumidores.

A feira de economia solidária também é caracterizada por ser um espaço de divulgação e valorização da cultura e da diversidade. Elas também possibilitam a divulgação da economia solidária para sociedade, incentivando a adoção do consumo ético e responsável e buscando a promoção de relações de proximidade e confiança entre produtores e consumidores.

Além de todos esses aspectos, as feiras de economia solidária são ainda um espaço de formação para todos e todas que participam do processo de construção e desenvolvimento do evento. As interações entre os/as trabalhadores/as de diversos segmentos, com as entidades de apoio, com outros movimentos sociais e órgãos governamentais, aliada a gestão coletiva da feira, possibilitam práticas cooperativas de aprendizagem.

As feiras de economia solidária podem ter origens diversas, como uma ação desenvolvida no âmbito de uma política pública (por uma Secretaria municipal ou estadual, consórcios, etc.), pelas entidades de apoio ou mesmo por uma iniciativa própria dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nesse contexto, compreendemos que, independentemente de sua origem, a feira de economia solidária parte dos princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade e sendo assim, a participação dos/as trabalhadores/as é fundamental, desde o planejamento até a execução do evento.

Como experiência formativa, a feira de economia solidária constitui o espaço de articulação entre teoria e prática, da indissociabilidade do saber e do fazer, onde a partir do trabalho (organização e gestão da feira), os/as participantes aprendem cooperativamente, ampliam suas visões de mundo e se formam enquanto sujeitos críticos.

Entretanto, com a perspectiva de potencializar a experiência formativa da feira de economia solidária faz-se necessária a proposição de espaços de trocas de saberes, diálogos, oficinas, etc. Nesse contexto, apresentamos a seguir uma proposta de feira de economia solidária, articulada ao processo de formação em economia solidária a partir de oficinas temáticas.

Nesse caso, o que apresentamos aqui é uma proposta (e não modelo), que pode ser utilizada e adaptada conforme a realidade de cada grupo e/ou experiência. Podendo ser utilizada para formação de trabalhadores em economia solidária, de jovens e adultos no contexto da educação profissional e tecnológica, etc.

IDENTIFICANDO OS/AS PARTICIPANTES E PARCEIROS DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Para realização da feira de economia solidária é primordial conhecer o território e os potenciais participantes e parceiros da feira.
- Nesse contexto, indicamos a realização de um levantamento, a fim de identificar:
 - Trabalhadores e/ou empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, grupos de produção) da região, fóruns de economia solidária;
 - Entidades de apoio e fomento, como as Incubadoras tecnológicas de economia solidária, organizações sociais que atuam com economia solidária;
 - Órgãos governamentais, como secretarias municipais e estaduais, empresas de assistência técnica e extensão rural, etc.

CONVITE AOS(AS) PARTICIPANTES E PARCEIROS DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Feito o levantamento dos potenciais parceiros e participantes da feira, pode ser realizado um convite a esses atores para um encontro de planejamento e construção da feira de economia solidária. Abaixo, apresentamos uma proposta de convite aos empreendimentos solidários e parceiros.

CONVITE

Prezados/as, convidamos __(nome do empreendimento/entidade)__, a participar do primeiro encontro de planejamento para realização da Feira de Economia Solidária que ocorrerá nas dependências do/a __(local a ser realizada a feira)__ durante o ano de 2026.

A proposta da feira de economia solidária é ser construída coletivamente, por isso, acreditamos que sua participação é essencial nesse momento de debate e planejamento. O encontro será realizado no dia (data) de (mês) das __ às __ horas no/a (local).

Certos de contar com a vossa participação, agradecemos antecipadamente!

A realização do primeiro encontro é um momento importante, em que todos/as interessados/as podem se conhecer. É um momento de integração e também de planejar a feira de economia solidária e identificar tudo que será necessário para realizá-la.

Nos próximos tópicos apresentaremos alguns aspectos relativos a organização da feira de economia solidária.



Feira de Economia Solidária - Coletivo Eco-Feiras. Fonte: Arquivo pessoal, 2025

ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Quanto ao espaço para realização da feira é importante verificar um local estratégico, onde haja movimento de pessoas ou de fácil acesso e visualização. Além disso, também é importante verificar se o espaço comporta as barracas/mesas, feirantes e permite a circulação de pessoas.
- Acessibilidade: Pessoas com deficiência terão garantia de acesso ao local? Imagine que se for num local situado num andar acima e só tiver acesso por escadas, pessoas com deficiência física terão maiores dificuldades. Há sinalização tátil para pessoas com deficiência visual? Esses são alguns exemplos de situações que precisam ser discutidos para que todos e todas possam ter acesso a feira de economia solidária.

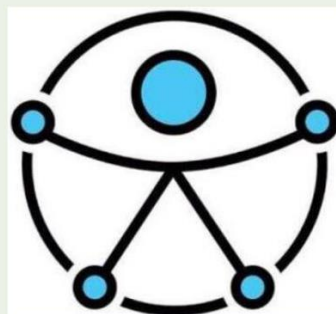


Imagem: Agência Senado

ESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Iluminação e pontos de energia: Caso a feira ocorra no período da noite, a instalação de pontos de iluminação é ainda mais indispensável. Os pontos de energia são necessários tanto para os feirantes que demandem ligar uma estufa, por exemplo, carregar as baterias dos celulares ou de maquinetas, tanto para a ligação de equipamentos de som.



- Disponibilidade ou o acesso a banheiros;
- Espaço/sala para guarda de material: Especialmente, se a feira for realizada por mais de um dia, alguns feirantes podem ter a necessidade de deixar o material guardado num local próximo a feira para facilitar o transporte no dia posterior.

MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

- Barracas ou mesas e cadeiras para os feirantes exporem seu material;
- Banner's e faixas para identificação da feira;
- Caixa de som e microfone;
- Data show e notebook;
- Bebedouro;
- Alimentação: É sempre importante atentar-se ao bem estar dos participantes da feira. Nesse contexto, a alimentação é essencial para assegurar a segurança alimentar e nutricional de todos/as que participam da atividade. Algumas estratégias podem ser: articular junto aos parceiros refeição para os participantes das feiras, apoio de cozinhas comunitárias, restaurantes populares, acordo de uma alimentação/lanche coletivo, etc.



GESTÃO COLETIVA DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para que a feira de economia solidária possa ocorrer de forma participativa, autogestionária e democrática é necessário que todos/as os/as envolvidos/as participem da gestão e das tomadas de decisões relativas à feira. Nesse sentido, há algumas possibilidades de organização para propiciar a participação dos/as membros/as, no qual apresentamos a seguir.

Formação de comitês ou grupos de trabalho

A organização da feira de economia solidária inclui o planejamento e execução de diferentes atividades. Sendo assim, a formação de Comitês ou Grupos de trabalho (GTs) visam distribuir essas atividades em grupos temáticos responsáveis por determinadas áreas. A forma como a composição desses GTs deve ser organizado é uma decisão do coletivo e de acordo com cada realidade. A seguir, apresentamos algumas sugestões de GTs.

Comunicação e Mídias

O grupo de comunicação é aquele responsável por comunicar a sociedade e ao próprio grupo informações sobre a feira. Algumas atividades que podem ser realizadas por esse grupo:

- Elaborar materiais para divulgação da feira de economia solidária (Banners, faixas, cards, folders);
- Criar e administrar as redes sociais do coletivo;
- Elaborar propostas para identidade visual do coletivo;
- Realizar registros fotográficos e vídeos das atividades da feira de economia solidária.

Registro/Secretaria

O grupo de registro ou secretaria é a área responsável pela gestão e guarda dos documentos gerados pelo coletivo. Nesse sentido, inclui as seguintes atividades:

- Elaboração e guarda das atas referente as reuniões do coletivo da feira;
- Digitalização de documentos;
- Elaboração e guarda do cadastro dos/as participantes;
- Controle de ofícios, etc.

Infraestrutura

O grupo de infraestrutura é responsável por pensar e articular a infraestrutura necessária para realização da feira, a fim de garantir:

- Espaço amplo e acessível para realização da feira;
- Iluminação e pontos de energia;
- Espaço para guarda de material dos expositores;
- Água e alimentação para os feirantes;
- Barracas, mesas e cadeiras para exposição de produtos, oficinas, palestras, etc;
- Salas para realização de oficinas, rodas de conversa, etc.;
- Coletores de lixo (coleta seletiva);
- Equipamentos de som, etc.

Formação

As atividades formativas na feira de economia solidária acontecem de diversas formas, como através de cursos, oficinas, rodas de conversa realizada junto aos feirantes ou ao público em geral. Nesse caso, o grupo de formação é responsável por organizar esses encontros. Estará em contínuo diálogo com o grupo de infraestrutura para rever a necessidade de espaços adequados.

- Levantar as necessidades e vontades dos participantes feira quanto às temáticas formativas;
- Elaborar propostas de formação a serem realizadas durante a feira de economia solidária;
- Elaborar convites aos possíveis facilitadores de oficinas, rodas de conversa, etc;
- Prover os materiais necessários, como papel, caneta, pastas, etc.

Cultura

Este grupo mobiliza ações culturais durante a feira de economia solidária. Sendo assim, articula artistas e grupos culturais locais para apresentação, organiza o espaço e a programação para realização dessas atividades.

Coordenação

O grupo de coordenação é aquele que articula com os demais grupos as demandas e organização da feira de economia solidária. Atua ainda como representação do coletivo junto aos parceiros e órgãos governamentais.

DURANTE A FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Segmentos e atividades que podem compor a exposição e programação da feira de economia solidária:

- Artesanato;
- Gastronomia;
- Confecção;
- Agricultura familiar;
- Terapias holísticas;
- Apresentações culturais;
- Divulgação de ações em economia solidária;
- Rodas de conversa;
- Compartilhamento de experiências;
- Oficinas temáticas.



AVALIAÇÃO DA FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Durante e após a feira é importante que haja uma avaliação da experiência, dos resultados alcançados, dos aspectos que necessitam de ajustes. Nesse contexto, algumas perguntas podem orientar o processo avaliativo, tais como:



1. Como foi a experiência da feira de economia solidária?
2. Que pontos foram positivos?
3. Quais aspectos precisam ser melhorados?
4. Sentimos falta de algo que não estava previsto inicialmente?
5. Considerando tudo que foi avaliado, que decisões tomaremos para a próxima feira? (encaminhamentos)

OFICINAS ECONOMIA SOLIDÁRIA

OFICINAS TEMÁTICAS

As oficinas propostas tem o intuito de propiciar um espaço formativo e de reflexão sobre a economia solidária. Muitos/as trabalhadores/as ingressam nas experiências de economia solidária sem conhecerem ou vivenciarem uma formação em economia solidária. Nesse contexto, apresentamos um ciclo com roteiro de 5 (cinco) oficinas que podem ser desenvolvidas junto aos participantes da feira de economia solidária. Sugerimos que as oficinas sejam realizadas com cadeiras dispostas em círculo e com o incentivo da participação dos/as trabalhadores/as

CICLO DE OFICINAS

- 1.Oficina 1: Conhecendo a Economia Solidária;
- 2.Princípios da economia solidária;
- 3.Autogestão e Heterogestão, quais as diferenças?
- 4.Experiências em economia solidária
- 5.Economia Solidária: Teoria e prática.

OFICINA 1: CONHECENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Objetivo: Discutir sobre o contexto histórico e a concepção teórica e prática da economia solidária.

Tempo: 1h30

Metodologia:

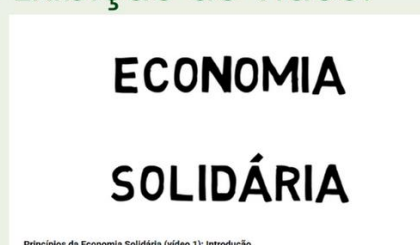
Preparação do espaço: Colocar em uma parede ou no chão (onde fique melhor a visualização pelos/as participantes) um cartaz com as palavras economia solidária (em letras grandes) para confecção de um mural;

Além disso, dispor de tarjetas com palavras ou imagens que se relacionem ao contexto histórico da economia solidária (Ex.: 1990, crise social, desemprego, iniciativas de trabalhadores, empresas recuperadas, etc.



1º momento: Apresentar o objetivo do encontro e dialogar com os participantes se já ouviram falar em economia solidária, o que conhecem, o que acha que quer dizer o termo. Pedir que escrevam em um papel uma palavra, frase ou desenho (pode-se dispor de algumas imagens já recortadas e pedir que os/as participantes escolham aquela que acham que representam a economia solidária) e posteriormente cada participante poderá socializar com o grupo as escolhas e impressões que possuem sobre economia solidária.

2º momento: Exibição do vídeo:



Posterior discussão sobre a economia solidária.

3º momento: Após discutir a partir do vídeo e da contribuição inicial dos participantes sobre o que é economia solidária, apresentar aos participantes o contexto histórico do surgimento da economia solidária no Brasil. **39**

Esse contexto histórico pode ser apresentado através da confecção de um mural, com uso de tarjetas, imagens representativas e/ou mesmo palavras, desenhos e imagens trazidas pelos participantes no primeiro momento da oficina.

4º momento: Retomar os conceitos desenvolvidos durante o encontro; Pedir que os/as participantes possam expressar o que compreenderam, se era aquilo que pensavam ser inicialmente e o que acharam do encontro.

Recursos necessários:

Painel para confecção de mural (cartolinas, papel 40kg, etc.)

Tarjetas em branco;

Tarjetas com palavras que destaquem os aspectos históricos da economia solidária no Brasil;

Imagens (relacionadas à economia solidária);

Datashow;

Caixas de som.

OFICINA 2: PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA;

Objetivo: Caracterizar e refletir sobre os princípios da economia solidária.

Tempo: 1h30

Metodologia:

1º momento: Iniciar o diálogo a partir do questionamento sobre o que é um princípio? Deixar que os/as participantes dialoguem e tragam suas percepções. Posteriormente, explicar, integrando a contribuição dos/as participantes, o conceito/compreensão sobre princípios.

2º momento: Apresentar (em power point, canva, etc.) um mapa mental sobre os princípios da economia solidária e que cada princípio será trabalhado durante o encontro.

3º momento: Dividir os/as participantes em grupos e distribuir para cada grupo um princípio, com uma breve descrição. Pedir que os/as participantes discutam entre si o que compreenderam e como esse princípio pode ser efetivado dentro de um coletivo.

4º momento: Apresentação dos princípios por cada grupo. À medida que os grupos se forem apresentando-se, o/a facilitador pode trazer contribuições, tirar dúvidas e ampliar o debate com exemplos práticos.

5º momento: O último momento do encontro pode se dá a partir da reflexão sobre como esses princípios podem ser operacionalizados na feira de economia solidária.

Recursos:

Datashow, notebook e texto com os princípios da economia solidária e breve descrição.

OFICINA 3: AUTOGESTÃO E HETEROGESTÃO, QUAIS AS DIFERENÇAS

Objetivo: Caracterizar a autogestão e distingui-la do modelo heterogestionário.

Tempo: 1h30

Metodologia:

1º momento: Dialogar sobre as experiências de trabalho no âmbito do mercado de trabalho. Buscar dialogar com os/as participantes como é o trabalho dentro das empresas convencionais, como é estruturada, o papel do/a trabalhador/a, etc. Deixar que os/as participantes tragam suas experiências e a partir desse momento caracterizar o modelo heterogestionário.

2º momento: Apresentar (em power point, canva, etc.) as características da heterogestão e do modelo econômico capitalista.

Posteriormente, apresentar as características da autogestão, como ela é praticada na economia solidária;

3º momento: Exibição e discussão do vídeo:



4º momento: Dispor em uma parede ou no chão, duas cartolinas. A primeira com o título AUTOGESTÃO, e a segunda com o título HETEROGESTÃO. Pedir que os/as participantes possam destacar palavras/frases que caracterizam a autogestão e a heterogestão. O/a facilitador/a pode ir anotando na cartolina ou os/as próprios/as participantes escreverem ou desenharem.

Recursos necessários:

Cartolinas, Piloto, Fita dure, datashow, notebook, caixas de som.

OFICINA 4: EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Objetivo: Conhecer as diversas formas de experiências econômicas solidárias.

Tempo: 2h

Metodologia:

1º momento: Diálogos a partir das seguintes perguntas norteadoras: A partir do que temos discutido até então, há alguma experiência/iniciativa de economia solidária na minha comunidade? bairro? município? Deixar que os/as participantes tragam as experiências.

2º momento: A partir do uso de slide (power point, canva), apresentar o objetivo do encontro e as diferentes formas organizativas dos empreendimentos econômicos solidários (cooperativas, associações, grupo informais), além dos diversos segmentos que integram (artesanato, finanças solidárias, alimentação/agricultura familiar, etc.)

3º momento: Exibição do vídeo:

Discutir os elementos relacionados à economia solidária presentes na organização da feira a partir da experiência apresentada no vídeo.

4º momento: Apresentar uma experiência, preferencialmente local/regional, de economia solidária. Aqui pode-se convidar um empreendimento de economia solidária para dialogar sobre seu coletivo, como surgiu, como funciona a autogestão do empreendimento, atividades que desempenham, etc.

Recursos:

Notebook, datashow, caixa de som.

OFICINA 5: ECONOMIA SOLIDÁRIA: TEORIA E PRÁTICA

Objetivo: Planejar uma ação concreta de experiência em economia solidária.

Tempo: 1h30

Metodologia:

1º momento: Retomar as reflexões desenvolvidas no decorrer das oficinas sobre economia solidária. Deixar que os/as participantes expressem aquilo que tem aprendido nos encontros.

2º momento: Apresentar o objetivo do encontro que consiste em planejar uma ação concreta em economia solidária junto aos participantes da oficina. O/a facilitador/a pode sugerir a realização de uma feira de economia solidária.

OFICINA 5: ECONOMIA SOLIDÁRIA: TEORIA E PRÁTICA

3º momento: Dividir a turma em grupos, disponibilizar cartolinas e pilotos e orientar o planejamento de uma feira com base nos princípios de economia solidária.

4º momento: Socialização dos trabalhos pelos/as participantes.

5º momento: A partir dos aspectos que foram apresentados pelos grupos, discutir (ensaiando uma assembleia) a realização de uma feira de economia solidária com todos/as os/as participantes.

Nesse momento, também pode ser apresentado a proposta de formação de GT's, uma coordenação, etc.

Recursos:

Cartolina, piloto, durex.

CONHEÇA MAIS!

Sites:

- **Fórum Brasileiro de Economia Solidária:**
<https://fbes.org.br/>
- **Observatório Nacional de Economia Popular e Solidária**
<https://ecosol.dieese.org.br/>
- **ENLACES**
<https://www.enlacespb.org/>
- **Secretaria Nacional da Economia Solidária**
<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria>

Instituições sociais com atuação em Economia Solidária e com publicações sobre a temática:

- **Cáritas**
<https://caritas.org.br/biblioteca>
- **Centro de Assessoria Multiprofissional/CAMP**
<https://camp.org.br/outras-publicacoes/>

Sites:

- **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária**

Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFPB/INCUBES:	www.incubesufpb.org/
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários/INCUTES	www.ifpb.edu.br/proexc/extensao-popular-e-rural/incutes
Incubadoras Sociais da UFRN que atuam com empreendimentos econômicos solidários (Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários/INICIES e Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias/OASIS)	https://ccsa.ufrn.br/portal-new/?page_id=17530

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE	https://www.instagram.com/incubacoop.ufrpe/
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas (ITES/UFAL)	www.ifpb.edu.br/proexc/extensao-popular-e-rural/incutes
Incubadora de Economia Solidária do IFAL (ECOSOL IFAL)	www.instagram.com/ecosol.ifal/
Incubadora de Tecnologias Sociais e Economia Solidária do Sul e Extremo Sul da Bahia – ITESBA da Universidade Federal do Sul da Bahia (PROEX/UFSB)	www.ufsb.edu.br/proex/incubadora
Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBA da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB	www.instagram.com/incuba_ufrb/

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS) da Universidade Federal do Cariri	https://www.instagram.com/iteps_ufca/
Incubadora Tecnológica para Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (IFSol) do IFRN	ifsol.ifrn.edu.br



Vídeos:

- Canais do Youtube com vídeos sobre economia solidária:

Tatiana Losano:

<https://www.youtube.com/@tatianalosano8219>

UNICOPAS

<https://www.youtube.com/@unicopas4356/>

Fazer Solidário:

<https://www.youtube.com/@fazersolidario471>

UAES UNIFESP

<https://www.youtube.com/@UAES-Unifesp/playlists>

TV ECOSOL:

<https://www.youtube.com/@tvecosol>

Instituto Marista

<https://www.youtube.com/@comsolims>

Áudios – PODCASTs:

- **Lições de Economia Solidária de Paul Singer (Economistas – Cofeon)**

<https://creators.spotify.com/pod/profile/economistas-cofecon/episodes/22---Lies-de-economia-solidria-de-Paul-Singer-e186a8a/a-a6kgu17>

- **Momento IECOSOL:**

<https://open.spotify.com/show/3R6tKSID3oxCMkJSQ27axE?si=4e0855d3119e4016>

- **ECOANDO TRAMAS**

<https://mg.caritas.org.br/galeria-de-audio>



REFERÊNCIAS

BERTUCCI, A. Et al. **Economia solidária**: Outra economia a serviço da vida acontece. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2010. Disponível em: <https://www.numiecosol.ufscar.br/pt-br/arquivos/economia-solidaria-cartilha.pdf> Acesso em: 18/09/2025

BRASIL. **Termo de referência Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário**. Disponível em: https://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3ADC4075013AFECE06F969A4/Termo_Referencia_SNCJS.pdf Acesso em: 15/09/2025

Comércio Justo e Solidário: Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário. **Youtube**. 2011. 9min55s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KtYQH7h9NBs> Acesso em: 14/09/2025

Como montar uma feira de economia solidária? **Youtube**. 2023. 7min2s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yISJemH60ag> Acesso em: 16/09/2025

FBES. **Carta de princípios do FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. III Plenária Nacional de Economia Solidária. 2003. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/carta_de_principios_do_fb-es.pdf Acesso em: 10/09/2025.

FBES. **O FBES**. Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes/> Acesso em: 09/09/2025

FBES. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes/> Acesso em: 09/09/2025

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In.:CALDART, R.S. et al. **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf> Acesso em: 15/08/2023

GAIGER, L.I. G. KUYVEN, P.S. Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 35 Nº 103, 2020

GUIMARÃES, G.M. **Economia Solidária**. UFSM, Santana Maria, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/01.-ECONOMIA-SOLIDARIA-2.pdf> Acesso em: 10/09/2025

INCOP. **Economia Solidária no Brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos**. 2020. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos> Acesso em: 10/09/2025

LEAL, K.S; RODRIGUES, M.S. ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E PRINCÍPIOS NORTEADORES. **Revista Humanidades e Inovação** v.5, n. 11 – 2018. Disponível em: 844-Texto do artigo-3859-1-10-20181221.pdf Acesso em: 10/09/2025

Princípios da Economia Solidária (vídeo 2): Autogestão. **Youtube**. 2020. 4min52s Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iTfRSDJj7go> Acesso em: 16/09/2025.

RIBEIRO, E. **Multiplicadores do Comércio Justo e Solidário e Sistemas Participativos de Garantia na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária**. Instituto Integra para o Desenvolvimento, 2017. Disponível em: <https://www.designpossivel.org/wp-content/uploads/2021/11/Cartilha-Multipl-CJS.pdf> Acesso em: 15/09/2025

SILVA, S.L.P. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 19/09/2025.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Feiras de Economia Solidária: (Im) Possibilidades de promoção de Aprendizagens Cooperativas para a Formação Omnilateral de Trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Pesquisador: DANIELA MARIA DE SANTANA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 86869325.0.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.549.172

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa adotou como perspectiva metodológica a pesquisa de campo/aplicada com abordagem qualitativa. Quanto a sua tipologia se caracteriza por ser um estudo documental, descritivo e exploratório. A partir da pesquisa exploratória propõe-se uma maior aproximação e compreensão sobre o tema e sobre o objeto do estudo. Já em relação às pesquisas descritivas busca-se descrever as características da experiência do de extensão "INCUBES: Feiras solidárias como prática de autogestão", bem como as dinâmicas de aprendizagem mobilizadas no contexto das feiras de economia solidária. Enquanto pesquisa documental o estudo buscará analisar documentos relacionados ao Projeto "Feiras solidárias", como ofícios, proposituras do projeto, relatórios, notícias, entre outros, que auxiliem em compreender sua constituição e seus processos educativos.

Quanto ao universo da pesquisa, esse é composto por 4 (quatro) experiências de feiras de economia solidária que acontecem no município de João Pessoa/PB. Nessas experiências, participam empreendimentos de segmentos diversos, tais como, artesanato, alimentação e saboaria artesanal. A fim de realizar um recorte representativo desse universo e constituir uma amostra, nesta pesquisa, adota-se a amostragem do tipo não probabilística, por critérios de disponibilidade e acesso, a partir de experiências de feiras solidárias que desempenham suas

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

Fax: (83)3612-9706

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.549.172

atividades no município de João Pessoa.

Sendo assim, a amostra é constituída por 1 (uma) experiência de desenvolvimento de feira de economia solidária, que a partir dos critérios adotados pela amostragem, resultou na seleção do Projeto Feiras Solidárias.

O projeto Feiras Solidárias constitui uma ação de extensão da Incubadora de Empreendimentos Solidários/INCUBES, vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Ensino, pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular/NUPLAR da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, da qual participam 14 (quatorze) empreendimentos solidários, envolvendo cerca de 40 (quarenta) trabalhadores a cada edição, 1 (um) docente, 3 (três) técnicos administrativos e 4 (quatro) estudantes vinculados aos cursos de graduação da UFPB.

Quanto a amostra que compõe a coleta de dados, será realizado um grupo focal composto por 12 (doze) participantes, entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) trabalhadores/as integrantes do projeto Feiras Solidárias e com 1 (um) membro da INCUBES envolvido/a no desenvolvimento das feiras de economia solidária.

Os instrumentos de coleta de dados constituem a consulta e análise de documentos impressos e digitais, tais como pareceres, relatórios de ações de extensão, ofícios, notícias a partir da pesquisa documental; a observação participante; grupo focal e a entrevista semiestruturada. Quanto à descrição e análise dos dados destacamos que as observações serão realizadas durante os encontros de planejamento, formação e avaliação do projeto Feiras Solidárias, bem como das feiras de economia solidária promovidas pelo projeto no Campus I da UFPB.

O grupo focal será realizado em sala reservada no campus I da UFPB com gravação de áudio e vídeo. A necessidade de gravação de áudio e vídeo no grupo focal se justifica pela necessidade de transcrição das falas e análise das reações dos/as participantes na discussão dos tópicos provocados pelo facilitador (pesquisadora). Já as entrevistas serão gravadas (áudio) e transcritas para posterior análise, assegurando o anonimato das respondentes com adoção de códigos para referenciar cada entrevista. Será utilizada ainda para análise dos dados a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2011). A partir da pesquisa será desenvolvido um produto educacional, aqui proposto uma cartilha sobre feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral dos/as trabalhadores/as. O produto educacional será aplicado junto a profissionais vinculados a Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária, que avaliarão cartilha desenvolvida.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.549.172

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Compreender a(s) (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas para a formação omnilateral de trabalhadores a partir das feiras de economia solidária.

Objetivo Secundário:

- Investigar as categorias teóricas fundantes ao desenvolvimento da pesquisa, como aprendizagem cooperativa, formação omnilateral e economia solidária;
- Caracterizar a experiência do projeto „Feiras Solidárias constituído pela INCUBES, destacando sua trajetória, o perfil dos empreendimentos solidários e dos(as) trabalhadores(as) que participam desse espaço, as dinâmicas, demandas e desafios educativos atinentes às feiras de economia solidária;
- Analisar as (im)possibilidades da promoção de aprendizagens cooperativas e formação omnilateral de trabalhadores(as) envolvidos(as) nas atividades do projeto „Feiras solidárias;
- Elaboração de uma cartilha sobre Feiras de economia solidária como espaço de formação omnilateral e de promoção de aprendizagem cooperativa junto aos trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

- situação de constrangimento, timidez;
- invasão de privacidade;
- estigmatização dos sujeitos a partir de algum conteúdo revelado;
- incômodo ocasionados a partir da realização da entrevista, como da análise de seu contexto socioeconômico ou relacionados aos processos de aprendizagem no coletivo;
- eventual coerção para que as trabalhadoras participem da pesquisa.

Minimização de riscos:

- adoção de uma abordagem humanizada, com olhar e escuta atenta aos possíveis desconfortos e acolhimento aos/às participantes;
- obtenção de informações apenas necessárias aos objetivos da pesquisa;

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.549.172

- garantia de que os/as participantes respondam com total liberdade e sem constrangimentos ou pressões de qualquer natureza;
- garantia da privacidade dos/as participantes pela não violação dos dados obtidos (serão atribuídos códigos a cada participante durante as transcrições realizadas a partir dos áudios e vídeos provenientes da entrevista e do grupo focal, para que sejam mantidos em sigilo seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, evitando danos pessoais);
- habilitar (qualificar, treinar) a pesquisadora envolvida para que atue segundo os princípios aqui apontados;
- escolha de sala reservada para realização da entrevista a fim de preservar a privacidade dos/as participantes;
- qualquer comunicação que se fizer necessária com os/as participantes por e-mail (envio de cópia do TCLE assinado e resultados da pesquisa) será realizada no modo cópia oculta.

Benefícios:

- Os benefícios gerados a partir da pesquisa é propiciar a reflexão e um conhecimento mais ampliado da realidade do trabalho coletivo e dos processos educativos no âmbito da economia solidária, com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais contextualizadas aos empreendimentos econômicos solidários e a elaboração de um material que poderá propiciar aprendizagens cooperativas relacionadas à economia solidária.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de Rosto: presente, datada e assinada;
- Projeto detalhado: presente
- Termo de Anuência (INCUBES/IFPB): presente e assinada;
- Instrumento de Coleta de dados: presente; (INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - GRUPO FOCAL; INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - TRABALHADORES QUE PARTICIPAM DO PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS; INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - MEMBRO DA INCUBES INTEGRANTE DO

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.549.172

PROJETO FEIRAS SOLIDÁRIAS; INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO; Avaliação do PE;

- TCLE (avaliação do produto educacional-membros das entidades de fomento): presente;
- TCLE (entrevistas): presente;
- TCLE (avaliação do produto educacional - trabalhadoras); presente;
- Cronograma Financeiro (Orçamento); presente;
- Cronograma de atividades: presente;
- Autorização de imagem - presente.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito de não atrasar o início da pesquisa, emito na condição de Coordenador o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

- 1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 - art. 9º - Item II).
- 2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.
- 3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.
- 4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.549.172

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado, ao CEP, Relatório Final até 31/11/2025.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2512232.pdf	09/04/2025 17:43:28		Aceito
Outros	Carta_resposta_09042025.pdf	09/04/2025 17:39:17	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Orçamento	Cronograma_Financeiro.pdf	08/03/2025 15:55:33	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Cronograma	Cronograma_atividades.pdf	08/03/2025 15:55:19	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Apendice_K_Autorizacao_Imagemvoz.pdf	08/03/2025 15:49:35	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Apendice_J_Autorizacao_Imagem_Feira.pdf	08/03/2025 15:49:09	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_I_TCLE_AvaliacaoPE.pdf	08/03/2025 15:45:25	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_H_TCLE_Entrevista_Incubes.pdf	07/03/2025 15:45:19	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_G_TCLE_Entrevista.pdf	07/03/2025 15:45:02	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Apendice_F_TCLE_GrupoFocal.pdf	07/03/2025 15:34:59	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Apendice_E_Avaliacao_PE.pdf	07/03/2025 15:34:40	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Apendice_D_Observacao.pdf	07/03/2025 15:34:12	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Apendice_C_Entrevista_INCUBES.pdf	07/03/2025 15:33:51	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
Bairro: Jaguaribe **CEP:** 58.015-020
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3612-9725 **Fax:** (83)3612-9706 **E-mail:** eticaempesquisa@ifpb.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA -
IFPB**



Continuação do Parecer: 7.549.172

Outros	Apendice_B_Instrumento_Entrevista.pdf	07/03/2025 15:33:10	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Apendice_A_Instrumento_GrupoFocal.pdf	07/03/2025 15:32:36	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_Assinada_07032025.pdf	07/03/2025 15:16:32	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROETO_Feiras_solidarias.pdf	07/03/2025 15:15:35	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito
Outros	Carta_anuencia_pesquisa_Daniela.pdf	07/03/2025 15:11:18	DANIELA MARIA DE SANTANA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 06 de Maio de 2025

Assinado por:

LEANDRO JOSE MEDEIROS AMORIM SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo

Bairro: Jaguaribe

CEP: 58.015-020

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3612-9725

Fax: (83)3612-9706

E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br